Quadro de Cooperação entre o Governo de Angola e as Nações Unidas para o

Desenvolvimento Sustentável 2020 - 2022

Draft: 11/06/2019

Índice

[1 Prefácio 3](#_Toc11408485)

[2 Introdução 4](#_Toc11408486)

[3 Visão da ONU em Angola 6](#_Toc11408487)

[4 Estratégias aceleradoras para o desenvolvimento 11](#_Toc11408488)

[5 Leave No One Behind: “Não Deixar NinguÉm para Trás” 13](#_Toc11408489)

[6 RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO 16](#_Toc11408490)

[6.1 Área 1: Transformação económica e social 18](#_Toc11408491)

[6.2 Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher 24](#_Toc11408492)

[6.3 Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável 29](#_Toc11408493)

[6.4 Área 4: Democracia e estabilidade 35](#_Toc11408494)

[6.5 Integração programática dos resultados 46](#_Toc11408495)

[7 Modalidades de implementação: Juntos na Acção 50](#_Toc11408496)

[7.1 Um Programa 50](#_Toc11408497)

[7.2 Quadro Orçamental Comum 51](#_Toc11408498)

[7.3 Um Líder 53](#_Toc11408499)

[7.4 Operando como um 54](#_Toc11408500)

[7.5 Comunicando como um 55](#_Toc11408501)

[7.6 Mecanismos de gestão do UNDAF 56](#_Toc11408502)

[8 Financiamento do UNDAF 59](#_Toc11408503)

[9 Anexo: Matriz de resultados 65](#_Toc11408504)

[9.1 Área 1: Transformação económica e social 65](#_Toc11408505)

[9.2 Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher 72](#_Toc11408506)

[9.3 Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável 78](#_Toc11408507)

[9.4 Área 4: Democracia e estabilidade 84](#_Toc11408508)

[Anexo: Alinhamento do UNDAF com o príncipio de NLOB 94](#_Toc11408509)

[Anexo: Alinhamento do UNDAF com os ODS 97](#_Toc11408510)

[ANEXO: Acrónimos e Siglas 104](#_Toc11408511)

# Prefácio

[Apertura oficial pelo CR e Ministro]

Assinaturas do UNDAF

# Introdução

O Quadro de Cooperação entre o Governo de Angola e as Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNDAF) é o instrumento principal para o planeamento e implementação das actividades de desenvolvimento das Nações Unidas a nível nacional, em apoio à execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para responder à ambição da Agenda 2030 e à urgência do seu cronograma, o presente UNDAF representa uma mudança de um documento de planeamento para um quadro (*framework*) para todo o ciclo do Programa, conduzindo o planeamento, implementação, monitoramento, prestação de contas e avaliação dos resultados de desenvolvimento de forma colectiva para o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) para acelerar o progresso em direcção à Agenda 2030 com o compromisso de não deixar ninguém para trás. Assim, impulsiona todos os esforços de programação de desenvolvimento do UNDS para Angola, independentemente das actividades serem implementadas por uma única entidade do UNDS ou em conjunto, e independentemente das entidades UNDS serem residentes ou não residentes em Angola. Este Quadro de Cooperação foi baseado na orientação da nova geração de guias para elaboração de UNDAF pelas Nações Unidas.

Fundamentado no empoderamento nacional, o UNDAF está ancorado nas prioridades nacionais de desenvolvimento estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, na Agenda 2030 e nos princípios da Carta da ONU. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 constitui o segundo exercício de planeamento de médio prazo realizado no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento em vigor, na sequência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, e visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do país. O PDN tem um carácter prospectivo e plurianual, abrange os níveis nacional, sectorial e provincial de planeamento, e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo do país, assumidas na Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025. O UNDAF também se enquadra na Agenda 2063 da União Africana que significa o marco estratégico para a transformação socioeconómica do continente nos próximos 50 anos.

Consciente de que alcançar a Agenda 2030 e as metas nacionais de desenvolvimento requer os esforços e a responsabilidade mútua entre uma ampla gama de actores-chave, o UNDAF amplia significativamente o conceito de parcerias, além do conceito tradicional de 'parceiros implementadores', para um conceito abrangente de todas as entidades e indivíduos identificados como críticos para a criação, implementação e monitoramento de soluções de desenvolvimento sustentável para Angola, em consonância com os valores da ONU. Assim, este UNDAF reflecte: (a) a visão compartilhada e as prioridades estratégicas da ONU; (b) os parceiros estratégicos com os quais a ONU trabalhará na busca de soluções de desenvolvimento; (c) como a ONU e os parceiros contribuirão para acelerar os progressos no sentido da Agenda 2030 e do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2022; (d) o compromisso financeiro e não financeiro da ONU e dos parceiros nesse empreendimento; e (e) os mecanismos de responsabilização mútua.

O UNDAF aborda os princípios centrais de programação e mensagem-chave da Agenda 2030 de Não Deixar Ninguém para Trás (LNOB), assim como a Abordagem Baseada nos Direitos Humanos (HRBA), Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, Transformação Económica, Resiliência e Responsabilização, Paz e Estabilidade. O LNOB é a promessa transformadora central da Agenda 2030 e representa o compromisso inequívoco de todos os Estados-Membros da ONU de erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir as desigualdades e vulnerabilidades que impactam nas pessoas.

O UNDAF é também um acordo de parceria que envolve autoridades locais, a Assembleia Nacional e outros órgãos de supervisão, sociedade civil e organizações comunitárias, empresas e organizações filantrópicas, sindicatos e organizações de empregadores, a comunidade científica e de pesquisa, grupos de voluntários, parceiros bi e multilaterais, incluindo instituições financeiras internacionais, comunicação social e outros actores-chave relevantes. Sob liderança nacional, o UNDAF - ao longo de todo o seu ciclo - é um veículo para identificar soluções de desenvolvimento através do diálogo inclusivo. Olhando para as tendências de desenvolvimento de Angola para além das fronteiras nacionais, o UNDAF inclui e contribui para estratégias e parcerias regionais, sub-regionais e transfronteiriças, tanto externas como internas às Nações Unidas no objectivo da construcção comum de desenvolvimento sustentável entre os países.

# Visão da ONU em Angola

Existe um amplo acordo entre as Nações Unidas, o Governo de Angola, os diferentes parceiros e doadores de que Angola deve continuar a receber ajuda ao desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, como se evidenciou na avaliação final do Quadro de Cooperação prévio. Ao comprometer-se com a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Angola, junto com os Estados-membros da ONU, reconheceram que a dignidade do indivíduo é fundamental e que as metas da Agenda devem ser cumpridas para todas as nações e pessoas e para todos os segmentos da sociedade. Os países esforçaram-se por alcançar primeiro aqueles que estão mais atrasados, com o objectivo prioritário de acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, e acabar com a fome mediante segurança alimentar. Este compromisso é partilhado pelo Governo de Angola e as Nações Unidas, e faz parte constituinte também do Plano de Desenvolvimento Nacional. Garantir que esses compromissos sejam traduzidos em acções efectivas requer uma estratégia conjunta e uma definição precisa das políticas orientadas às populações-alvo, o que constitui o objectivo deste Quadro de Cooperação.

Angola está em processo de Graduação de País Menos Avançado (PMA) a País de Rendimento Médio - processo que terá seu cumprimento em Fevereiro de 2021. Isto significará um reforço da estratégia de colaboração com a ONU, não somente para preparação das condições económicas e sociais para o processo de Graduação, mas também apoiar as instituições do Estado e a sociedade civil para a grande mudança. Efectivamente o contexto mudará sobretudo porque Angola deverá ser mais autossuficiente em termos de recursos financeiros para implementar os próprios planos, já que diminuirão as contribuições externas ou a suas percentagens e será necessário mobilizar com mais sustentabilidade recursos locais. Aposta-se em estratégias para este fim como advocacia, diálogo político, mobilização de recursos, gestão do conhecimento, construção de capacidades, parcerias ou colaboração Sul-Sul. Desde o ponto de vista das abordagens, este UNDAF aposta na combinação das possibilidades *upstream (*apoio a políticas e regulamentação*)* e *downstream (*apoio à prestação de serviços*)* no país, de forma que cada Agência das Nações Unidas possa contribuir com as suas fortalezas e o seu valor acrescentado.

O *Committee for Development Policy* (CDP) realizou a sua última análise trienal dos Países Menos Desenvolvidos (PMA) em Março de 2019. Como o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita* se manteve acima do dobro do limiar de graduação (US$ 1,230), o país continua a cumprir o critério de graduação apenas em termos de rendimento. O cumprimento desde critério permite a graduação de Angola como País de Rendimento Médio. Por outro lado, Angola enfrenta desafios nos outros dois critérios de graduação: i) apesar de melhorias notáveis em 2018, o *Human Assets Index* (HAI) permanece em 55.9, abaixo do limiar de graduação, que é fixado em 66; ii) o Índice de Vulnerabilidade Económica (EVI) está em 39,3, muito por acima do mínimo previsto para a graduação, que é fixado em 32 pontos[[1]](#footnote-2). Esta situação faz que o presente Quadro de Cooperação tenha em conta que, embora passe a ser considerado país de rendimento médio, Angola apresenta importantes desafios de desenvolvimento humano e vulnerabilidade económica. Esta situação permite o enquadramento da proposta de resultados que se faz neste UNDAF.

Deve notar-se um contexto económico para os próximos anos de parceiros e doadores internacionais com mais capacidade financeira (WB, EU), pelo que o valor acrescentado da ONU estará na identificação e apoio dos processos aceleradores para o desenvolvimento, a assistência técnica e o desenvovimento de capacidades. A razão principal de ser da ONU em Angola não será como agente financeiro de projectos - ainda que possa ter importantes contributos neste campo - mas facilitar processos com alto impacto no desenvolvimento do país, incluindo prestação de apoio técnico de alto nível, inovação e capacitação de quadros nacionais, além de alavancar recursos nacionais e internacionais para atingir as metas de desenvolvimento nacionais. É importante realizar uma advocacia e comunicação para enviar esta mensagem conjunta do seu papel no país, para além de cada Agência da ONU apresentar a sua estratégia particular. Isso também representa uma oportunidade para Angola tomar controle do processo de desenvolvimento, na qual a ONU é um aliado para o país.

As Nações Unidas apoiarão a manutenção da estabilidade, a paz e da integridade territorial de Angola. O UNDAF, durante situações de crise, representa um alinhamento colectivo dos resultados que abordam o risco, a vulnerabilidade e a necessidade em todas as estruturas de planeamento prontas para acções humanitárias, de emergência e de paz.

Num ambiente cada vez mais incerto e volátil, também no contexto angolano, a resiliência é um princípio-chave para orientar a concepção de abordagens integradas e efectivas para reduzir os riscos e prevenir crises. A natureza dos riscos que está a enfrentar Angola e as suas inter-relações está a mudar. O progresso angolano rumo ao desenvolvimento sustentável e pacífico é minado por ameaças múltiplas e interseccionadas que são intensificadas por vários factores de risco persistentes. Os riscos associados a fenómenos naturais e provocados pelo homem, conflitos violentos, epidemias e pandemias, sistemas financeiros e flutuações dos preços alimentares sobrepõem-se aos riscos relacionados com a pobreza, alterações climáticas, desigualdade, discriminação e exclusão, pressões demográficas, urbanização não planeada, degradação dos ecossistemas e capacidades institucionais fracas. Este UNDAF potencia as estratégias de colaboração e coordenação inter-agencial para enfrentar estes riscos e oferecer uma resposta comum; assim como o alinhamento com instituições financeiras multilaterais e doadores bilaterais.

Verificam-se em Angola, grandes movimentos populacionais com uma tendência acelerada, como um verdadeiro êxodo, de transferência de população do campo para a cidade. Isso, juntamente com as projecções de crescimento populacional, representam um desafio importante em diferentes áreas, particularmente importante para a gestão urbana e áreas periféricas das cidades. A ONU considera útil, para combater este fenómeno de migração interna, criar oportunidades de emprego e serviços nas áreas rurais, especialmente para os jovens. As Nações Unidas consideram chave reforçar a capacidade nacional de planeamento de forma integral (saúde, nutrição, HIV, educação, água e saneamento, habitação, protecção social, justiça, protecção contra violência, gestão fundiária, extensão rural, etc.) ao mesmo tempo que se gera um crescimento económico diversificado com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nível territorial e urbano.

O presente UNDAF identifica os aceleradores-chave inter-agenciais que requerem estratégias conjuntas das Agências da ONU: empoderamento da mulher, empoderamento dos adolescentes e jovens, desenvolvimento da capacidade nacional e não apenas voltado à formação dos RH, mas também sistemas para a formulação de políticas e respectivos orçamentos, gestão, prestação e monitorização de serviços. Ressaltam-se ainda como estratégias importantes, o apoio na geração de evidências e análise de dados e o engajamento das comunidades e da sociedade civil, incluindo sector privado, nas acções de desenvolvimento local e nacional, através do diálogo frutífero com os formuladores e gestores de políticas públicas.

Desde o ponto de vista das estratégias *downstream ou apoio à prestação de serviços,* considera-se chave a selecção das estratégias de desenvolvimento a partir da definição de problemas locais com base numa estratégia de cobertura que inclua a capacidade de gerar aspectos como autoridade política, apropriação pelas partes interessadas e a existência de competências e recursos para torná-lo eficaz em maior escala. Modelos e experiências inovadoras serão testados e orçamentados para, em caso de sucesso, serem expandidos no país. Este é o contexto onde o papel das Agências da ONU se revela fundamental.

A implementação desses projectos-piloto estará focada em gerar apropriação tanto a nível central como local, será acompanhada por uma estratégia de advocacia de alto nível e capacitação para assegurar a sustentabilidade e a adesão institucional. Alcançar resultados em larga escala é um investimento a longo prazo pelo que o trabalho da ONU em Angola será focado no desenvolvimento de capacidades, apoio técnico e ampliação dos modelos. Envolver parceiros estratégicos, incluindo o sector privado, o governo e a sociedade civil pode acelerar os resultados, mas, ao mesmo tempo, envolve a construcção de relacionamentos e a criação de relações de confiança, o que é um espaço de valor acrescentado das Nações Unidas.

Um foco-chave nas acções das Nações Unidas para os próximos anos será apoiar o processo de desconcentração e descentralização do Estado angolano, no âmbito do qual se procederá à criação das autarquias locais e à efectiva transferência de responsabilidades desde a Administração Central aos municípios interessados, em matéria de governação local. Além dos importantes passos já dados[[2]](#footnote-3), será importante o apoio para dotar ao sistema autárquico e os órgãos locais dos mecanismos para viabilizar a participação e representação efectiva, com prioridade para jovens e mulheres como eleitores e candidatos, assim como na monitoria social pelos cidadãos e OSC. Também neste âmbito as Nações Unidas identificam a importância de apoiar os municípios na criação de capacidades de planeamento, orçamentação, gestão e monitorização das políticas públicas que irão assumir.

Deve destacar-se a importância da abordagem dos Direitos Humanos nas fases de concepção, implementação, monitoramento e avaliação de cada iniciativa. A Abordagem Baseada nos Direitos Humanos é a estrutura conceitual para o processo de desenvolvimento humano que é baseado nos padrões internacionais de direitos humanos, bem como as obrigações correspondentes estabelecidas pelo direito internacional, e operacionalmente direccionadas para promover e proteger os direitos humanos. Procura analisar as desigualdades que estão no centro dos problemas de desenvolvimento e corrigir práticas discriminatórias e distribuições injustas de poder que impedem o progresso do desenvolvimento. Isso ajudará, também, a promover a sustentabilidade deste UNDAF, capacitando os próprios detentores de direitos angolanos - especialmente os mais marginalizados - a participar na formulação de políticas e responsabilizar aqueles que têm o dever de agir.

Do trabalho dos últimos anos, pode tirar-se uma lição principal: dada a diversidade socioeconómica e cultural do país, o impacto da dispersão geográfica na equidade de acesso e recursos limitados, assim como o alto impacto directo nos beneficiários, identificaram-se como mais positivas aquelas abordagens *downstream* com foco nas áreas geográficas mais carentes e nos grupos idosos mais vulneráveis, crianças, adolescentes e jovens, assim como as minorias étnicas e moradores na periferia das zonas urbanas, com atenção às questões transversais e foco nas necessidades locais.

Desde o ponto de vista das estratégias *upstream ou políticas e regulação,* a ONU apostará nas estratégias que a experiência de anos precedentes, assim como a literatura sobre desenvolvimento, identifica como significativas para ajudar a obter políticas bem-sucedidas.

A primeira das funções será a assistência técnica, desde a convicção de que as intervenções da ONU serão eficazes quando são capazes de identificar inovações políticas, especialmente a nível local, e ajudar os governos no seu desenho para serem expandidas. As agências da ONU, cada uma com os seus pontos fortes, têm a capacidade e os recursos para identificar ou promover esforços locais bem-sucedidos para melhorar as condições de vida da população angolana, e oferecer conselhos sobre como os governos poderiam estender essas políticas para outras comunidades em outras partes do país.

A segunda das funções será a advocacia para influenciar políticas públicas que têm o potencial de alcançar resultados em grande escala para indivíduos, famílias e comunidades. Identifica-se uma apreciação positiva pelos parceiros quando a advocacia é incorporada em todo o ciclo de criação de valor público, desde a deliberação pública até à prestação de serviços. Isso requererá não apenas projectos ou iniciativas de apoio a políticas a nível de formulação técnica, mas também a promoção de uma cultura interna em torno dessas normas e padrões.

A advocacia será bem-sucedida quando são considerados tanto esforços de alto nível como os técnicos. O envolvimento de alto nível inclui a capacidade de influenciar e ter impacto na tomada de decisões de altos funcionários do governo, desde o debate de ideias sobre políticas até à consciencialização dos principais desafios para a disseminação dos resultados das análises e da execução orçamental.

O envolvimento técnico suportará o desenvolvimento de formas de parceria com os governos e sociedade civil para tornar as informações relacionadas ao desenvolvimento acessíveis e disponíveis para um público mais amplo possível, usando recursos como públicações, redes sociais e outros meios de comunicação. Também se destaca a importância da realização de parcerias com actores-chave, como entidades da sociedade civil organizada ou do sector privado.

Desde esta abordagem, a ONU acompanhará o processo de institucionalização das autarquias locais de forma progressiva no quadro do Plano de Desconcentração e Descentralização Administrativas e Reforma do Estado que prima pela institucionalização gradual das autarquias locais a nível do território nacional; como uma das tendências-chave do país nos próximos anos. As Nações Unidas, finalmente, visam acompanhar ao país no processo de coesão social e da paz.

As seguintes vantagens comparativas da ONU foram identificadas pelos parceiros:

|  |
| --- |
| **Vantagens comparativas das Nações Unidas em Angola**   1. Capacidade para fornecer assistência técnica, negociação e advocacia em diferentes âmbitos; 2. Longa presença da ONU no país com conhecimento profundo em assuntos-chave para o desenvolvimento nacional; 3. Facilitação na cooperação internacional, incluindo cooperação Sul-Sul e a aquisição internacional; 4. Apoio a Angola para promover a sua presença internacional; 5. Melhoria da capacidade de planificação e gestão das organizações; 6. Reforço material, técnico e organizacional das OSC; 7. Fortalecimento e melhoria do diálogo entre o Governo e a sociedade civil; 8. Contributo efectivo para a melhoria das condições das pessoas mais vulneráveis nos vários âmbitos de trabalho das Agências das Nações Unidas; 9. Melhoria da capacidade das organizações na gestão e implementação de projectos; 10. Sensibilização e reforço das capacidades das comunidades, bem como do comportamento dos seus membros (aumento do rendimento das comunidades agrícolas e promoção do associativismo e cooperativismo). |

# Estratégias aceleradoras para o desenvolvimento

O presente UNDAF parte duma orientação a longo prazo rumo à Agenda 2030, mas que requer um cenário a médio prazo para o ano 2022, com políticas públicas e dotações orçamentais, exigindo, portanto, uma reorientação ou alinhamento progressivo de todos os planos existentes: o processo conhecido como *mainstreaming* pela ONU. O conjunto de políticas públicas e as correspondentes dotações orçamentárias estará alinhado com os ODS e estas situar-se-ão no centro das políticas públicas que emanam do PDN. Deve assegurar-se que o progresso em direcção aos resultados do UNDAF em cada sector ou área, não tem impactos indirectos negativos em outros sectores ou populações, ou seja, que as externalidades das políticas públicas e acção do sector privado são positivas e tenham um impacto positivo na vida das pessoas onde quer que elas vivam.

Nesta secção, assinala-se um conjunto de estratégias denominadas aceleradores[[3]](#footnote-4) para conseguir o progresso transversalmente e maior escala no conjunto do país.

Este conceito é introduzido dada a sua força simbólica, a sua incidência capital numa ou mais áreas de desenvolvimento do país, a sua capacidade prática para criar sinergias em vários ODS e metas importantes de uma determinada política ou medida do PDN e seu efeito multiplicador. Os aceleradores buscam orientar esforços que permitam optimizar o impacto com menos recursos, tornando as intervenções mais eficientes. Assim os aceleradores são entendidos como instrumentos transversais para quebrar silos ou compartimentos rígidos e construir um desenvolvimento sustentável que conecte diferentes agentes, sectores e políticas numa visão comum integrada e convergente visando a maximização dos resultados.

**Promover os direitos humanos**. Uma abordagem baseada nos direitos humanos (HRBA) visa apoiar resultados de desenvolvimento melhores e mais sustentáveis, analisando e abordando as desigualdades e as práticas discriminatórias. A nível nacional, a HRBA procede dos compromissos do Governo de Angola com base nas convenções ratificadas de direitos humanos. Trabalha para assegurar que os padrões e princípios de direitos humanos orientem a cooperação para o desenvolvimento com foco no desenvolvimento das capacidades dos "portadores de deveres", principalmente do Governo, para cumprir as suas obrigações e dos "detentores ou sujeitos de direitos", especialmente grupos vulneráveis, para reclamar e garantir os seus direitos. Angola é parte assinante de importantes tratados de direitos humanos. E, enquanto o quadro legislativo e institucional para a observância do direito internacional dos direitos humanos está em vigor, a implementação é subfinanciada e ainda inconsistente. São necessários esforços suplementares para garantir a plena implementação do quadro jurídico e dos instrumentos internacionais. Em todas as prioridades, o apoio da ONU ajudará a reforçar e institucionalizar novas capacidades para implementar as recomendações de ambos os mecanismos de direitos humanos.

**Promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher**. O objectivo da igualdade de género é a prática da integração da abordagem de género como nuclear nas políticas públicas. No marco deste UNDAF, visam identificar-se os comportamentos e estruturas da sociedade que sustentam as desigualdades de género e fazer mudanças que são institucionais e sistémicas. Angola é signatária de vários documentos internacionais importantes e vinculantes, que garantem a igualdade entre homens e mulheres e proíbem a discriminação baseada no género. A igualdade de género tem um lugar de destaque também no PDN. No entanto, apesar do progresso feito para estabelecer uma estrutura legal e política para o avanço dos direitos das mulheres e da igualdade de género, as desigualdades são generalizadas e particularmente evidentes no rural sobre o urbano. As atitudes tradicionais patriarcais ainda são proeminentes, as desigualdades de género estão presentes em todas as esferas da vida social e económica, e a violência contra as mulheres e meninas ainda é generalizada. Para acelerar a implementação, a ONU trabalhará com o Governo de Angola para igualdade de género e empoderamento da mulher e meninas, especialmente as mais vulneráveis como sujeitos activos de políticas e programas em todos os sectores, incluindo em contexto humanitário, como situações de emergência, ou igualdade de sectores vulneráveis como migrantes e refugiadas. A ONU também apoiará a integração de análises, indicadores e instrumentos de monitoramento sensíveis ao género e na legislação, políticas e programas.

**Promover o potencial dos jovens e adolescentes.** A Agenda 2030 das Nações Unidas,estabelece vários objectivos de que os adolescentes e jovens são especiais protagonistas. A população de Angola é maioritariamente jovem, com cerca de dois terços da população com menos de 25 anos de idade, razão pela qual o Governo de Angola (GoA) e a ONU também lhe atribuem particular importância: reconhece a importância da juventude enquanto activo estratégico do país, não deixando de assumir a sua dinâmica sociocultural, política e económica como fundamental à necessária reprodução social, modernização e desenvolvimento do país. As acções em prol da juventude visarão estabelecer parcerias e sensibilizar instituições públicas para que, nas suas políticas e acções, contemplem este grupo da população, com maior destaque para as questões da habitação, nutrição, saúde sexual e reproductiva, educação formal, formação profissional e geração de emprego e renda, bem como da cultura.

**Promover a resiliência e sustentabilidade ambiental**. Progressos importantes mas insuficientes foram feitos nas áreas do ambiente e mudança climática. São necessários esforços suplementares significativos para continuar o alinhamento com os ODS e com as políticas regionais em áreas como a água, a gestão de resíduos, a qualidade do ar, a protecção da biodiversidade, e a prevenção e gestão adequada dos desastres naturais. Angola é um país vulnerável à mudança climática, como se tem verificado nos anos passados com as secas e catástrofes de origem natural, sendo a produção de energia, o uso dos recursos hídricos existentes (superficiais e subterrâneos) e a agricultura profundamente impactadas. As populações vulneráveis rurais, em particular mulheres idosas, mulheres e homens em situação de pobreza, serão afectadas de forma desproporcionada devido à sua maior dependência da agricultura e à sua capacidade relativamente inferior de adaptação. O desenvolvimento de capacidades é necessário em relação ao ambiente, desenvolvimento sustentável e eficiência energética. A ONU apoiará os esforços do GoA para desenvolver e institucionalizar as principais capacidades que promovem a sustentabilidade e a resiliência ambiental.

# Leave No One Behind: “Não Deixar NinguÉm para Trás”

*Leave No One Behind* (LNOB) é a promessa transformadora central da Agenda 2030 e representa o compromisso inequívoco de todos os Estados das Nações Unidas para erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir as desigualdades e vulnerabilidades que deixam as pessoas para trás. Angola e as Nações Unidas no país compartilham este objectivo e, por isso, reflectido neste Quadro de Cooperação como fio condutor das estratégias e da cadeia de resultados que se detalhou previamente no documento.

Isso significa ir além da avaliação do progresso nacional médio e agregado, para garantir o desenvolvimento de todos os grupos populacionais de Angola evidenciado a nível desagregado. O presente UNDAF aposta pelo fortalecimento de sistemas de geração de evidências e análise de dados com disponibilidade e qualidade, provenientes de operações estatísticas e dados administrativos, funcionais, transparentes, desagregados (por sexo, faixa etária, rural/urbano, etc.) e em uso a nível municipal, provincial ou nacional. Isso permitirá a desagregação de dados para identificar quem está a ser excluído ou discriminado, como e por quê, e quem está a sofrer formas múltiplas e inter-relacionadas de discriminação e desigualdade. Esse será um âmbito-chave onde as Nações Unidas farão a diferença.

As Nações Unidas junto com o Governo comprometem-se a identificar desigualdades, evitáveis ​​ou extremas que afectam as oportunidades, e onde existem padrões de discriminação em leis, políticas e práticas. As acções previstas em torno das práticas costumeiras/tradicionais, permitirá *a posterior* uma articulação da relação jurídica entre a lei costumeira e a lei positiva; com atenção a algumas das situações de discriminação identificadas como o direito sucessório, administração da justiça, casamento infantil ou acesso à terra, entre outras.

O presente UNDAF tem um pilar específico para um grupo populacional identificado como acelerador e que, também, apresenta importantes características de exclusão. Este pilar aspira a conseguir o seguinte resultado: os adolescentes, jovens, mulheres e mais vulneráveis são priorizados nas políticas e programas sociais, económicos, culturais e ambientais, incluindo em contextos humanitários. Isso implica a abordagem de padrões de exclusão, restrições estruturais e relações de poder desiguais que produzem e reproduzem as desigualdades ao longo de gerações e caminham em direcção à igualdade formal e substantiva para todos os grupos da sociedade. As Nações Unidas trabalharão com o Governo de Angola para reforçar as medidas legais, políticas, institucionais e outras, bem como a participação livre, activa e significativa de mulheres e jovens, particularmente, dos mais marginalizados nos processos de revisão e acompanhamento para garantir prestação de contas e soluções para todos, sem deixar ninguém para trás.

Contribuições específicas do UNDAF para não deixar ninguém para trás:

* Instituições, leis, políticas e acções para **combater a discriminação** com base na raça, sexo, idioma, etnia, religião, idade, deficiência, casta, condição indígena, estado de saúde, orientação sexual, estatuto de migrante ou refugiado, estatuto minoritário ou outros motivos; e promover **igualdade de acesso à justiça**.
* **Redução das** **desigualdades espaciais ou geográficas** entre áreas rurais e urbanas e / ou entre regiões, inclusive através da promoção de investimentos responsáveis e socialmente inclusivos. Trabalhar-se-á para a redução das assimetrias territoriais / geográficas na oferta e acesso aos serviços sociais e produtivos. Igualmente é relevante o desenvolvimento dum sistema de planeamento físico-territorial descentralizado, com reforço da rede urbana das cidades menos povoadas, com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nível territorial e urbano.
* Iniciativas que **promovam a** **igualdade de género** e eliminem todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, e promovam investimentos para reduzir as desigualdades de género, inclusivo no accesso a saúde sexual e reproductiva, e fortalecer o apoio a instituições que promovam a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Nomeadamente, o Resultado 2 deste UNDAF aponta várias medidas neste campo.
* **Governança económica**, regulação, prestação de contas e estado de direito na esfera económica. Uma das estratégias é aumentar o orçamento para os serviços sociais e a diversificação económica baseado em resultados, de forma a que esteja disponível, executado e monitorizado a nível municipal, provincial e nacional. Além disso, ampliar-se-ão os programas nacionais de promoção de um ambiente de negócios competitivo e favorável para micro, pequenos e médios empreendimentos, com melhora do investimento no sector privado para a realização dos ODS.
* **Pleno emprego** e políticas económicas inclusivas, promovendo o trabalho decente. Este UNDAF inclui medidas como programas de capacitação contínua, direccionados aos provedores dos serviços sociais e produtivos, e em planeamento, gestão, monitorização de programas e serviços reforçados. Importante é a aposta pela melhora e ampliação dos serviços de educação e formação técnica-profissional inclusivos e de qualidade, fundamentalmente alinhados com o mercado laboral e que promovam inovações. Assim, serão desenvolvidas iniciativas para promover o **emprego juvenil e a inclusão socioeconómica em todas as idades**, e abordar a vulnerabilidade dos jovens ao aumento do desemprego e à baixa qualidade dos empregos e a transições escola-trabalho mais longas e inseguras.
* Prestar assistência para melhorar os **sistemas de protecção social** que reduzam as desigualdades por meio de redes de segurança que mantêm o direito a um padrão de vida adequado para todos. Estabelecer programas para o acesso universal à **educação, água, saneamento, saúde e outros direitos económicos e sociais** para promover maior igualdade de oportunidades e resultados. Assegurar o apoio à cobertura universal de saúde para prevenir despesas desastrosas decorrentes dos custos de saúde que produzem pobreza e desigualdade. Todo o pacote de intervenções da Área 1: Desenvolvimento económico e social, tem essa finalidade.
* Fortalecer a **democracia** e assegurar a **participação política** de todas as mulheres e homens, jovens e promover o acesso público à informação. Trabalhar-se-á prioritariamente com o sistema autárquico a ser implementado e órgãos locais para que sejam participativos e inclusivos para viabilizar a participação e representação efectiva de jovens e mulheres como eleitores e candidatos, e a monitoria social a nível local pelos cidadãos e OSC. Será importante o desenho e implementação de processos padronizados na gestão pública para garantir transparência e responsabilização, e acesso à informação e dados públicos pelos cidadãos.
* Apoiar medidas para **proteger comunidades vulneráveis**, marginalizadas e excluídas na prevenção e mitigação dos impactos e na **resiliência** à mudança climática, desastres naturais, desertificação, degradação da terra e crises humanitárias. Um importante foco continuará nas províncias do Sul com o aumento das capacidades técnicas e financeiras do Governo para apoiar a recuperação da seca e a construção de resiliência. Igualmente, far-se-á um trabalho com as comunidades mais vulneráveis para reforçar a sua capacidade técnica para responder a riscos e desastres naturais provocados pelo homem e para se adaptarem às alterações climáticas.

# RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

Com base nas prioridades estratégicas identificadas, o UNDAF identifica os resultados e os respectivos indicadores e metas. Os resultados estão alinhados ou ligados aos quadros de indicadores globais de ODS e ao Plano de Desenvolvimento Nacional. Isso facilitará a padronização e a agregação para melhor avaliar e relatar os resultados do desenvolvimento em relação à Agenda 2030 a nível regional e global, e da Agenda nacional de desenvolvimento. O Quadro de Cooperação é organizado em torno de quatro áreas de acção desenvolvidas em resultados e produtos esperados.

Com base no Plano de Desenvolvimento Nacional, na proposta do Análise Comum do País, a avaliação do UNPAF 1015 – 2019 e a Linha de Base dos ODS[[4]](#footnote-5), identificaram-se as áreas prioritárias de parceria entre a ONU e Angola:

*Tabela: Áreas, prioridades e alinhamento com ODS e PDN*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Áreas** | **Prioridades** | **ODS** | **Eixos PDN** |
| Transformação económica e social | - Redução da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.  - Aumento e melhoria na execução do orçamento, e qualidade da despesa pública para os sectores sociais e erradicação da pobreza.  - Fortalecimento de sistemas para a prestação de serviços sociais multissectoriais, integrados e equitativos, incluindo serviços de educação e desenvolvimento da primeira infância, saúde, prevenção e tratamento do VIH, nutrição e segurança alimentar, água, saneamento e higiene, justiça, protecção social e protecção infantil.  - Crescimento económico inclusivo e diversificação para a erradicação da pobreza e redução da desigualdade com geração de emprego decente e rendimento, foco nos grupos mais vulneráveis.  - Boa governança em todos os níveis: legislativo, políticas públicas, fortalecimento institucional e modernização;  - Desenvolvimento de capacidades provinciais e municipais para planear, implementar e monitorar a prestação de serviços sociais e iniciativas económicas e produtivas.  - Prestação de contas: engajamento comunitário e das organizações da sociedade civil no planeamento, implementação e monitorização dos serviços sociais e programas de geração de emprego e rendimento. | **1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 17** | Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar  Eixo 2 Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo  Eixo 3. Infra-estruturas Necessárias ao Desenvolvimento |
| Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher | - Educação (formal e informal) e formação profissional, emprego decente e contextualizado, inovação e geração de renda.  - Alcançar a igualdade e equidade de género e o empoderamento da mulher e rapariga.  - Prevenção e resposta a violência baseada no género.  - Acesso aos serviços sociais de: habitação e terra, iniciativas desportivas e recreativas, serviços de saúde reproductiva e educação.  - Inclusão e responsabilidade .  - Construção da paz e participação cívica. | **3, 4, 5, 8, 10, 16, 17** | Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar |
| Meio ambiente e resiliência da população vulnerável | - Mudança climática e adaptação, estrutura de resiliência.  - Proteger a biodiversidade e o ambiente de Angola.  - Resiliência a choques e prevenção de crises / emergências, preparação, resposta e mitigação.  - Produção de alimentos através da diversificação rural e protecção social.  - Urbanização sustentável, acesso à terra, energia renovável e habitação adequada e acessível em todo o contínuo urbano-rural. | **1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17** | Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar  Eixo 2. Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo  Eixo 5. Desenvolvimento Harmonioso do Território  Eixo 6. Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional |
| Democracia e estabilidade | Acordos de água transfronteiriços, construção da paz, migração, refugiados, prevenção de epidemias, incluindo HIV, liderança internacional de Angola, boa governação, registro civil, Estado de direito, enquadramento dos direitos humanos, apoio à democracia, paz e desenvolvimento na região e África. | **5, 8, 10, 15 16, 17** | Eixo 4. Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização  Eixo 6. Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional |

## Área 1: Transformação económica e social

Resultado 1: Até 2022, a população em Angola, particularmente os mais vulneráveis, com maior acesso a serviços sociais e produtivos integrados de qualidade e a uma economia diversificada geradora de emprego digno e rendimento, visando a redução da pobreza.

**Justificação**

O Governo de Angola e as Nações Unidas têm como objectivo compartilhado erradicar a pobreza. Em 2018, 51,2% dos angolanos estavam em situação de pobreza na perspectiva multidimensional, com 29,9% e 88,2% nas áreas urbanas e rurais respectivamente[[5]](#footnote-6). O coeficiente de Gini foi de 42,7% em 2008[[6]](#footnote-7). Uma Análise de Disparidades Múltiplas Sobrepostas lançada com apoio da ONU em 2018 (INE 2018) sobre a pobreza infantil multidimensional em Angola concluiu que três em cada quatro crianças com menos de 5 anos de idade estão em situação de pobreza, sofrendo entre três e sete privações (INE 2018). As principais causas da pobreza e desemprego são o crescimento económico não inclusivo e não sustentável devido à limitada diversificação económica, baixo investimento em capital humano, ambiente empresarial desafiador, lacunas entre oferta e procura de qualificações profissionais ou acesso limitado à educação técnica e vocacional, assim como limitado apoio às micro, pequenas e médias empresas.

A diversificação da economia era já definida na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025, que estimava um investimento financeiro de 604 mil milhões de dólares, para que até 2025 se tivesse uma estrutura económica menos dependente do petróleo, centrada numa economia mais industrializada em transição para uma economia de serviços e uma maior contribuição dos outros sectores[[7]](#footnote-8). Para que isso se realizasse, sem a crise económica, a taxa média de crescimento do PIB era estimada em 9,5% ao ano, com os parciais de 13,9% para o conjunto agrícola, 21% para o agregado industrial e da construção, 11,5% para os serviços e 2,5% para o petróleo[[8]](#footnote-9).

Contudo, a crise económica incentivou ainda mais o Governo a investir na diversificação da economia que é considerada a melhor estratégia para resolver os problemas ligados ao fraco crescimento. Na diversificação da economia e na definição de um orçamento que suporte esta prioridade do Estado, a desconcentração assume grande importância, para que se possam focar nas áreas menos desenvolvidas e a participação dos cidadãos, para que possam ver espelhadas as próprias opiniões e desejos na estratégia nacional. Este representa ainda um desafio relevante, não somente como processo, mas propriamente como mudança de paradigma e mentalidade, com o Estado que não se vê separado dos cidadãos, mas expressão das suas intenções. Isso está relacionado também com a gestão administrativa nacional e governação, que incluem a participação, informação e transparência pública, sendo parte fundamental da área 4 deste UNDAF. O Governo está, de facto, a intervir neste aspectos para criar, desde o ponto de vista económico, mais confiança nos investidores estrangeiros para o mercado angolano, bem como afectar o progresso dos investimentos nacionais.

Em relação aos serviços sociais, pacotes dos serviços sociais integrados e convergentes deverão ser testados e custeados para demonstrar a efectividade e eficácia das acções de alto impacto e, muitas vezes, baixo custo, que podem ser financiadas pelo orçamento do Estado, expandindo esses modelos de serviços municipais para todo o país. As políticas e os programas sociais de saúde, nutrição, educação, água e saneamento, e protecção da criança e populações vulneráveis, devem ter em consideração diferentes condicionantes como a muito alta taxa de fecundidade que é de 6,2 crianças nascidas por mulher, e consequente crescimento acelerado da população (3% por ano); ou permanência ou recorrência das várias epidemias e pandemias (malária, VIH, tuberculose, cólera, febra amarela). A implicação são custos crescentes dos gastos sociais, porque a proporção do Orçamento Geral do Estado (OGE) dedicada aos serviços sociais é limitada (6,6% no caso da saúde), sendo a alta taxa de fecundidade um elemento exponencialmente crescente dos gastos sociais para atender a crescente demanda por serviços sociais básicos. Outro factor importante para o desenvolvimento sócio-económico é o processo de urbanização acelerada que Angola vive, com 28% da população concentrada em Luanda, metade da qual em comunidades de baixa renda. Este factor constitui um desafio para atender o bem-estar da população, mas também uma oportunidade para a rápida expansão dos serviços sociais em áreas com densidade populacional muito alta, aproveitando economias de escala.

Identificam-se também determinantes que desafiam o avanço   
socioeconómico das populações vulneráveis. A dicotomia urbano-rural continua a ser uma constante do país onde a maioria dos indicadores sociais sugerem que a situação nas áreas rurais é pior do que nas áreas urbanas. A excepção à regra é a prevalência de VIH nas áreas urbanas, devido às interligações entre os movimentos da população e a tendência da epidemia. As áreas rurais remotas mostram uma maior necessidade de atenção e investimento. Outro facto relevante é o baixo nível de educação das mulheres. Está demonstrado pela evidência internacional que crianças de mães com nenhuma ou pouca educação apresentam os piores indicadores sociais[[9]](#footnote-10). Olhando para as diferenças de género, as meninas apresentam geralmente indicadores sociais piores do que os meninos.

O Governo de Angola realizou esforços substanciais que resultaram em progressos tangíveis no ensino primário, dado que entre 2009 e 2018 o número de estudantes matriculados no sistema escolar aumentou de 5,8 milhões para cerca de 10 milhões. No entanto, 40% das crianças de 6 a 11 anos permanecem fora da escola ou estão atrasadas.

A evolução de alguns indicadores de saúde de Angola, como a taxa de mortalidade infantil, resulta de decisões importantes no domínio da saúde pública, mas é, também, uma consequência da ampliação do acesso a serviços públicos como saúde, educação, água potável, saneamento básico, sobretudo nas áreas urbanas. Mas, apesar dos avanços, há ainda grandes desafios que precisam ser enfrentados para garantir políticas públicas que permitam melhorar as condições de vida da população, bem como prestar um qualificado serviço público de saúde e promover a adopção de práticas de saúde, nutrição, água e saneamento saudáveis práticas, assim como as práticas desportivas e de lazer. Além disso, a cobertura dos serviços básicos de saúde materna, neo-natal, infantil e do adolescente continua baixa e irregular, com importantes lacunas[[10]](#footnote-11), devido à limitada disponibilidade de recursos humanos qualificados, barreiras no acesso aos serviços de saúde, nutrição, água e saneamento, além de pouca informação e limitados meios para a adopção de comportamentos saudáveis. A taxa de mortalidade materna foi reduzida de 1281-1500 por 100.000 (UNICEF 2002) até 610 por 100.000 (IBEP 2008-2009) a 490 por 100.000 (IIMS 2015-2016). Apenas 17% das mulheres nas zonas rurais de Angola dão à luz em unidades de saúde, em comparação com 46% nas áreas urbanas. 16% das mortes de mulheres estão associadas ao parto com gravidez na adolescência. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, "apesar dos esforços significativos feitos para melhorar a saúde reprodutiva, os principais indicadores apontam para uma situação ainda preocupante". Além disso, um quarto da mortalidade materna é causado pela malária[[11]](#footnote-12).

Outro elemento crítico para o desenvolvimento humano e social de Angola é a redução da violência, sobretudo a violência contra crianças e mulheres. Em Angola, estatísticas indicam que a violência física e psicológica ou emocional ainda é uma realidade em muitas famílias. Dados do IIMS 2015-2016 mostram que 24% das meninas entre 15-19 anos têm sofrido violência física ou sexual e a proporção é ainda maior entre as meninas casadas[[12]](#footnote-13). Alem disso, 35% das mulheres começam a maternidade entre 15-19 anos e 30% das mulheres casam-se antes dos 18 anos, aumentando a vulnerabilidade à violência (IIMS 2015-2016). Portanto, assim como previsto no PDN (Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar), as Nações Unidas irão apoiar acções e prestar assitência técnica ao Governo de Angola através de programas de combate à violência contra crianças, adolescentes e mulheres.

**Intervenções estratégicas chave da ONU incluirão o seguinte:**

* Desenvolvimento e implementação das estratégias nacionais para erradicar a pobreza em todas as suas formas
* Aumento do orçamento para os serviços sociais e a diversificação económica baseado em resultados, e que o mesmo seja executado e monitorizado nos níveis municipal, provincial e nacional.
* Estabelecimento e/ou reforço dos mecanismos de prestação de contas participativos e funcionais, de acordo com a lei em vigor, para planeamento, monitorização e avaliação do OGE e prestação dos serviços sociais disponibilizados.
* Programas de capacitação contínua, direccionados aos provedores dos serviços sociais e produtivos, e em planeamento, gestão, monitorização de programas e serviços reforçados de forma integrada e que garantam uma oferta de serviços de qualidade e equitativos a nível comunitário, municipal, provincial e nacional.
* Melhoria e ampliação dos serviços de educação e formação técnica-profissional inclusivos e de qualidade, fundamentalmente alinhados com o mercado laboral e que promovam inovações.
* Ampliação e reforço dos sistemas de serviços sociais e produtivos descentralizados e integrados (saúde, nutrição, HIV, educação, água e saneamento, habitação, protecção social, justiça, protecção contra violência, gestão fundiária, extensão rural, etc.) e de geração de emprego e rendimento a nível comunitário, municipal, provincial e nacional.
* Trabalho com a população-alvo em Angola (crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiências, refugiados, populações-chave e vulneráveis) para conseguir melhores conhecimentos, atitudes, práticas e normas sociais favoráveis ao exercício dos seus direitos, visando a redução da sua vulnerabilidade social e económica.
* Introdução de inovações e novas tecnologias na prestação de serviços sociais e produtivos integrados visando a expansão e melhoria da oferta a nível comunal, municipal, provincial e nacional.
* Fomento de sistemas de geração de evidências e análise de dados com disponibilidade e qualidade, provenientes de operações estatísticas e dados administrativos, funcionais, transparentes, desagregados (por sexo, faixa etária, rural/urbano, etc.) e em uso aos níveis municipal, provincial e nacional.
* Melhoria e ampliação de programas nacionais de promoção de um ambiente de negócios competitivo e favorável para micro, pequenos e médios empreendimentos, com melhora do investimento no setor privado para a realização dos ODS.
* Ampliação e implementação de programas de descentralização / municipalização que visam a redução das assimetrias territoriais / geográficas na oferta e acesso aos serviços sociais ampliados e implementados.

**Alinhamento com as prioridades do PDN**

O resultado da área 1 irá contribuir directamente com a agenda desenvolvimento económico e social do Governo de Angola, com ênfase nas prioridades estabelecidas nos seguintes eixos do PDN: (i) Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar, (ii) Eixo 2. Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo, e (iii) Eixo 3. Infra-estruturas Necessárias ao Desenvolvimento.

A ONU contribuirá de forma decisiva com a acção social e económica do Estado, visando a redução da pobreza e das disparidades sociais e económicas, através do apoio preferencial aos grupos mais vulneráveis e às populações-chave, advogando por decisões e acções públicas que visem a correcção das assimetrias no acesso aos serviços sociais e na redistribuição do rendimento, a mitigação do risco social, a estruturação económica das famílias e comunidades e a reintegração socioeconómica dos excluídos, incluindo em contextos humanitários. Este pilar do UNDAF partilha com o PDN a visão de que é fundamental e urgente focar na melhoria da sobrevivência e bem-estar dos cidadãos e da qualidade de vida das famílias angolanas, assim como a redução das desigualdades e assimetrias geográficas, de género e dos segmentos populacionais que encontram-se em desvantagem sócio-económica. A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento humano são condições essenciais para o progresso económico e social do país e constituem uma prioridade para o Governo de Angola e para as Nações Unidas. Como já mencionado, apenas 17% das mulheres nas zonas rurais de Angola dão à luz em unidades de saúde, em comparação com 46% nas áreas urbanas, consequentemente, 16% das mortes de mulheres estão associadas ao parto com gravidez na adolescência.

O Governo de Angola e a ONU atribuem particular relevância à educação, a partir da primeira infância, e à aprendizagem ao longo da vida, enquanto desígnio central para o desenvolvimento económico e social de Angola: um sistema de educação equitativo, inclusivo, baseado nos princípios da igualdade de oportunidades, acessível e de qualidade, que promova o exercício de cidadania activa, mas que também seja focado na oferta de qualificações e competências que estimulem a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias. A evolução dos indicadores de saúde de Angola resulta das decisões de saúde pública, mas é, também, uma consequência das melhorias na situação nutricional da população e do acesso crescente à água potável e ao saneamento básico. Mas, apesar dos avanços, existe o compromisso compartilhado de aumentar o financiamento doméstico do sector da saúde, de implementar políticas que permitam melhorar as condições de vida da população, bem como prestar um qualificado serviço público de saúde e promover a generalização de saudáveis práticas desportivas e de lazer.

Do ponto de vista económico, a promoção da competitividade das empresas e a sua expansão no mercado interno e externo constituem pré-condições essenciais para assegurar a diversificação da estrutura económica, reduzir o défice da balança comercial, alargar a base de incidência tributária, facilitar a integração nos mercados à escala internacional e regional, com reflexos positivos no crescimento económico, na criação de empregos e na redução da pobreza. Neste campo existe a visão conjunta reconhecendo a importância da diversificação para a estratégia de desenvolvimento económico do país.

**Parceiros**

Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Ministério da Energia e Águas, Ministério do Ambiente, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ministério  da Agricultura, Ministério da Economia e Planeamento, Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Ministério  das Finanças, Ministério da Comunicação Social, Ministério da Cultura, Ministério da Indústria, Ministério das Pescas e do Mar, Ministério do Comércio, Ministério dos Transportes, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional da Criança, Instituto Nacional de Luta contra o Sida,  Governos provinciais e administrações sociais, Assembleia Nacional e Provedoria da Justiçaa,  Sociedade Civil (Redes e Plataformas, Associações, Academia, Associações Juvenis, de Mulheres, Profissionais, de populações-chaves, Associações baseadas na fé, Sector privado, Associações de Pessoas Deficientes, minorias, refugiados, migrantes).

## Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher

Producto 2: Até 2022, os adolescentes, jovens, mulheres e mais vulneráveis são priorizados nas políticas e programas sociais, económicos, culturais e ambientais, incluindo em contextos humanitários.

**Justificação**

A última projeção divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola aponta para uma taxa de **desemprego** de 28,8% entre a população de 15 anos ou mais de idade (26,6% para os homens e 30,9% para as mulheres) e uma população total superior a 29 milhões de pessoas (segundo as projeções). A taxa de desemprego na área urbana é mais de duas vezes superior à da área rural (36,5% e 16,2%, respectivamente). A taxa de desemprego atinge o valor mais alto na população de 15-24 anos (52,4%).[[13]](#footnote-14) Durante a crise a taxa de desemprego quase permaneceu a mesma, tendo uma média anual entre 2014 e 2017 de 20%. A população economicamente activa (12,7 milhões)[[14]](#footnote-15) constitui a força de trabalho e representa 85% no total da população de 15-64 anos estimada em 2018, constituída na sua maioria por pessoas com 15-34 anos de idade. Aproximadamente 19% da população economicamente activa não tem nenhum nível de escolaridade, cerca de um terço (33%) frequenta o ensino primário e quase metade (47%) frequenta o ensino secundário ou mais[[15]](#footnote-16).

O desemprego diminui com a idade, todavia, um em cada dois jovens entre 15-19 anos está desempregado (46%). Por outro lado, entre 20 e 24 anos está desempregado um em cada três jovens (32%)[[16]](#footnote-17). Contudo 31% da população entre 25 e 34 anos de idade está desempregada. Além disso, é importante observar que entre a população de 15-24, 36% não está empregada e não frequenta a escola, portanto não desenvolve nenhuma actividade específica[[17]](#footnote-18). O problema destes jovens, e em geral da juventude (dos 15 aos 34 anos de idade), representa uma preocupação política elevada pois são 60% da população economicamente activa, portanto em condições de incentivar e participar activamente no crescimento económico nacional[[18]](#footnote-19).

Neste sentido, o Governo implementou nos últimos anos diversos programas de acesso ao emprego para estimular o empreendedorismo juvenil (ex. Balcão Único do Empreendedor – BUÉ - Angola Investe, Angola Jovem), mas que encontraram obstáculos na concretização devido à falta de capacidade técnica e dos recursos humanos no controle e na fiscalização durante a implementação, por exemplo, por causa da falta de documentos de identidade pessoal dos jovens, sendo este facto também observável entre os jovens refugiados que se encontram indocumentados. Além disso, a criação destes programas, teve pouca participação dos jovens e pouca flexibilidade na adaptação contextual, para que pudesse abranger um grupo-alvo heterogéneo e incentivasse por exemplo também a inclusão das mulheres e das raparigas. Assim sendo, os jovens representam o maior grupo social actual em maior risco de crise futura se as promessas de diversificação económica não se concretizam em programas mais reais de inclusão e criação de emprego, acompanhados por serviços sociais eficientes.

Angola registou um progresso positivo no acesso à educação, com mais de 2,6 milhões de crianças matriculadas em escolas primárias, atingindo actualmente mais de 7 milhões de crianças em todo o sistema de ensino, em comparação com 1,6 milhões de crianças em 2002. 65,6 % são alfabetizados em comparação com a taxa de 15 % em 1975.

O censo demográfico de 2014, bem como o “IIMS” (2015-2016), mostraram que a taxa no ensino primário é de 76%. No entanto, cai drasticamente para 15 % no 1º ciclo do ensino secundário e para apenas 8 % no 2º ciclo do ensino secundário. A taxa de conclusão do ensino primário para estudantes entre 18 e 24 anos é de apenas 13%. A taxa de desistência é alta, particularmente entre as meninas na transição para o ensino médio, com 22% das crianças entre 5 e 18 anos fora da escola. Para quase todos os indicadores-chave, a população nas áreas rurais está em desvantagem e especialmente vulneráveis são os filhos/as de refugiados.

Os indicadores em mateira de **saúde sexual e reproductiva** refletem o nível de desenvolvimento dum país, o impacto das desigualdades de género e a qualidade de vida da população em geral. Em Angola, a pesar de esforços significativos para melhorar o accesso a saúde sexual e reproductiva, inclusivo para os adolescentes e jovens, os indicators continuam a ser preocupantes. A pobreza multidimensional, o accesso limitado as informações correctas, a carência de oportunidades e perspectivas levam os Jovens a comportamentos a atitudes de alto risco e exacerbam as normas socio-culturais relativas ao género. 43% dos jovens entre 15 e 19 anos têm as suas necessidades de planeamento familiar não satisfeitas. Como resultado, a taxa de fecundidade de adolescentes é de 163/1000 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). Em quanto a prevalência do VIH é de 2% ao nível nacional, ela é de 2.6% nas mulheres (1.2% nos homens); de 1.5 % nas adolescentes e mulheres de 15 a 24 anos de idade (0.8% nos homens da mesma faixa etária). Neste contexo, apenas um terço dos jovens têm conhecimento abrangente do VIH. A educação sexual e reprodutiva, as vezes é ainda um tabù em algumas famílias, chega a ser fundamental, portanto para evitar que haja gravidezes precoces (adolescências) e indesejadas e aumentar o número de mulheres no ciclo de ensino. As mulheres trabalhadoras de sexo apresentam a prevalência do VIH mais alta no país com 7.8% fazendo deste grupo uma população chave para o controlo da epidemia.

Em relação à **promoção da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos das mulheres**, um dos passos fundamentais nos últimos anos, foi a aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n° 25/11), onde o Decreto Presidencial n.º 124/13 do Presidente da República que aprovou o Regulamento da Lei contra a Violência Doméstica, é um dos principais mecanismos jurídicos aprovados. Além disso, o Governo de Angola, através do Ministério da Saúde, publicou um guia chamado Manual Orientador para Notificação. O Governo de Angola, através do INAC, publicou em 2019 os Fluxos de Atendimento a Criança e Adolescente - um documento com padrões de atendimento e sistema de referenciamento para atender diferentes casos de violência, inclusive violência sexual[[19]](#footnote-20).

Apesar desses avanços, devem ser operacionalizados com mais eficiência e adaptação ao contexto, outros mecanismos jurídicos de suporte e mecanismos institucionais para a completa implementação das leis. O IIMS indica que cerca de um terço (32%) das mulheres declararam terem sido vítimas de violência física, em algum momento desde os 15 anos de idade. 22% reportaram terem sofrido violência com frequência ou ocasionalmente durante o ano 2015. 21% das mulheres não casadas sofreram menos violência comparando com as mulheres casadas ou em união de facto (37%) e divorciadas, separadas ou viúvas (44%). Portanto entende-se que o parceiro é o principal responsável pela violência dentro da família ou casal. Deve também referir-se que 37% das mulheres que têm emprego e são remuneradas são vítimas de violência em maior número que as mulheres sem emprego (29%), e que as mulheres com emprego, mas sem remuneração (28%). Mulheres trabalhadoras de sexo são disproporcionalmente expostas a violência baseda no género, sob várias formas, física, verbal e psicologica. Elas identificam os seus clientes (41%), a polícia (21%) e os seus parceiros (17%) como sendo os principais perpetradores de violência contra elas.

É também relevante ver como a violência está presente na vida das mulheres muito cedo: 20% das raparigas é vítima desde os 15 anos, praticada em maioria pelo próprio parceiro (57%) ou pelo parceiro anterior (15%), 13% pela mãe ou madrasta e 10% pelo pai ou padrasto. Em Angola, 8% das mulheres foi vítima de violência sexual, do qual 1% antes dos 10 anos de idade.

O número das denúncias em relação ao número de casos é muito baixo e isso pode ser explicado pela não implementação efectiva dos mecanismos jurídicos e institucionais de apoio à lei, o que não ajuda as mulheres e ver os benefícios das denúncias. Além disso, o fraco conhecimento das leis, dos seus direitos, dos mecanismos existentes para denunciar e protecção, bem como a pouca independência económica relativamente aos parceiros, criam barreiras para que as mulheres possam decidir mudar o contexto de violência e apresentar uma queixa formal. A violência está presente também em situações em que a mulher tem uma certa independência económica, significando que depende sobretudo duma questão educativa e de consciencialização sobre a igualdade de género.

Finalmente é importante fazer menção à Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género que é um grande instrumento legal que permitem evidenciar a relevância da temática para o Governo de Angola, bem como o compromisso com a Agenda 2030 que da extrema importância a igualdade de género e enfatiza a inclusão das mulheres como um dos principais meios para alcançar os ODS. O Índice de Desigualdade de Género reflecte a desigualdade de género em três dimensões, designadamente saúde reprodutiva, empoderamento e actividade económica.

Relativamente às actividades económicas, as desigualdades encontram-se na elevada dependência económica das mulheres do próprio parceiro, que não ajuda a autonomia e no elevado número de mulheres ocupadas em trabalhos informais em comparação ao homem. O mercado informal do trabalho ocupa na sua maioria mulheres. Além disso, considerando esta informalidade combinada frequentemente com a falta do bilhete de identidade, não permite que possam aceder aos créditos bancários para comprar bens ou para iniciar uma actividade comercial.

**Intervenções estratégicas chave da ONU incluirão o seguinte:**

* Reforço das capacidades das OSC-OCBs na elaboração de políticas e programas orientados a adolescentes, jovens, mulheres a mais vulneráveis.
* Fortalecimento da presença de adolescentes, jovens e mulheres na tomada de decisão sobre políticas e programas a nível autárquico.
* Definição e aprovação da ferramenta de controle da inclusão da multissectorialidade e transversalidade nas políticas públicas, incluindo o orçamento sensível ao género.
* Aumento do engajamento de rapazes e homens nas questões de género.
* Adaptação dos cursos técnico-profissionais às demandas de profissionalização dos jovens
* Elaboração de programas e estratégias para o primeiro emprego e trabalho formal, incluindo a possibilidade estágios e empreendedorismo.
* Sensibilização à População, Instituições públicas e Sociedade Civil sobre a violência, em especial VBG.
* Garantia do atendimento integrado e de qualidade às sobreviventes de VBG mediante a acção de agentes públicos e comunitários qualificados.
* Promoção e disseminação do accesso a serviços e direitos sexuais e reproductivos de adolescentes, jovens e mulheres, inclusivo as populações chaves com enfoque na prevenção da VBG.
* Fortalecer o sistema de justiça criminal para lidar com a VBG.
* Aumento do acesso à educação formal e alternativa, com aceleramento da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para adolescentes desfavorecidos, meninos e meninas.

**Alinhamento com as prioridades do PDN**

Espera-se que o resultado da área 2 apoie o Governo de Angola a alcançar as prioridades estabelecidas no Eixo 1 do PDN: Desenvolvimento Humano e Bem-estar. Neste eixo o estímulo por uma cultura de igualdade de género – que garanta o acesso à educação, saúde e nutrição, a defesa da igualdade de oportunidades no acesso à propriedade e ao emprego e a participação activa e paritária nas instituições – desempenha, também, um papel fundamental na redução da pobreza e na promoção do crescimento económico e do desenvolvimento sustentável

O PDN, por meio do programa de promoção do género e empoderamento da mulher, procura contribuir para a sensibilização dos agentes públicos, das famílias, das empresas e das comunidades sobre a importância da mulher no processo de desenvolvimento, promovendo, assim, a mudança de comportamentos e práticas em relação à sua participação. Igualmente importante é o foco na prevenção e resposta a violência de género; com o reconhecimento da importância da sensibilização e consciencialização sobre a igualdade de género nas escolas para incidir nas crianças e jovens e nas comunidades envolvendo os/as jovens e homens.

A população de Angola é maioritariamente jovem com cerca de dois terços da população com menos de 25 anos de idade, razão pela qual o Governo de Angola também lhe atribui particular importância: reconhece a importância da juventude enquanto activo estratégico do país, não deixando de assumir a sua dinâmica sociocultural, política e económica como fundamental à necessária reprodução social, modernização e desenvolvimento do país. O PDN procura dar continuidade a acções visando a inserção dos jovens na vida activa, a melhoria da sua qualidade de vida e a sua participação no desenvolvimento social do país, de forma integrada e transversal com outras políticas, no sentido de apoiarem a preparação da juventude para os desafios do futuro, colocando à sua disposição as ferramentas indispensáveis para uma participação activa no desenvolvimento de Angola.

Como foi anteriormente assinalado, a mulher e os jovens são considerados pela ONU em Angola aceleradores para o desenvolvimento do país e identificam-se como populações-alvo prioritárias para a definição de políticas públicas.

**Parceiros**

Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Saúde, INLS, Ministério da Comunicação Social, Ministério do Interior, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Provedoria da Justiça, Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Conselho Nacional da Juventude, Organizações da Sociedade Civil (Asoc de Jovens, Asoc de Mulheres, Asoc Profissionais, Redes), Governos Locais, Instituto Nacional de Luta contra Sida, Grupo de Mulheres Parlamentares, Partidos Políticos, Universidades, Sector Privado.

## Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável

Resultado 3: Até 2022, a população vulnerável é resiliente a alterações climáticas e a riscos de desastres com uma produção sustentável e inclusiva; com planeamento e gestão do território, das cidades, dos recursos naturais e do ambiente.

**Justificação**

O território angolano é rico em recursos naturais e ambientais e a *Estratégia Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação* e os programas de acção do sector (combate à caça furtiva, protecção da flora e da fauna, protecção e restauração dos ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos), integrados com os outros sectores e alinhados às políticas nacionais e internacionais para a gestão da biodiversidade, propõem-se a implementar acções de protecção eficazes para o ambiente e a biodiversidade.

Entre parques naturais e zonas protegidas do país existem 14 Zonas de Protecção Integral da Natureza em Angola que ocupam 161.392 Km², correspondente a 12,98% da superfície do país, distribuídos por nove Parques Nacionais, um Parque Natural Regional, duas Reservas Naturais Integrais e duas Reservas Naturais Parciais. A caça furtiva e a guerra civil (1975 - 2002), reduziram drasticamente a fauna existente. Na área do Quissama, de 450 leões em 1950, restavam apenas cinco em 1997, enquanto os elefantes tinham passado de 1200 a 20.

É destacável a cooperação entre os países da SADC para enfrentar e combater os crimes transfronteiriços ligados ao ambiente, mas também relativos às seguranças nacionais, que são de facto uma preocupação relevante para o Governo de Angola. Por estas razões, precisa fortalecer-se a capacidade dos 550 fiscais e aumentar o número dos agentes que trabalham nas fronteiras.

Na Zona Económica Exclusiva de Angola existe uma rica biodiversidade marinha e costeira que obriga a ter maiores responsabilidades na preservação do ambiente marinho e na adopção de medidas correctivas que visam a mitigação dos danos ambientais susceptíveis de ocorrerem no ecossistema marinho (petróleos, recursos naturais, pescas, navegação, turismo e actividades desportivas e de recreação). Esta complexidade é um desafio para a gestão dos mares e oceanos, com potencial significativo de contribuição para o aumento do Produto Interno Bruto nacional e para a criação de emprego. Desta forma, a estratégia de governação exige que haja uma implementação integrada e consciente e que as partes envolvidas possam promover a sustentabilidade do crescimento azul, beneficiando as comunidades e não criando danos ao ambiente.

Os perigos ambientais em Angola também são causados pelas condições dos solos, os quais em grande parte do território estão sujeitos a deslizamento de terras, desmoronamento de taludes e aparecimento de ravinas, bem como a inundações provocadas por cheias, transbordo de caudal dos rios e galgamento das águas do mar. Estes riscos afectam em especial as populações que habitam em áreas vulneráveis, mas causam também prejuízos significativos nas actividades económicas, em particular na agro-pecuária, e nas vias de circulação, deteriorando o estado das estradas e colocando em perigo, ou mesmo impedindo, o transporte terrestre.

A Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), liderada pelo Ministério do Interior (MININT) e composta por ministérios sectoriais, gere a situação das ameaças ligadas a eventos naturais e outros, que podem criar riscos de desastres. A nível provincial e local é representada pelos Governos Provinciais e Administrações Municipais. A operacionalização das actividades de intervenção é desenvolvida pelos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros (SPCB) que actua a nível local através dos agentes da protecção civil baseados nas províncias. Durante os últimos dez anos, os agentes de protecção civil melhoraram consideravelmente a própria capacidade de resposta e gestão dos desastres, o próprio órgão e desenvolveram instrumentos de operacionalização e resposta aos desastres eficientes (Planos de Contingência). Estes deverão ser adaptados ao novo contexto das administrações autárquicas.

Uma das prioridades no âmbito também das autarquias será, portanto, a gestão dos riscos e a sua redução, mobilizando recursos locais e sensibilizando as populações sobre as consequências de construir próximos dos rios, realizando acções de prevenção, informação e divulgação comunitária em matéria de protecção do ambiente, estabilização de encostas e margens de rios, desassoreamento dos rios e execução de obras de protecção costeira. Estas acções são dirigidas a proteger as pessoas e o ambiente, bem como criar sustentabilidade.

Angola progrediu no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, há evidências que a área florestal total protegida aumentou a cobertura: em 2016 essa cobertura era em média 46% da área total. Cerca de 26% do total de áreas de biodiversidade também são protegidas, mas a protecção das áreas marinhas protegidas permanecem reduzidas (menos de 1%)[[20]](#footnote-21). A capacidade de monitoria do impacto ambiental das indústrias extractivas é limitada devido à falta de habilidades especializadas, mas o Ministério do Ambiente está a trabalhar com algumas empresas do sector privado para aplicar dispositivos de auditoria ambiental, incluindo a implementação de contingências financeiras para passivos ambientais.

O Governo de Angola, além de avaliar com antecedência o impacto ambiental em todos as obras públicas, manifesta a importância das energias renováveis para mantê-las como suporte e base do sistema eléctrico de Angola, em particular através de uma forte aposta no potencial hidroeléctrico do país.

A sustentabilidade ambiental, entendida como não comprometimento por parte do homem da integridade dos recursos naturais para as próximas gerações, e o respeito do ambiente representam ainda um desafio. Em relação também não somente dos resíduos industriais (tóxicos e nocivo) como da gestão dos resíduos sólidos, que podem criar poluição no terreno chegando a ter impacto na saúde pública, bem como na mudança de visão do sector de reciclagem, que deveria ser considerada também como uma área de criação de empresas e postos de trabalho. Em Angola, nos anos recentes foram credenciadas 25 empresas de reciclagem e 3000 postos de trabalho.

Angola também é um país afectado pelas consequências das **alterações climáticas**, tendo registado um ciclo recorrente de secas e inundações que têm vindo a afectar de forma diferenciada as diferentes regiões de Angola, com consequências ao nível ambiental, social e económico.

A vulnerabilidade e exposição de Angola às alterações climáticas têm-se vindo a sentir ao longo do tempo, com episódios frequentes de fenómenos climáticos extremos como a seca, inundações ou a variabilidade acentuada da temperatura em algumas zonas do País. A energia, agricultura, florestas, uso do solo, indústria, resíduos, pescas, zonas costeiras, ecossistemas, biodiversidade, recursos hídricos e construção de infra-estruturas são sectores nos quais a integração do componente clima nas respectivas estratégias, programas e projectos, é indispensável para a sustentabilidade[[21]](#footnote-22).

Em linha com os 17 ODS, o país pretende combater a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. O Governo de Angola pretende participar no esforço conjunto mundial que tem que ser feito para combater as desigualdades entre os povos. Como tal, foi desenvolvida a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC 2018-2030) que traduz este objectivo em programas e acções.

Angola, nos últimos 10 anos, fez grandes esforços para capacitar os recursos humanos envolvidos na redução de desastres e ter os instrumentos programáticos de gestão. Em 2015, aprovou-se também o Plano Estratégico de Prevenção e Redução do Risco de Desastres que era considerado como uma contribuição para o PND (2013-2017), e segue a estrutura do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030. Também, a protecção civil em Angola recebeu uma formação e está a gerir a nível nacional o Programa de Gestão da Informação, para a recolha de dados sobre os desastres, depois partilhados a nível internacional.

**Intervenções estratégicas chave da ONU incluirão o seguinte:**

* Estabelecimento de sistemas de capacitação continua aos técnicos da administração central e local na metodologia das Escolas de Campo, em Gestão Florestal Comunitária e outras áreas.
* Capacitação das comunidades em boas práticas de processamento e comercialização de produtos e em empreendedorismo e agronegócios
* Reforço do quadro institucional legislativo e gestão fundiário de forma multissectorial.
* Promoção do acesso a financiamento e mercados pelos produtores familiares, associações e cooperativas.
* Aumento do acesso a *inputs* pelos produtores familiares, associações e cooperativas.
* Melhora da segurança alimentar em comunidades mais vulneráveis (e avanço contínuo em direcção à Fome Zero).
* Reforço do desenvolvimento de baixo carbono em conformidade com o Acordo de Paris e com populações sensibilizadas.
* Reforço da educação ambiental a nível individual, comunitário e institucional.
* Implementação de sistemas de gestão de resíduos com base em melhores práticas e acordos internacionais, inovação e tecnologia.
* Promoção do uso de energias renováveis incrementada.
* Aumento do acesso da população mais vulnerável a habitação adequada e condições de vida condignas.
* Reforçar as leis e políticas, e capacitação para instituições, para aplicação da lei e reforço das instituições de justiça para combater os crimes da flora e da fauna bravia e o tráfico ilícito.
* Implementação de um sistema de planeamento físico-territorial descentralizado com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nível territorial e urbano.
* Preservação da biodiversidade com conservação de áreas protegidas terrestres e marinhas
* Reforço da rede urbana das cidades menos povoadas para redução da pressão demográfica nas cidades mais populosas.
* Preservação do património cultural e arquitectónico e contribuir para o desenvolvimento económico e turístico.
* Promoção da conservação dos solos para o combate a desertificação.
* Advocacia por um aumento do investimento em apoio à recuperação da seca e à construção de resiliência nas províncias do Sul.
* Conservação dos solos para o combate a degradação em conformidade com as metas nacionais do Compromisso de Neutralidade da Degradação da Terra.
* Aumento das capacidades técnicas e financeiras para apoiar a recuperação da seca e a construção de resiliência nas provincíais do sul
* Reforço da capacidade técnica das comunidades mais vulneráveis para responder aos riscos e desastres naturais provocados pelo homem e para se adaptarem às alterações climáticas.

**Alinhamento com as prioridades do PDN**

O resultado da área 3 deverá apoiar o Governo de Angola a alcançar as prioridades estabelecidas no PDN nos eixos seguintes: (i) Eixo 1. Desenvolvimento Humano e Bem-estar; (ii) Eixo 2. Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo; (iii) Eixo 5. Desenvolvimento Harmonioso do Território; e (iv) Eixo 6. Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional.

O acesso à habitação adequada constitui um direito fundamental reconhecido no PDN e um elemento de qualidade de vida para todos, para além de ser uma condição de base para a localização das populações e para o funcionamento das actividades económicas, pelo que no PDN se assinala a necessidade de manter os esforços já iniciados no sentido de melhorar o acesso dos cidadãos à habitação e a uma melhor qualidade de vida.

A ONU compartilha o objectivo de aumentar a produtividade do sector agrário através da promoção da transformação sustentável das produções de subsistência e do incremento progressivo de uma produção orientada para o mercado, visando alcançar a segurança alimentar e o combate à fome e à pobreza, a dinamização da agro-indústria nacional, a redução da dependência produtiva e a diversificação da economia. De igual modo, o programa inclui o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à actividade pecuária. Compreende, ainda, acções de investigação no domínio do melhoramento genético, da alimentação e nutrição, da saúde animal, a introdução de melhores práticas de criação animal e a transferência de tecnologia.

Angola possui uma extensão de 53 milhões de hectares de florestas, os quais, em grande medida, se encontram subaproveitados, não contribuindo para a riqueza interna, a economia local e a fixação das populações no interior. A exploração sustentável desses recursos pode ser uma fonte de riqueza e de criação de emprego local, permitindo abastecer o mercado interno e diversificar as exportações. Além disso, permite prosseguir uma estratégia de povoamento do interior, ao criar condições de subsistência para todo um conjunto de pessoas que farão desta actividade o seu sustento principal. Neste contexto, o PDN visa incrementar, de forma sustentável, os níveis de extracção de madeira e derivados, bem como aumentar a produção de produtos não madeireiros, em particular o mel. Pretende-se também, assegurar os devidos níveis de povoamento e repovoamento florestal, com vista a combater a desflorestação e aumentar a superfície coberta por florestas.

A exploração sustentável dos recursos endógenos da pesca, da sua comercialização, da criação de emprego local e da substituição de importações é importante para o aumento controlado das capturas da pesca industrial, semi-industrial e artesanal, bem como o aumento da produção de sal

A ONU também reconhece a necessidade da melhoria da segurança alimentar e nutricional para alcançar níveis satisfatórios destes indicadores no país, reforçando a articulação entre as instituições governamentais e a sociedade civil, na conjugação de esforços em relação à identificação dos problemas, à análise de situações e à proposta de eventuais soluções orientadoras, tendo em conta as estratégias sectoriais. Este programa tem, como princípio-base, o envolvimento activo das comunidades, tendo o município como núcleo estratégico de planificação, intervenção, acompanhamento e avaliação, e procura contribuir para relançar a economia rural, por forma a que se possam satisfazer as necessidades alimentares do país, através do aumento da produção e da qualidade dos alimentos, conduzindo a uma melhoria da qualidade de vida da população.

A ONU e o Governo de Angola reconhecem a vulnerabilidade do país às alterações climáticas, tendo consciência dos impactos se têm vindo a sofrer e da tendência para estes se agravarem. Angola tem registado um ciclo recorrente de secas e inundações que têm vindo a afectar de forma diferenciada as diferentes regiões, com consequências a nível ambiental, social e económico. O Programa Nacional para as Alterações Climáticas visa a implementação da Estratégia, bem como cumprir os indicadores da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e o objectivo número 15 dos ODS “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”. Numa perspectiva mais imediata, insere-se também no presente programa um objectivo que visa o combate à seca, um dos efeitos das alterações climáticas que está actualmente a afectar uma grande parte do território nacional e que requer uma abordagem multissectorial. Igualmente a preservação e valorização da biodiversidade constitui um vector fundamental da Política de Sustentabilidade Ambiental, com incidência na sustentabilidade dos recursos naturais. Busca reforçar-se a macrofauna e a preservação das espécies da flora e fauna em vias de extinção, bem como melhorar a gestão das áreas de conservação, cujo aumento é uma prioridade e um compromisso inadiável.

Finalmente, as condições climáticas e de solos específicas de grande parte do território angolano são propícias a determinados riscos ambientais, nomeadamente de deslizamento de terras, desmoronamento de taludes e aparecimento de ravinas, bem como a inundações provocadas por cheias, transbordo de caudal dos rios e galgamento das águas do mar. Estes riscos afectam em especial as populações que habitam em áreas vulneráveis, mas causam também prejuízos significativos nas actividades económicas, em particular na agro-pecuária, e nas vias de circulação, deteriorando o estado das estradas e colocando em perigo, ou mesmo impedindo, o transporte terrestre. Este problema é uma preocupação para as administrações locais e para os governos provinciais, prioridade compartida pela ONU que identifica como uma área clara de intervenção.

**Parceiros**

Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Ministério da Energia e Águas, Instituto Nacional de Recursos Hídricos de Angola, Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, Ministério da Indústria, Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ministério das Pescas e do Mar, Ministério da Saúde, Governos provinciais e administrações municipais, Organizações da Sociedade Civil, Instituto de Desenvolvimento Agrário, Autoridades tradicionais, Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica, Instituto de Desenvolvimento da Pesca, Gabinete de Segurança Alimentar, MININT, Comissão Nacional de Proteção Civil, Academia.

## Área 4: Democracia e estabilidade

Producto 4: Até 2022, cidadãos participam e monitoram a governação, todas as pessoas têm acesso à justiça e direitos humanos observados, num ambiente de paz e segurança regional

**Justificação**

Um dos eixos de reforma no âmbito político-administrativo é a **descentralização e a reforma do Estado**. As Nações Unidas acompanharão ao Governo de Angola com múltiplas estratégias e intervenção. Em 2018, o Presidente da República criou a Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, com a finalidade de definir as premissas para a materialização de um dos eixos fundamentais do Programa de Governo para o quinquénio 2018-2022, sendo um espaço de concertação e monitorização multilateral das reformas a realizar em cada sector da governação.

Do ponto de vista administrativo, desde 1991 até 2016 foi implementado o Programa de Reforma Administrativa (PREA), que visava, entre outros objectivos, atingir uma melhor capacidade administrativa de governar do Estado, maior eficiência e eficácia no atendimento aos cidadãos, reforço do sentido de missão e compromisso do servidor público com a prestação de melhores serviços aos cidadãos e a qualificação dos recursos humanos dentro da administração pública. Um dos programas de mais sucesso desta reforma é o *Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão* (SIAC), que constitui um marco importante na relação entre os serviços públicos e os seus utentes (cidadãos e empresas) e tem permitido desburocratizar e tornar mais célere alguns processos e emissão de documentos[[22]](#footnote-23). Os sucessos do SIAC são potenciados e expandidos no PDN 2018-2022.

Em Angola, o processo de desconcentração administrativa está a avançar gradualmente, considerando sobretudo que a municipalização dos serviços ainda é relativa às áreas específicas (saúde, acção social e agricultura) e que a actual estrutura estatal incentiva a centralização. Assim sendo, a Reforma do Estado chega a ser relevante para o contexto e para conseguir desenvolver as comunidades e os municípios.

Em 2018, o Presidente João Lourenço anunciou que as eleições ou autarquias locais seriam realizadas a partir de 2020, mas seguindo um percurso gradual até 2030 que vai durar 10 anos, para a sua implementação em todo território.

A ONU acompanhará o processo de institucionalização das autarquias locais de forma progressiva no quadro do Plano de Desconcentração e Descentralização Administrativas e Reforma do Estado que prima pela institucionalização gradual das autarquias locais a nível do território nacional. A justificação do gradualismo é baseada na heterogeneidade dos municípios em Angola, das grandes diferenças entre a realidade urbana e rural, nas assimetrias territoriais profundas e sobretudo nas capacidades de gestão local, seja no âmbito dos recursos humanos, como no âmbito das infra-estruturas para o desenvolvimento do poder autárquico. O processo de institucionalização é para todo o território nacional, mas a sua implementação será faseada, com base em vários critérios: número de habitantes, nível de pobreza, situação económica, etc. [[23]](#footnote-24). A inclusão contínua de todos municípios no processo autárquico será feita de forma sequencial e gradual, no início de cada ciclo eleitoral, ou seja, de cinco em cinco anos, mas num período não superior a 10 anos.

A ONU vai apoiar nos próximos anos o país e o Governo na preparação das condições para a implementação das autarquias: o estabelecimento de um sistema de administração tributária, a instituição e instalação de Tribunais de Comarca e Tribunais da Relação, de acordo com a Lei sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, a instalação de equipamentos necessários para o funcionamento da Assembleias Municipais e das Câmaras Municipais, a instalação de pelo menos uma agência bancária e a instalação de uma rede de telecomunicações que permita o acesso a tecnologias de informação e comunicação para cada circunscrição autárquica. A ONU apoiará na mobilização de recursos para esse processo preliminar de preparação que requer significativos recursos financeiros.

Os pontos mais críticos no âmbito do pacote eleitoral são representados principalmente pela debilidade no processo de planificação e orçamentação assim como nos mecanismos de monitoria financeira que serão apoiados pela ONU para garantir a boa gestão dos recursos canalizados e arrecadados nas autarquias. Com base na presente proposta de lei do pacote autárquico, propõe-se a possibilidade dos municípios poderem adquirir autonomamente empréstimos e cobrar impostos aa nível local, pelo que se trabalhará na regulação do funcionamento do sistema em relação a transferências financeiras e realocação de recursos, e a divisão de trabalho na concepção do sistema. Isso representa de facto um risco para a mobilização de fundos nas autarquias, porque tal sistema por si só não assegura uma gestão plenamente transparente e depende da capacidade dos órgãos locais eleitos de arrecadar recursos necessários para o funcionamento do Estado a nível local. A ONU trabalhará na redução desse risco e para evitar que possa agravar assimetrias entre municípios.

A ONU trabalhará no período do presente UNDAF para construir mecanismos de confiança entre o governo autárquico e as autoridades tradicionais, sobretudo em relação à resolução dos problemas locais (propriedade, lar, entre outros), onde culturalmente, ou de acordo com práticas, as autoridades tradicionais são o responsável primário pelo controle e administração das comunidades. Nesta perspectiva, as Nações Unidas apoiarão o Governo em colmatar esta distância entre os sistemas formal e tradicional de justiça, procurando juntamente com as instituições do Estado e as autoridades tradicionais por soluções apropriadas.

Em relação à **igualdade de género**, na proposta de lei do pacote autárquico não é ainda evidente o equilíbrio de género no âmbito da participação e representação política. Dentro da proposta autárquica, ainda não existem critérios de discriminação positiva que impõem, por exemplo, uma quota mínima de mulheres para as listas eleitorais. Este aspecto representa um risco para o equilíbrio de género porque poderá haver menos mulheres a participar e ter representação na vida política local, e deste modo, questões contundentes que afectam as mulheres em particular, e as comunidades de uma forma geral, poderiam obter menos atenção e interesse político. A discriminação positiva nas eleições autárquicas estaria em linha com a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG) adoptada em 2013, que incentiva a participação das mulheres em todos os níveis de governação[[24]](#footnote-25).

Para assegurar a participação e representação política efectiva das mulheres, é necessário que sejam implementadas medidas estratégicas eficientes para fortalecer a capacidade das mulheres, sobretudo da jovem mulher, de participar, ultrapassando assim as barreiras que as impedem, nomeadamente: reforço da consciencialização sobre os direitos das mulheres, finalização do ciclo de ensino educativo, serviços de saúde de qualidade e com especificidade para mulheres, mais oportunidades de trabalho, serviços básicos próximos e regulares, incentivar e capacitar as associações de mulheres, fortalecer o diálogo entre os géneros e promover a igualdade.

As eleições autárquicas podem também representar o início de maior heterogeneidade na governação em Angola, porque poderão ser eleitas autarquias de partidos da oposição. Nesta senda, será importante desenvolver acções de preparação das organizações da sociedade civil, mulheres e jovens para melhorar a sua participação e facilitar o diálogo social sobre temas de interesse local, no que respeita as formas democráticas de diálogo.

Não obstante, os grandes investimentos feitos no âmbito da formação pelas instituições do Estado, a capacidade dos recursos humanos a nível local ainda é reduzida em termos de planificação, análise, orçamentação, monitoramento e avaliação. Depois da implementação das autarquias locais, as responsabilidades dos recursos humanos permanentes aumentarão consideravelmente, o que irá requerer maior capacidade numérica de quadros e maior técnica em termos de competências e número de funcionários para cobrir a extensão do território. A ONU vai apoiar esse processo de desenvolvimento de capacidades através de diferentes intervenções, incluindo trocas de experiências com outros países que passaram por processos similares, bem como assistência técnica directa.

A **Reforma do Sistema de Justiça** que está em curso visa, essencialmente, eliminar a distância existente entre o acesso à justiça e a prática administrativa das instituições de justiça. O acesso à justiça traduz-se na capacidade das pessoas procurarem e obterem uma solução aos seus problemas por meio de mecanismos formais e informais. A capacidade de buscar e exercer influência positiva sobre a legislação e as instituições formais ou informais de administração de justiça determina o acesso dos mecanismos justos, eficazes e responsáveis de protecção de direitos, controle de abusos de poder e resolução de conflitos. Assim sendo, para um eficaz acesso às instituições de justiça é necessário dotar os cidadãos de todos os instrumentos para assegurar, efectivamente, a protecção dos seus direitos e garantir a confiança que os mesmos depositam nas instituições. Além da divulgação de leis e dos direitos, uma das estratégias principais que se implementarão no período será a capacitação dos profissionais das instuições da justiça e direitos humanos, bem como os mecanismos de funcionamento dessas instituições, para garantir acesso à justiça e direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, a nível local. De igual forma é necessário assegurar o reforço do Sistema Especializado de Justiça para Crianças à luz de instrumentos Internacionais (maior efectividade na aplicação da Lei Especial do Julgado de Menores).

Um dos instrumentos de acesso à justiça é o registo civil, por meio do documento de identidade. A proporção de crianças menores de 5 anos de idade cujos nascimentos foram registados numa autoridade civil é de 25% (INE, IIMS-2020-2021). O Censo de 2014 mostrou que 53% da população residente em Angola estava registada nos serviços do registo civil, sendo que quase a metade dos angolanos não possuem um bilhete de identidade. A assimetria entre as áreas urbana e rural é ainda maior, sendo que apenas 30% da população residente na área rural tem registo de nascimento[[25]](#footnote-26). Não ter registo de nascimento significa não poder ter acesso aos próprios direitos como cidadão, a cidadania, e beneficiar por todo o ciclo de vida dos serviços do Estado (por exemplo, acesso à educação, à saúde, às actividades económicas, de crédito, ter acesso ao emprego, contrair matrimónio, registar os próprios filhos)[[26]](#footnote-27).

Por isso, é uma prioridade para a ONU ajudar a superar esta situação. O Governo está a implementar o *Programa de Massificação do Registo Civil e atribuição do Bilhete de Identidade*, para garantir a efectivação do direito ao registo, por ser através deste que surgem um conjunto de outros direitos que visam dar expressão prática ao pleno exercício da cidadania[[27]](#footnote-28). Este percurso, junto com o estabelecimento do CRVS – Sistema de Estatísticas Vitais, representam um grande passo na consolidação do Estado de Direito e a observação dos direitos humanos[[28]](#footnote-29).

A produção e uso de dados desagregados para informar políticas e tomadas de decisão por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE) melhorou significativamente. A produção do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde referente a 2015-2016 e do Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2018 são exemplos de estudos desenhados de acordo aos parâmetros metodológicos internacionalmente aceites que mostram o reconhecimento dos dados nacionais e o fortalecimento do uso de evidências para a elaboração de políticas, planos e estratégias.

Esta larga apropriação das informações oficiais demonstra o salto de qualidade no que diz respeito à produção, análise e disseminação de dados desagregados confiáveis que facilitam o mapeamento das disparidades demográficas e iniquidades socioeconómicas, incluído as diferenças quanto ao género e as assimetrias.

Apesar do progresso observado neste campo, são necessários esforços adicionais para identificar populações marginalizadas, incluindo as mais desfavorecidas, pessoas com deficiência e outras populações-chave, a fim de melhorar o acesso ao desenvolvimento inclusivo. A realização oportuna e de qualidade do censo demográfico de 2024 será fundamental para orientar a tomada de decisões e a programação baseada em resultados de acordo com as prioridades nacionais e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O problema dos Fluxos Financeiros Ilícitos da África está emergindo há algum tempo. Estudos recentes mostraram que o volume de activos provenientes do continente pode ser superior a US $ 50 bilhões por ano. Deste montante, mais de 40% é estimado como sendo produto de crimes. O Governo de Angola identificou a necessidade de assistência para o desenvolvimento de capacidades institucionais especializadas, profissionais formados, legislação apropriada e capacidades de cooperação internacional para parar os fluxos financeiros ilícitos e para impedir que os criminosos se beneficiem dos lucros do crime organizado. A assistência da ONU buscará atender essas necessidades com ênfase na criação de capacidades para rastrear, apreender e confiscar os produtos do crime, de acordo com os padrões internacionais e a meta ODS 16.4. Como resultado, os criminosos não poderão manter o produto das suas actividades criminais, qualquer que seja a sua natureza e proveniência. A confiscação efectiva de activos é também uma das formas mais efectivas de combater o crime organizado, tirando o produto desses crimes e usando o produto do crime para continuar a combater o crime organizado. Mais trabalhos continuarão a avaliar a adequação dos Fundos de Confisco de Activos e de um escritório de Gestão de Activos para assegurar que os produtos do crime quando confiscados possam ser usados para fins de aplicação da lei ou de desenvolvimento.

O **combate à corrupção, a transparência e a promoção da legalidade** representam um dos principais propósitos do actual Governo de Angola e do presente UNDAF, apesar de serem factores muito desafiadores do contexto. A corrupção em Angola é também fomentada pela baixa remuneração salarial e insatisfação dos funcionários públicos, à burocracia excessiva no funcionalismo público, à pouca transparência na gestão do erário público, aos baixos níveis de educação e formação da população, à pouca responsabilização e prestação de contas dos entes públicos e privados e à ausência de prestação de contas e informações em grande parte das instituições públicas e privadas, e sobretudo aos processos centralizados de tomada de decisões que pouco envolvem as governações locais. Para atender a esses desafios, haverá engajamento no desenvolvimento da gestão baseada em resultados. Será reforçada a capacidade para a gestão administrativa, o planeamento participativo e na perspectiva de género, a responsabilidade financeira e a prestação de contas, a transparência e o monitoramento da utilização das alocações orçamentais e da mobilização de recursos, a nível nacional e local. Também haverá engajamento na melhora da capacidade técnica dos recursos humanos das instituições na gestão de todos os serviços básicos e sociais (água e saneamento, educação, saúde e protecção social), focando na capacidade de diagnostico, coordenação, planificação e gestão do orçamento a nível nacional e local.

Na diversificação da economia e na definição de um orçamento que apoie esse engajamento, é importante a desconcentração para que se possam desenvolver áreas menos desenvolvidas e a participação dos cidadãos, a fim de poderem exprimir as suas próprias opiniões e desejos na estratégia nacional. Esta área de trabalho não somente representa um processo, como também uma mudança de paradigma e mentalidade, com o Estado que não se vê separado dos cidadãos, mas como expressão das suas intenções. Isso está relacionado também à gestão administrativa e governação nacional, que incluem de facto a participação, informação e transparência pública.

Angola tem demonstrado a nível internacional um compromisso constante e progressivamente mais forte com os **Direitos Humanos**. A nível de tratados internacionais, o Governo de Angola comprometeu-se aderindo aos mais importantes, entre eles: a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, (ICESCR), a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRD) e já serviu três vezes como membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e em 2017, foi eleito com um mandato de 2018 a 2020[[29]](#footnote-30). Contudo o contexto actual ainda apresenta alguns desafios na implementação destes tratados e o pleno gozo dos direitos humanos por parte dos seus cidadãos, aspecto este que será uma área de trabalho por parte da ONU[[30]](#footnote-31)[[31]](#footnote-32). A ratificação de outros instrumentos como as Convenções contra a tortura, ICERD sobre todas as formas de discriminação racial e as convenções de 1954 e 1961 sobre apátridia reforçarão a protecção dos direitos humanos em Angola.

No sentido de aumentar a consciencialização dos cidadãos sobre os direitos humanos e a preparação dos profissionais e das instituições em Angola, o Governo preparou recentemente a *Estratégia de Educação para os Direitos Humanos 2018-2021,* que deverá ser implementada durante este UNDAF, através de acordos e parcerias com as Nações Unidas e diversas instituições do ensino superior, para a inclusão de matérias curriculares e conteúdos programáticos sobre direitos humanos, bem como o seu ensino em cursos de pós-graduação.

Os progressos do Governo neste âmbito evidenciam-se também na preparação de relatórios nacionais sobre direitos humanos a serem partilhados a nível internacional. Em Outubro de 2018, o País apresentou o Sexto e o Séptimo Relatórios da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e o Relatório Inicial do Protocolo Adicional à Carta sobre os Direitos da Mulher em África. Angola também vai apresentar e defender o Terceiro Relatório Nacional dos Direitos Humanos para o Terceiro Círculo da Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo, regista-se um acrescido envolvimento das OSC neste âmbito, através de consultas públicas com o Executivo na elaboração de relatórios de direitos humanos, por exemplo, na elaboração do segundo relatório da UNCCPR (Convenção das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos) e o 7º relatório da CEDAW. As Nações Unidas vão continuar a colaborar neste período com o Governo para fortalecer a capacidade também das OSC no âmbito do monitoramento independente dos direitos humanos da criança, conforme descrito na UNCRC e na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. Com este apoio técnico, as OSC prepararam um relatório complementar ao Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC), apresentado no Lesoto por uma delegação angolana[[32]](#footnote-33).

O Provedor de Justiça, para além de relatórios anuais sobre a situação dos direitos humanos remetidos à Assembleia Nacional, vai também começar a elaborar relatórios temáticos e sectoriais sobre o estado dos direitos humanos em Angola. A Provedoria está igualmente em processo de remeter a sua aplicação à Aliança Global das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (GANRHI) como Instituição Nacional de Direitos (INDH) de acordo com os Princípios de Paris, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Angola e o Escritório Regional do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. A ONU vai consolidar estes esforços no período do presente UNDAF.

A protecção dos direitos humanos deve ser assegurada sobretudo em relação aos grupos mais vulneráveis que estão particularmente expostos a violações e casos de abuso, bem como, na ausência de documentação, sujeitos a serem excluídos do acesso à justiça e serviços básicos, incluindo as pessoas não nacionais.

Angola tem sido um dos países-destino para vários migrantes devido ao potencial económico, em particular, na área da mineração. Nos últimos tempos, os movimentos migratórios para Angola têm-se tornado mais complexos devido a outros factores socioeconómicos tais como instabilidade política e as mudanças climáticas que afectam não só os países da região da SADC, assim como movimentos forçados da população por razões de conflito e segurança. Estes fluxos consistem em movimentos populacionais migratórios complexos que incluem refugiados, requerentes de asilo, migrantes económicos e outros migrantes, e vítimas de tráfico. Os indivíduos que fazem esta viagem arriscada, particularmente mulheres e crianças não acompanhadas, ficam expostos a violações severas dos seus direitos humanos, com particular destaque ao tráfico humano e exploração sexual[[33]](#footnote-34).

Angola continua a ser um país de origem e destino para homens, mulheres e crianças submetidas a tráfico sexual e trabalho forçado. Os angolanos, incluindo menores de idade, sofrem trabalho forçado nos sectores de fabricação de tijolos, serviços domésticos, construção, agricultura e mineração de diamantes artesanais no país. Meninas angolanas com apenas 13 anos são vítimas de tráfico sexual. Adultos angolanos usam crianças menores de 12 anos para actividades criminosas forçadas, aproveitando o facto das crianças não poderem ser processadas criminalmente. As províncias de Luanda, Benguela e as províncias fronteiriças do Cunene, Namibe, Zaire, Lunda Norte e Uíge são as áreas de maior ameaça para as actividades de tráfico. Alguns rapazes angolanos são levados para a Namíbia para trabalhos forçados em pastoreio de gado, enquanto outros são forçados a servir como mensageiros para transportar bens ilícitos, como parte de um esquema para contornar as taxas de importação no comércio transfronteiriço com a Namíbia. As mulheres e crianças angolanas estão sujeitas a servidão doméstica e tráfico sexual na África do Sul, Namíbia e países europeus, incluindo os Países Baixos e Portugal.

O Governo de Angola tem feito esforços para garantir que os movimentos migratórios aconteçam de forma regular e ordeira respeitando os direitos humanos dos migrantes. Não obstante, ainda existe fragilidade na flexibilidade e qualidade na identificação e apoio aos migrantes em situação de vulnerabilidade. Assim, a ONU apoiará a tendência positiva no marco de desenvolvimento da política para refugiados e migratória em curso no país para que a capacidade nacional de gerir os movimentos migratórios, bem como de prestar assistência aos migrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, possa ser reforçada.

As Nações Unidas apoiarão, para um maior engajamento de Angola nos desafios transfronteiriços, as áreas de paz e segurança, epidemias e pragas, preservação ambiental, migrações e refugiados. A actual legislação sobre o tráfico de pessoas em Angola abrange todas as formas de tráfico indicadas no Protocolo sobre Tráfico de Seres Humanos da ONU. Espera-se que Angola materialize o seu compromisso com o Acordo de Comércio Livre da SADC; cumprimento da meta-zebra da SADC sobre a representação da mulher na arena pública; implementação do Programa Estratégico de Acção para a Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango, reforçando assim a gestão conjunta e a capacidade de tomada de decisão cooperativa dos Estados da bacia do Cubango-Okavango sobre a utilização ideal dos recursos naturais na bacia.

**Intervenções estratégicas chave da ONU incluirão o seguinte:**

* Reforçar o sistema autárquico e os órgãos locais para que sejam participativos e inclusivos de forma a viabilizar a participação e representação efetiva de jovens e mulheres como eleitores e candidatos.
* Fortalecer a capacidade das instituições e assessoramento legislativo e político
* Implementar mecanismos para a monitoria social a nível local pelos cidadãos e OSC, capacitando os CACs e CPACs como mecanismos de participação dos cidadãos e OSC nos processos, funcionamento e órgãos autárquicos.
* Padronizar processos na gestão pública para garantir transparência e responsabilização, e acesso a informação e dados públicos pelos cidadãos.
* Reforçar as leis e políticas, e capacitar instituições de justiça e direitos humanos para garantir acesso a justiça e respeito aos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, a nível local.
* Fortalecer a capacidade dos profissionais da justiça criminal em investigações centradas nas vítimas, bem como a captura de dados do tráfico de pessoas.
* Conseguir a conformidade da legislação angolana com todas as dez Convenções Internacionais de Direitos Humanos e os sete instrumentos legais da Comissão Africana dos direitos humanos ratificados por Angola.
* Fortalecer os Comités Provinciais de Direitos Humanos.
* Reforçar o funcionamento do CREL de Luanda com atenção aos grupos vulneráveis e a gestão de dados estatísticos de direitos humanos.
* Diagnosticar as práticas costumeiras/tradicionais e articular a relação jurídica entre a lei costumeira e a lei positiva.
* Melhorar o acesso das crianças e adolescentes aos serviços de justiça, seja como vítimas, testemunhas ou perpetradores de crime através de um sistema da justiça juvenil funcional e mecanismos alternativos a nível local.
* Apoiar a operacionalização da legislação especial enquanto forma de reforçar a protecção de mais vulneraveis, como as crianças, em particular as vítimas de violência.
* Conseguir um maior engajamento de Angola na implementação de instrumentos regionais e internacionais de cooperação e beneficiação (ex. recursos, comércio transfronteiriço, preservação ambiental, etc.).
* Fomentar a diplomacia de paz (diálogo para paz, motivação migratória, eleições livres e justas, segurança regional).
* Apoiar no reforço das capacidades nacionais para a produção de dados e informações estratégicas, incluindo sobre o alcance dos ODS e a preparação para o Censo de 2024.

**Alinhamento com as prioridades do PDN**

O resultado da área 4 pretende apoiar o Governo de Angola a conseguir as prioridades estabelecidas nos seguintes eixos do PDN: (i) Eixo 4. Consolidação da Paz, reforço do Estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização; e (iii) Eixo 6. Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional.

Assim, a ONU soma-se à necessidade de uma Reforma do Estado que integre mudanças fundamentais suportadas em grandes princípios transversais, como a capacitação reforçada do Estado, a boa governação, o reforço da democracia e a participação activa dos cidadãos, a descentralização, o desenvolvimento local e a municipalização.

Neste resultado, pretende apoia-se o Executivo na adopção do paradigma de gestão por resultados focado na eficiência e na partilha de custos com procedimentos mais flexíveis e simplificados, mas mantendo as práticas administrativas estritamente necessárias para assegurar o interesse público e a segurança jurídica das pessoas e das empresas. A melhoria do desempenho do Estado exige a introdução de uma cultura de avaliação, assente em princípios claros e transparentes e numa responsabilização dos agentes do Estado envolvidos nos processos de tomada de decisão. A ONU tem ampla experiência e está totalmente alinhada com o PDN na intenção de corrigir uma tendência dominante para a análise e avaliação de processos e procedimentos e passar a valorizar sobretudo os resultados das decisões públicas.

A ONU também buscará garantir a existência de um bom clima empresarial, e o funcionamento eficiente e eficaz do sistema de justiça, visando, essencialmente, uma garantia quanto aos direitos fundamentais, aos direitos de propriedade e ao cumprimento dos contratos, a par da definição de regras claras de funcionamento dos mercados, atendendo a Lei da concorrencia e erradicação de monopolios.

Haverá igualmente um intenso programa de Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação: apoiando ao Governo na estratégia de promover a universalidade de acesso a documentação básica para todas as pessoas incluindo refugiados, requerentes de asilo e migrantes. Para isso, prevê-se ampliar a estratégia de massificação do registo civil, atribuição do bilhete de identidade, do passaporte e do comprovativo de residência. De igual modo, visa apoiar os cidadãos a constituírem-se como um verdadeiro interlocutor do Estado, através da sua melhor organização e capacitação para o exercício da cidadania e de uma participação mais activa na governação do país, com vista a promover a construção de uma sociedade mais democrática, participativa e reactiva às necessidades dos angolanos, aumentando a participação crescente da sociedade civil no processo de governação, designadamente a nível local.

Assim, também se apoia a Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública, aperfeiçoando o modelo da Administração Central do Estado - simplificando e flexibilizando as suas estruturas orgânicas e promovendo o alinhamento institucional dos vários órgãos e serviços -, desburocratizar processos e procedimentos administrativos e melhorar os pontos de acesso – tirando partido das novas tecnologias -, no sentido de promover uma melhor resposta da Administração Pública às necessidades dos cidadãos e das empresas.

A Reforma e Modernização da Administração da Justiça é um Programa do PDN que é parte da estratégia deste UNDAF visando criar instituições de justiça fortes e com capacidade para assegurarem o exercício da cidadania e a observância dos direitos humanos, através de uma melhor organização, modernização e informatização dos serviços de justiça, assim como no acompanhamento de menores de idade, na prevenção e recuperação de pessoas com dependência de substâncias aditivas e da promoção dos direitos humanos.

Finalmente, a ONU, no quadro do PDN 2018-2022, responde a este desafio com o apoio no aprofundamento da Desconcentração Administrativa, numa primeira etapa, através da delegação gradual de competências da Administração Central para a Administração Local do Estado (Governos Provinciais e Administrações Municipais); posteriormente, através da transferência de competências e da criação das autarquias locais, o que pressupõe a realização do respectivo processo eleitoral, previsto para 2020. A capacitação dos recursos humanos também é estratégia central, bem como a adequação dos recursos financeiros e materiais necessários à execução das competências que, entretanto, são assumidas a nível local. A Política de Descentralização e Reforço do Poder Local prevê, ainda, uma intervenção em matéria de Reforma da Administração Local e Melhoria dos Serviços Públicos a nível Municipal, com o objectivo de desenvolver serviços capazes de implementar uma política de proximidade que assegure uma satisfação das necessidades dos cidadãos, com maior eficácia e eficiência.

**Parceiros**

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Assembleia Nacional. Comissão Nacional Eleitoral, Governos Municipais/Locais; Organizações da Sociedade Civil; Partidos políticos; Instituto Nacional de Estatística,Ministério da Acção Social, Família e Promoçao da Mulher; Ministério da Juventude e Desportos; Inspecção Geral da Administração do Estado; Serviços Nacionais de Contratação Pública; Unidades de Gestão Financeira; Procuradoria Geral da República; Tribunal de Contas; Ministério da Justiça e Direitos Humanos; Ministério das Relações Exteriores; Assembleia Nacional; Provedoria de Justiça; Comités Provinciais de Direitos Humanos; Ministério do Interior; MININT, Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC); Autoridades Tradicionais; Ministério do Ambiente; Governos Provinciais; Ministério da Defesa.

## Integração programática dos resultados

O UNDAF é o instrumento-chave para o planeamento e implementação das actividades de desenvolvimento das Nações Unidas a nível nacional, em apoio à implementação da Agenda 2030. Neste UNDAF apresentam-se resultados de desenvolvimento de forma colectiva para o Sistema das Nações Unidas para conseguir os resultados do Plano de Desenvolvimento Nacional e acelerar o progresso das metas da Agenda 2030, com o compromisso de ‘Não deixar ninguém para trás’[[34]](#footnote-35).



Identificaram-se abordagens e estratégias específicas no quadro de resultados do UNDAF usando sinergias, vantagens comparativas de forma a alcançar os resultados de uma forma mais coesiva e maximizar impacto e eficiência. Em seguida, detalham-se os âmbitos de trabalho do UNDAF identificados com potencial para o desenvolvimento de programas conjuntos:

* Área de documentação de estatísticas vitais -CRVS- que se conecta com a agenda de mulheres, juventude e direitos humanos;
* Saúde Materna, do Adolescente e da Juventude;
* Prevenção da transmissão de mãe para filho do HIV;
* Abordagens para a redução da violência baseada no género – GBV;
* Melhora dos dados ligados a evidências, e também aos ODS.

Em anexo, incluem-se os produtos do UNDAF que se alinham claramente com as estratégias definidas no Guia Operacional de “Não Deixar Ninguém para Trás”.

As Nações Unidas trabalharão de forma conjunta com o Governo de Angola para a consecução dos resultados em Angola. É preciso essa visão integrada que permita o desencadeamento da prosperidade em Angola desde o mesmo processo de deliberação pública e participação até à prestação de serviços à população.

Identificam-se algumas possíveis áreas de trabalho conjunto e cooperação atendendo às principais estratégias de implementação. Em seguida, assinalam-se os produtos que respondem claramente a uma estratégia ou mecanismo de intervenção que são susceptíveis de trabalho conjunto ou, no mínimo, requerem harmonizar as mesmas.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Mecanismos de implementação | Produtos | | | |
| Desenvolvimento de Capacidades (instituições) | | 1.4 | 2.6, 2.7 | 3.13 | 4.4 |
| Desenvolvimento de Capacidades (populações) | | 1.5, 1.7 | 2.1, 2.4, 2.5, 2.6 | 3.2, 3.4, 3.7, 3.14 | |
| Apoio político | | 1.1, 1.2, 1.3, 1.10, 1.11, 2.3, 2.8 | | 3.3, 3.9 |  |

Em seguida, agrupam-se aqueles produtos com indicadores que permitem traçar os resultados através dos aceleradores.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aceleradores | Produtos | | | |
| Direitos Humanos |  | 2.8 |  | 4.4 |
| Mulheres | 1.9 | 2.1, 2.2, 2.3, 2.6, 2.7 | 3.2, 3.7, 3.14 | 4.1 |
| Jovens | 1.9 | 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.9 | 3.2, 3.7 | 4.1 |
| Resiliência |  | | 3.1, 3.6, 3.10, 3.12 | |

De forma integrada, aplicar-se-ão diferentes mecanismos e modos de implementação que se reforçam mutuamente para cumprir com os resultados:

**Programação focada nos resultados**: melhores produtos e serviços às populações e a consecução de resultados. O PDN, os ODS e a sua tradução a nível de Angola constituem o quadro de referência para a formulação e implementação do UNDAF. Mediante a abordagem da gestão baseada em resultados, as Nações Unidas buscam que os recursos sejam direccionados para melhorar as condições das populações identificadas, particularmente aquelas mais vulneráveis. Os resultados do UNDAF representam mudanças nas capacidades institucionais e comportamentais que permitem assegurar o desenvolvimento de Angola. O foco nos resultados deve ser mantido durante todo o ciclo do UNDAF. Será ainda chave o apoio ao *service delivery*, dentro de uma abrangência sistémica, nas suas diferentes áreas como na saúde, educação, justiça, água, saneamento e higiene, resposta a emergências, entre outras.

Para todas as prioridades, a ONU trabalhará com o GoA, especialmente com o Instituto Nacional de Estatística, para fortalecer a qualidade e a disponibilidade de dados para a efectiva formulação de políticas, implementação e monitoramento dos programas, incluídos os indicadores para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Será dada especial atenção ao apoio da capacidade dos Ministérios e do INE para produzir dados desagregados por sexo e subgrupos populacionais e para reforçar a disseminação e utilização de dados e estatísticas a nível nacional, como as estatisticas vitais, e local que visibilizem as diferencias evitáveis e permitam a formulação de políticas baseadas em evidências.

**Desenvolvimento de capacidades e da coordenação intersectorial**: um valor acrescentado das Nações Unidas em Angola é a sua capacidade de assistência técnica e de transferência de conhecimento, de forma que se consiga o desenvolvimento de sistemas e de capacidade nas estruturas dos parceiros nacionais, e também mediante o empoderamento das populações em participar activamente aos processos de desenvolvimento sustentavel. O desenvolvimento de capacidades - o processo pelo qual pessoas, organizações e a sociedade como um todo desencadeiam sustentabilidade em quanto fortalecem, criam, adaptam e mantêm a capacidade ao longo do tempo, que resulta em de tornar duradouros os resultados do desenvolvimento social, económico e ambiental em Angola. Também maximiza a eficácia, a eficiência e a apropriação nacional do desenvolvimento sustentavel.

O Governo de Angola e a ONU basearão as iniciativas de desenvolvimento de capacidades em avaliações sólidas da capacidade necessária, que se concentrarão em instituições-chave e nos principais gargalos institucionais. O Fortalecimento da Sociedade Civil identifica-se como uma estratégia chave para conseguir os resultados de desenvolvimento. Houve uma mudança de contexto, nas suas vertentes económica e política e o governo em geral identifica um valor agregado principal ao apoio técnico das ONU. Deve continuar o apoio à sociedade civil. As organizações da sociedade civil, incluindo as ONGs, têm desempenhado um papel altamente visível no país.

A Agenda 2030 foi construída com ênfase explícita nas conexões intersectoriais. Nesse sentido, a ONU em Angola utilizará o seu amplo espectro de conhecimentos para identificar maneiras pelas quais os programas do Governo podem beneficiar-se da análise intersectorial, formulação e implementação de políticas integradas e convergentes.

**Apoio político coerente e governança:** melhores formas de deliberação pública baseada em evidências para “não deixar ninguém para trás”; com modelos de governança que promovam a colaboração e coordenação institucional. A natureza interligada dos ODS exige coerência de políticas e abordagens mais integradas, onde diferentes actores trabalham juntos em todos os sectores para proporcionar um desenvolvimento sustentável de Angola. O Sistema das Nações Unidas em Angola combinará os seus diversos e complementares mandatos, conhecimentos e contribuições técnicas para que o apoio político que fornece aos parceiros nacionais seja compreensível, abrangente e coerente.

Em consonância com o foco no desenvolvimento de capacidades e coordenação, a parceria é uma estratégia-chave neste UNDAF. Nomeadamente, todos os parceiros do UNDAF valorizaram a parceria entre o GoA e a ONU e a abordagem *Delivering as One* (DaO). O UNDAF permite uma coordenação e entrega mais eficiente e eficaz da assistência da ONU. Os mecanismos de gestão assegurarão que um apoio para a obtenção dos resultados seja feito de uma maneira coerente entre as Agências da ONU de maneira a reforçar o desenvolvimento conjunto, reduza a duplicação e garanta a convergência do apoio em áreas específicas e para grupos vulneráveis. Isso está de acordo com a agenda dos ODS e com a mensagem-chave para "não deixar ninguém para trás". Como acelerador ligado à governança e parceria sectorial, identifica-se a adopção de uma abordagem convergente e integrada na prestação de serviços sociais.

# Modalidades de implementação: Juntos na Acção

Este Quadro de Parceria aposta pelo aprofundamento da abordagem de Juntos na Acção que as Nações Unidas de forma conjunta com o Governo já começaram a implementar nos anos precedentes. Há uma oportunidade para o Sistema das Nações Unidas para posicionar-se duma forma diferente com maior relevância e enfoque ao trabalho intersectorial e sinérgico entre agências para melhorar e maximizar a eficiência e impacto das intervenções conjuntas. A fim de alcançar a coerência das políticas no trabalho das Nações Unidas em Angola com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, o UNDAF (1) alinha-se com as prioridades do PDN e metas nacionais dos ODS definindo abordagens integradas para o desenvolvimento sustentável, bem como normas e padrões (coerência vertical); (2) reforça as sinergias entre áreas de intervenção e cadeia de criação valor público (coerência horizontal); e (3) fortalece a coerência entre esforços de desenvolvimento, humanitários e de consolidação da paz e mecanismos de direitos humanos para a realização e sustentabilidade da paz e ganhos de desenvolvimento.

Os seguintes são elementos essenciais que resumen a estratégia de Juntos na Ação que assume o Quadro de Parceria entre as Nações Unidas e o Governo de Angola.

## Um Programa

**UNDAF assinado entre o Governo de Angola e as Nações Unidas** com detalhe no nível de resultado;

**Planos de Trabalho Conjuntos por Resultado**, alinhados com o UNDAF e assinados pelas Agências da ONU envolvidas, o que não exclui os planos de trabalho específicos da Agência;

**Grupos de Resultado** presididos por Chefes de Agência com foco nas políticas, estratégias e programas estabelecidos e alinhados aos mecanismos nacionais de coordenação.

O Programa Único reúne todos os membros da Equipa da ONU no país sob uma estratégia para Angola que se baseia na experiência e qualificação das Nações Unidas e assegura uma abordagem integrada e coerente para a entrega de resultados de desenvolvimento. Os resultados são mensuráveis, segundo definido no Quadro de Resultados em anexo e orçamentados segundo o Quadro Orçamental Comum. O UNDAF é o quadro estratégico de resultados a médio prazo que descreve a visão colectiva e a resposta do sistema das Nações Unidas às prioridades nacionais de desenvolvimento e resultados, e define como a Equipa da ONU contribuirá para a obtenção desses resultados de desenvolvimento.

Estabelecer-se-ão quatro Grupos de Resultados como mecanismos para contribuir à consecução de resultados específicos do UNDAF através de planeamento, implementação, monitoramento e avaliação coordenados e colaborativos.

Cada Grupo de Resultado será liderado por um Chefe de Agência que é também da Equipa da ONU no país. O líder de Grupo será responsável pela condução de abordagens conjuntas, bem como monitorização e prestação de contas. Os Grupos de Resultados:

* Utilizarão as mesmas ferramentas e padrões de gerenciamento baseado em resultados. Cada Grupo de Resultado desenvolve um Plano de Trabalho Conjunto anual e indicarão os resultados de curto prazo, assim como indicadores de desempenho e respectivo orçamento.
* Os Planos de Trabalho Conjunto servirão como instrumento de planeamento conjunto do trabalho. Esse processo não impedirá o planeamento e a programação do trabalho específico de cada Agência, conforme exigido pelas suas estruturas de governança. Deverão ser reconhecidas aquelas ocasiões em que o Governo ou outro parceiro exija um plano de trabalho de um Ministério específico, sendo o plano de trabalho conjunto inviável por não poder ser assinado por todas as Agências.
* Para garantir a coerência e programática, bem como facilitar a elaboração de relatórios e o acompanhamento ao orçamento, o Gabinete do Coordenador Residente consolidará todas as informações sobre produtos e orçamentos desenvolvidos pelos Grupos de Resultados, num documento consolidado que inclua o Quadro Orçamental Comum.

A Equipa da ONU no país analisará a possibilidade desenvolver Programas Conjuntos (*Joint Programmes*). Na preparação e revisão dos Planos de Trabalho Anuais, os Grupos de Resultado do UNDAF podem identificar a necessidade de um aumento da implementação conjunta através do desenvolvimento de um ou mais programas conjuntos. Um programa conjunto é um conjunto de actividades contidas num Plano Anual de Trabalho e relacionado com o Quadro Orçamental, envolvendo duas ou mais Agências da ONU, que contribua para os resultados do UNDAF. O financiamento conjunto (*Pooled funding*) ou outros mecanismos de financiamento podem financiar programas conjuntos. As Missões específicas das Nações Unidas e actores humanitários também se podem envolver nesses programas conjuntos, quando apropriado para o contexto de Angola. Foram assinalados previamente os âmbitos de trabalho do UNDAF identificados com potencial para o desenvolvimento de programas conjuntos.

## Quadro Orçamental Comum

Um **Quadro Orçamental Comum (*Funding Framework*) para o período 2020 – 2022** alinhado com o UNDAF orientado para os resultados; fornece uma visão compartilhada da contribuição das Nações Unidas como um todo para o país;

**Quadros Orçamentais Comuns Anuais** (como parte dos Planos de Trabalho Conjuntos) actualizados anualmente com dados transparentes sobre os recursos financeiros necessários, disponíveis, esperados e a serem mobilizados;

Uma **Estratégia Conjunta de Mobilização de Recursos**, conforme apropriado ao contexto de Angola aprovada pelo UNCT e monitorada e reportada no Relatório de Resultados das Nações Unidas.

O Quadro Orçamentário Comum que desenvolve este UNDAF permite que as Agências da ONU em Angola apresentem todos os resultados e produtos planeados e orçamentados do Quadro de Parceria num único documento e, portanto, contribui para uma melhor prestação de apoio do sistema da ONU. O Quadro Orçamentário Comum visa apoiar o UNDAF como uma ferramenta de planeamento e gestão que fornece uma visão holística das fontes de financiamento necessárias, disponíveis e esperadas, e quaisquer lacunas no financiamento para apoiar a implementação do Programa.

O Quadro Orçamental Comum é uma estimativa para todo o ciclo de programação do UNDAF 2020 – 2022 e será ainda actualizado, revisto e detalhado através dos planos de trabalho anuais conjuntos dos Grupos de Resultados.

Os recursos principais e não principais das Agências permaneceram sob a autoridade da respectiva Agência, mas serão reflectidos, rastreados, monitorizados e reportados a nível da Equipa das Nações Unidas através do Quadro Orçamental Comum e são reportados anualmente para todo o sistema, tendo em conta os ciclos de relatórios.

Principais elementos da estratégia para operacionalização do Quadro Orçamentário Comum:

* Definir-se-ão as responsabilidades do Coordenador Residente, dos Grupos de Resultados, da Equipa das Nações Unidas (UNCT) e do Gabinete do Coordenador Residente para o desenvolvimento e gestão do orçamento e para a mobilização e alocação de recursos; com o seguinte marco geral:
* No âmbito do Comité de Gestão, a Equipa da ONU no país, sob a liderança do Coordenador Residente, como parte de suas principais responsabilidades em liderar o UNDAF; decidirão a abordagem estratégica conjunta para a orçamentação e mobilização de recursos em apoio às prioridades do Quadro de Resultados do UNDAF;
* O Coordenador Residente será responsável pela liderança da mobilização conjunta de recursos;
* Os Grupos de Resultados definirão a necessidade de recursos, os recursos disponíveis e as lacunas de financiamento para seus respectivos planos de trabalho conjuntos;
* O Gabinete do Coordenador Residente acompanhará e actualizará o Quadro Orçamental Comum Anual com base nas informações e actualizações sobre os recursos mobilizados e executados pelos respectivos Grupos de Resultados.
* Existirá um Quadro Orçamental Comum Anual como fonte comum de informação financeira do Sistema das Nações Unidas sobre os recursos disponíveis e o financiamento esperado.
* Como parte dos planos de trabalho conjuntos desenvolvidos pelos Grupos de Resultados, cada Grupo definirá as necessidades anuais de recursos, as contribuições de cada Agência por produto (*core* e *non-core*) e a lacuna de financiamento anual na contribuição para o Quadro Orçamental Comum Anual.
* As necessidades de financiamento para cada Grupo de Resultado serão compiladas anualmente pelo membro da Equipa da ONU no país que lidera o Grupo de Resultado, como parte do plano de trabalho conjunto. O Quadro Orçamental Comum será monitorizado e consolidado pelo Gabinete do Coordenador Residente para todos os Grupos de Resultados.
* Trabalhar-se-á em numa estratégia de mobilização de recursos para assegurar uma abordagem coerente às actividades de mobilização de recursos, com coordenação entre agências sob a liderança do Coordenador Residente representando os interesses conjuntos das agências:
* Realizar-se-á no início do período do UNDAF um mapeamento das prioridades e abordagens para o financiamento dos doadores, a fim de facilitar uma delineação clara das oportunidades de mobilização de recursos a nível nacional;
* Se assim for decidido pela Equipa da ONU no país e com base aos princípios acordados no UNDAF, desenvolver-se-á uma estratégia conjunta de mobilização de recursos;
* A mobilização conjunta de recursos será complementada pela mobilização de recursos específicos de cada Agência. A estratégia assegurará que a mobilização conjunta de recursos liderada pelo Coordenador Residente para cobrir a lacuna de financiamento identificada seja suplementada por esforços de mobilização de recursos de forma individual pelas Agências;
* Deverá haver uma comunicação oportuna das informações sobre novos recursos mobilizados ou quaisquer mudanças nos recursos esperados sendo compartilhadas com o Escritório do Coordenador Residente para monitoramento e actualização realista do Quadro Orçamentário Comum. O Coordenador Residente também informará a Equipa da ONU no país, incluindo Agências não residentes sobre as oportunidades de financiamento identificadas.

## Um Líder

A ideia de um Líder Único e a liderança da Equipa das Nações Unidas no país baseia-se na responsabilidade mútua com uma função de coordenação reforçada do Coordenador Residente.

Compromisso do UNCT para trabalhar em prol de resultados comuns e prestação de contas através da plena implementação do sistema M&A e do MAF (Quadro de Gestão e Responsabilização).

A Equipa da ONU no país (UNCT) empoderada para tomar decisões conjuntas relacionadas a actividades de programação e assuntos financeiros.

A assunção da liderança única contribuirá para a redução dos custos de transacção, duplicação, fragmentação e competição por fundos; reforça o diálogo estratégico sobre o desenvolvimento e o posicionamento da ONU com as autoridades de Angola ao mais alto nível; fortalece a capacidade de implementação de abordagens estratégicas e constitui um factor crítico que permite à Equipa da ONU no país trabalhar conjuntamente na programação e na alocação de recursos.

O trabalho do Comité de Gestão (CG) será apoiado pelo Gabinete do Coordenador Residente da ONU em Angola, actuando como secretariado. O Coordenador Residente será o líder da Equipa da ONU no país e desempenha um papel central em possibilitar a coordenação das actividades operacionais da ONU para o desenvolvimento de Angola. O Coordenador Residente garantirá a defesa efectiva dos princípios, valores e padrões fundamentais do sistema da ONU.

A Equipa das Nações Unidas no país tomará decisões sobre questões programáticas e financeiras relacionadas com as actividades de programação, conforme acordado com as autoridades nacionais. O UNCT apoiarão ao Coordenador Residente no papel de Um Líder e assumirão responsabilidade pelos resultados do UNDAF através do seu papel de liderança nos Grupos de Resultados.

Os Grupos de Trabalho são mecanismos importantes para garantir a apropriação nacional do UNDAF e a responsabilidade mútua pelos resultados esperados. Esses grupos apoiam a implementação, gestão, monitoramento e relatórios de progresso em direcção aos resultados esperados do UNDAF. Isso garantirá que os resultados esperados da cooperação estejam coerentemente alinhados e ajudem os resultados estratégicos do PDN e os indicadores dos ODS que o país adoptou.

## Operando como um

A *Business Operations Strategy - BOS* (Estratégia Operacional de Negócios) tem o potencial para melhorar os processos operacionais através da eliminação da duplicação de processos comuns para alavancar eficiências e maximizar economias de escala.

Equipa de Gestão de Operações empoderada presidida por um Chefe de Agência.

Custos de operações e orçamento integrados no Quadro Orçamental Comum.

O BOS já iniciara no anterior período UNDAF em Angola com o objectivo final de tornar o Sistema da ONU mais coerente, eficiente e eficaz na obtenção de resultados e no apoio às prioridades de Angola. A qualidade das operações de negócios é fundamental para a entrega do UNDAF. A assunção da estratégia “Operando como um” permite fornecer às Equipa da ONU nos países suporte operacional estratégico e custo-efectivo para a implementação do UNDAF.

A Equipa da ONU no país, com o apoio da Equipa de Gestão de Operações, realizará uma análise operacional para o ciclo do UNDAF, para priorizar serviços baseados em critérios de alto impacto operacional, valor e contribuição para a reputação da ONU em operações eficientes. A Equipa da ONU no país desenvolverá a estratégia de operações de negócios em apoio à realização dos objectivos do UNDAF.

Através desta estratégia, identificar-se-ão capacidades e serviços operacionais existentes para serem harmonizados, agrupados ou reforçados conjuntamente em apoio ao UNDAF. A Estratégia Operacional de Negócios abrange todas as áreas funcionais seguintes: aquisição; logística e transporte; TIC; RH; auditoria; financiamento; abordagem harmonizada das transferências monetárias (HACT); e edifício comuns.

O escopo da Estratégia Operacional de Negócios será baseada numa análise das necessidades rigorosa e documentada; na capacidade para implementar; na viabilidade económica; e a capacidade para reduzir os custos de operações de todas as Agências, Fundos e Programas participantes.

A equipa de Gestão das Operações (OMT) da ONU fornece suporte e consultoria na junção de esforços para harmonizar as operações e contribuir para a entrega dos resultados do UNDAF. O OMT buscará serviços comuns de maior qualidade, mais efectivos e económicos em compras, recursos humanos, finanças, logística e transporte. O OMT será presidido por um chefe de Agência, conforme apropriado.

## Comunicando como um

Uma estratégia de comunicação conjunta apropriada ao contexto de Angola, aprovada pelo UNCT e monitorada e reportada no Relatório de Resultados das Nações Unidas.

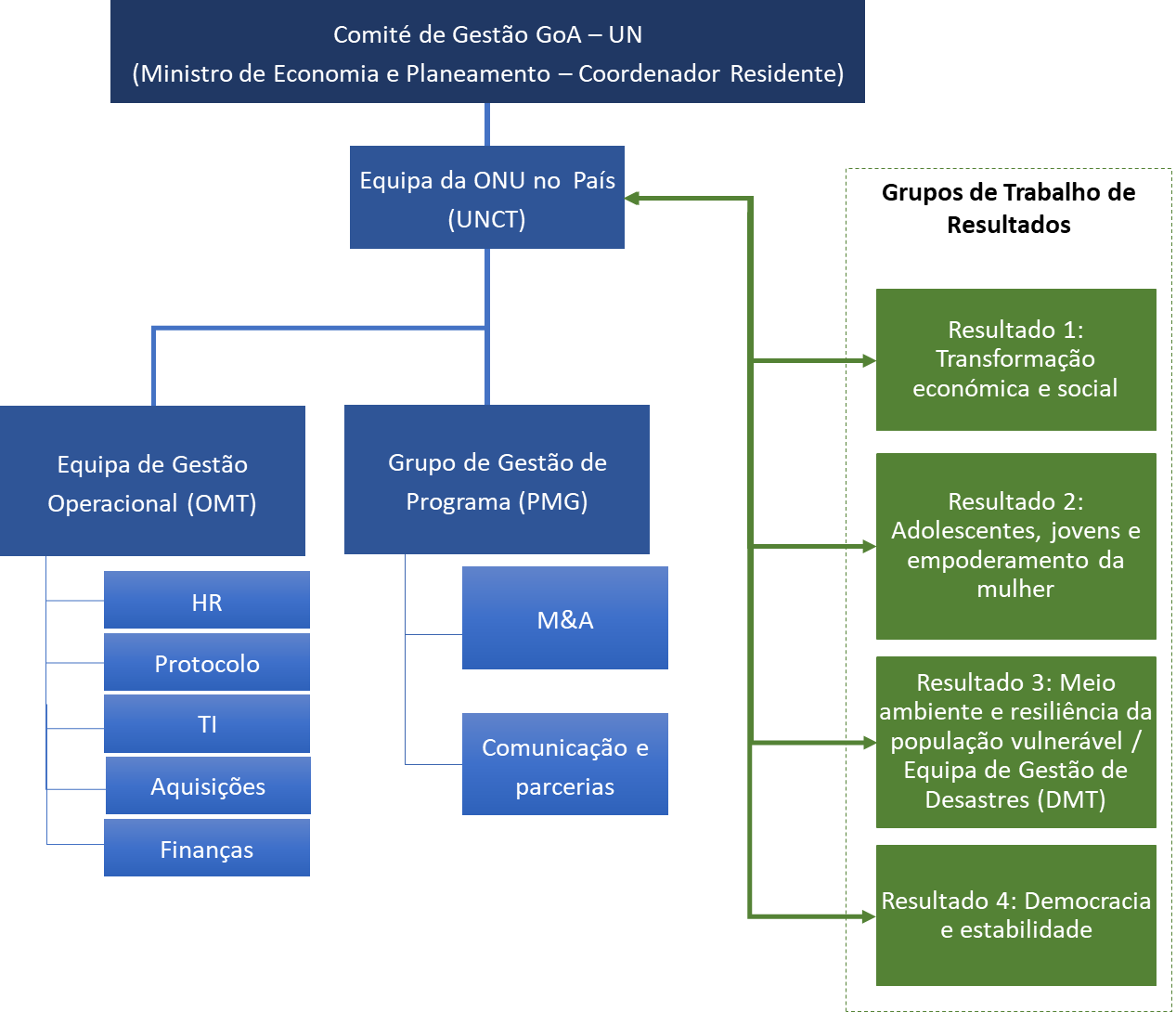
Grupo de Comunicação presidido por um Chefe da Agência.

Um elemento na estratégia do Juntos na Acção para o próximo período será “Comunicar como um” para garantir uma mensagem coerente da ONU. “Comunicando como Um”facilita mensagens coerentes e advocacia em assuntos normativos e operacionais, e um diálogo estratégico consistente e em equipa com as instituições do país. Esta característica melhora a qualidade do diálogo com o Governo de Angola e outros actores-chave nacionais e internacionais, aumenta a advocacia e ajuda a destacar os resultados alcançados pela ONU a nível nacional. Comunicar como Um, numa só voz, será fundamental para (i) assegurar um posicionamento estratégico claro e consistente da ONU e sua visão a nível nacional sobre os principais pontos da agenda política do país; (ii) fortalecer o alcance do sistema da ONU agrupando esforços; (iii) apoiar a comunicação sobre as vantagens comparativas da ONU em Angola; e evitando duplicação de mensagens, inconsistências e fragmentação. Para o efeito será implementada a estratégia de comunicação que inclui:

* Desenvolvimento de mensagens comuns de advocacia pela Equipa da ONU no país sobre as posições principais da ONU relacionadas a questões de desenvolvimento nacional e outras questões em que a ONU está engajada;
* Empoderamento do Grupo de Comunicação responsável perante a Equipa da ONU no país e o Coordenador Residente e liderado por um membro da Equipa da ONU no país ou pelo Coordenador Residente;
* Estabelecimento de regras básicas para orientar a participação na “Comunicação como um” e para garantir o envio de mensagens comuns;
* Estabelecimento de um sistema de responsabilização mútua e resolução de diferenças para comunicação conjunta e mensagens comuns;
* Valorização do uso de uma identidade visual comum e estabelecida para produtos e comunicações em conjunto, que seja consistente com as directrizes da identidade visual corporativa da ONU, sem perder as identidades de marca de agências individualmente.

## Mecanismos de gestão do UNDAF

O programa de parceria será executado sob a coordenação geral de um *Steering Commiitte* (Comité de Gestão) presidido pelo Coordenador Residente da ONU e co-presidido pelo Ministro da Economia e Planeamento, com a participação de outros Ministros e Chefes das Agências da ONU. Este Comité reunir-se-á no mínimo uma vez por ano, para realizar o balanço anual de execução; ou caso necessário, duas vezes para a planificação anual.



O Comité de Gestão (CG) fornece orientação estratégica e supervisão sobre o programa. O CG reúne a participação de Ministros, e os membros da Equipa da ONU no país. As principais responsabilidades são: avaliar os progressos globais dos resultados planeados e a sua contribuição para o PDN e ODS relacionadas; garantir o alinhamento permanente e coordenação entre os resultados e estratégias do PDN; realizar o balanço anual de execução, revisar e endossar potenciais grandes mudanças nos resultados e estratégias; e alocar recursos financeiros, com base em critérios de alocação baseados no desempenho.

Existirá um Grupo de Resultado por cada uma das quatro áreas identificadas, que deverão estar integradas com o trabalho do Comité de Gestão. Os Grupos de Trabalho são mecanismos destinados a contribuir para resultados específicos por meio de planeamento, implementação, monitoramento e avaliação coordenados e colaborativos. Eles são definidos no estágio de planeamento estratégico e alinhados à matriz de resultados do UNDAF. Aconselham a nível estratégico (Equipa da ONU no país e CG), quando apropriado, as oportunidades e desafios ligados à implementação do UNDAF, questões específicas de gestão e implementação de programas. Os Grupos de Trabalho também apoiam as iniciativas de gestão do conhecimento e fornecem aos grupos de M&A e de Comunicação, assim como CR e ao UNCT, informações sobre os resultados.

Outros grupos importantes internos, dentro do Sistema da ONU em Angola, tais como o (i) Grupo de Gestão de Programas (PMG); (ii) Gestão de Desastres (DMT); e (iii) Gestão das Operações (OMT) nas suas diferentes áreas que apoiarão e trabalharão em coordenação e complementaridade com os Grupos de Trabalho criados por cada uma das quatro áreas identificadas do UNDAF.

De realçar é o facto de dever ser o UNCT a orientar e supervisionar os Grupos de Trabalhos do UNDAF, de forma a garantir coordenação, complementaridade e maximização dos esforços e resultados. Esta supervisão poderá ser feita também noutras modalidades como pelo Coordenador Residente ou um Chefe de Agência. O Grupo de Gestão de Programas apoiará neste âmbito para garantir uma harmonização programática, a monitoria e avaliação, e a comunicação.

**Monitoramento e avaliação**

Os Grupos de Resultados serão guiados por termos de referência comuns, sendo um dos elementos-chave o monitoramento activo da articulação no nível de produtos. Os Grupos de Resultados realizam o monitoramento e adaptam regularmente seus planos para lidar com os gargalos de desenvolvimento identificados e concentram-se nas questões mais críticas, a fim de contribuir para os resultados do desenvolvimento nacional da maneira mais eficaz. A programação no contexto do UNDAF requer, portanto, uma abordagem adaptativa, baseada na aprendizagem de novas informações e evidências. Isto implica que, embora os quatro resultados do UNDAF possam permanecer estáveis durante a vigência do ciclo do UNSDCF, os produtos e actividades podem necessitar de ajustes para se manterem relevantes, ao mesmo tempo que mantêm a responsabilidade perante os parceiros.

Os grupos de resultados do UNDAF e os JWPs são os mecanismos para programação adaptativa com o apoio do Grupo de Monitoria e Avaliação (M&E). Os grupos de resultados re-priorizam e ajustam os resultados do UNDAF conjuntamente, as actividades e os orçamentos correspondentes em resposta a novas informações, lições e identificação de riscos, emergindo da análise contínua, monitoramento e avaliação.

O monitoramento conjunto em todo o ciclo do UNDAF terá como objectivo assegurar que o Sistema da ONU em Angola esteja 1) a cumprir o compromisso de não deixar ninguém para trás e, de maneira mais geral, alcançando resultados que se alinham com os princípios orientadores do UNDAF; 2) a contribuir para o desenvolvimento da capacidades dos parceiros e das populações; 3) a aumentar a coerência em todo o espectro do desenvolvimento, humanitário, direitos humanos e paz; 4) a promover parcerias novas e efectivas entre actores nacionais e actores internacionais, inclusive através da cooperação Sul-Sul e triangular; e 5) a promover apoio político integrado e coerente aos parceiros.

Os membros designados da Equipa da ONU no país que lideram o relatório dos Grupos de Resultado apresentam dois níveis de resultados: (a) contribuição para o progresso do resultados esperados, e (b) atribuição, ou seja, responsabilização individual de cada agência em relação às actividades/realizações alcançadas através do monitoramento dos resultados do nível de produção definido nos planos de trabalho anuais conjuntos.

Os respectivos grupos de resultados contribuirão para um relatório anual de resultados das Nações Unidas (abrangendo programação, operações e comunicação) e demonstrando a contribuição colectiva do sistema de desenvolvimento da ONU. O Coordenador Residente apresenta o Relatório Comum de Resultados para o Steering Committee, bem como para os principais parceiros. Isto alimentará os relatórios temáticos ou sectoriais do governo, bem como das revisões nacionais voluntárias dos ODS. As entidades do Sistema das Nações Unidas, com o apoio da Gabinete do Coordenador Residente e do Grupo de M&E, deverão actualizar regularmente dados e análises no UN INFO.

# Financiamento do UNDAF

As actividades operacionais da ONU para o desenvolvimento estão focadas no avanço do desenvolvimento sustentável, com a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões e não deixar ninguém para trás, como objectivos globais, consistentes com a natureza integrada da Agenda 2030.

O UNDAF é um instrumento para alavancar todas as fontes de financiamento e investimentos sustentáveis ​​para a consecução da Agenda 2030 e os resultados do PDN. Este documento reconhece que a contribuição financeira total das Nações Unidas para o desenvolvimento nacional é muitas vezes não comparável à de outras organizações, e vai além do foco tradicional do UNDAF em canalizar o apoio de doadores para resultados colectivos. Em vez disso, este UNDAF baseia-se no incomparável poder de mobilização das Nações Unidas, para identificar oportunidades de financiamento para os ODS e eixos do PDN, e apoiar o Governo no desenvolvimento e implementação de estratégias de financiamento sustentável. O UNDAF expande assim da tradicional mobilização de recursos para programas das Nações Unidas, para financiar, ou seja, alavancar e influenciar os fluxos e instrumentos financeiros, em grande parte fora das contas das Nações Unidas, em apoio à Agenda 2030 e às prioridades nacionais.

O Coordenador Residente junto com à Equipa da ONU no país proporciona governança e supervisão de instrumentos de financiamento de todo o sistema, nomeadamente:

* + Apoio na busca de financiamento em nome do sistema de desenvolvimento da ONU para esforços conjuntos da ONU, planos e iniciativas de todo o sistema em apoio ao UNDAF e financiamento público e privado para a implementação da Agenda 2030;
  + Asseguram o cumprimento da estratégia de mobilização de recursos para o financiamento do UNDAF;
* Têm responsabilidade fiduciária e programática pelo uso de fundos interinstitucionais;
  + Trabalham em conjunto para incentivar uma partilha de custos e promover fundos comuns, especialmente no que se refere à ação em torno dos ODS e dos resultados identificados no UNDAF.

**Para o presente UNDAF estima-se um orçamento total de mais de duzentos e sesenta milhões de dólares norte-americanos (261.386.282,21 USD) a ser executado durante os próximos três anos.**

|  |  |
| --- | --- |
| Área do UNDAF | Total (USD) |
| Área 1: Transformação económica e social | 85.980.628 |
| Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher | 64.279.866 |
| Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável | 87.049.045 |
| Área 4: ADemocracia e estabilidade | 24.076.743 |
| TOTAL | 261.386.282 |

Em seguida detalhar-se-á a estimação da contribução por Agência, assim como o projectado para estar disponivel e a ser mobilizado.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO POR AGÊNCIA PARA O TOTAL DO UNDAF** | | | | |
|
|  | **Agência** | **Total (USD)** | **Projetado para estar disponível (USD)** | **Para ser mobilizado (USD)** |
|  | UNDP | 71.710.300,00 | 43.323.300,00 | 28.387.000,00 |
| OMS | 15.052.000,00 | 8.787.700,00 | 6.264.300,00 |
| UNIDO | 500.000,00 | 500.000,00 | - |
| UNICEF | 32.519.010,00 | 8.129.752,50 | 24.389.257,50 |
| FAO | 23.137.254,00 | 23.137.254,00 | - |
| UNFPA | 8.300.000,00 | 5.500.000,00 | 2.800.000,00 |
| OIM | 3.750.000,00 | 750.000,00 | 3.000.000,00 |
| IAEA | 2.900.085,00 | 1.645.585,00 | 1.254.500,00 |
| ACNUR | 59.844.230,21 | 28.898.071,96 | 30.946.158,25 |
| IFAD | - | - | - |
| UN-HABITAT | 2.000.000,00 | 200.000,00 | 1.800.000,00 |
| ONUSIDA | 442.000,00 | 178.000,00 | 264.000,00 |
| OIT | 5.261.940,00 | 761.940,00 | 4.500.000,00 |
| UNESCO | 2.267.000,00 | 317.000,00 | 1.950.000,00 |
| OHCHR | - | - | - |
| UNCTAD | 900.000,00 | 900.000,00 | - |
| UNDOC | 4.536.463,00 | 1.786.463,00 | 2.750.000,00 |
| PAM | 28.266.000,00 | - | 28.266.000,00 |
| **Total** |  | **261.386.282,21** | **124.815.066,46** | **136.571.215,75** |

Em seguida, detalhar-se-á a informação do Orçamento Comum deste UNDAF, para cada um dos quatro resultados definidos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO POR AGÊNCIA PARA A ÁREA I DO UNDAF** | | | | |
|
| **Resultado** | **Agência** | **Total (USD)** | **Projectado para estar disponível (USD)** | **Para ser mobilizado (USD)** |
| **Área I (Transformação Social e Económica)** | | | | |
| Até 2022, a população em Angola, particularmente as mais vulneráveis, com maior acesso a serviços sociais e produtivos integrados de qualidade e a uma economia diversificada geradora de emprego digno e rendimento, visando a redução da pobreza | UNDP | 26.827.000,00 | 20.697.000,00 | 6.130.000,00 |
| OMS | 10.173.000,00 | 7.121.100,00 | 3.051.900,00 |
| UNIDO |  |  |  |
| UNICEF | 19.498.844,00 | 4.874.711,00 | 14.624.133,00 |
| FAO | 11.568.627,00 | 11.568.627,00 |  |
| UNFPA | 2.182.500,00 | 1.570.000,00 | 612.500,00 |
| OIM | 1.000.000,00 | 250.000,00 | 750.000,00 |
| IAEA | 722.000,00 | 415.000,00 | 307.000,00 |
| ACNUR | 4.031.466,74 | 2.018.013,81 | 2.013.452,93 |
| IFAD | - |  |  |
| UN-HABITAT | 500.000,00 | 50.000,00 | 450.000,00 |
| ONUSIDA | 190.000,00 | 76.000,00 | 114.000,00 |
| OIT | 3.640.190,00 | 640.190,00 | 3.000.000,00 |
| UNESCO | 547.000,00 | 197.000,00 | 350.000,00 |
| OHCHR | - |  |  |
| UNCTAD | - |  |  |
| UNDOC | - |  |  |
| PAM | 5.100.000,00 |  | $5.100.000 |
| Total Area I |  | **85.980.627,74** | **49.477.641,81** | **36.502.985,93** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO POR AGÊNCIA PARA O ÁREA II DO UNDAF** | | | | | | |
|
|
| **Resultado** | **Agência** | **Total (USD)** | **Projectado para estar disponível (USD)** | **Para ser mobilizado (USD)** | |
| **Área II (Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher)** | | | | | | |
| Até 2022, os adolescentes, jovens, mulheres e mais vulneráveis são priorizados nas políticas e programas sociais, económicos, culturais e ambientais, incluindo em contextos humanitários | UNDP | 1.368.300,00 | 938.300,00 | | 430.000,00 | |
| OMS | 1.379.000,00 | 551.600,00 | | 827.400,00 | |
| UNIDO |  |  | |  | |
| UNICEF | 5.888.028,00 | 1.472.007,00 | | 4.416.021,00 | |
| FAO | 3.470.588,10 | 3.470.588,10 | |  | |
| UNFPA | 3.477.500,00 | 2.440.000,00 | | 1.037.500,00 | |
| OIM | 1.250.000,00 | 500.000,00 | | 750.000,00 | |
| IAEA | - |  | |  | |
| ACNUR | 43.964.699,81 | 20.831.925,74 | | 23.132.774,07 | |
| IFAD | - |  | |  | |
| UN-HABITAT | - |  | |  | |
| ONUSIDA | 140.000,00 | 56.000,00 | | 84.000,00 | |
| OIT | 1.621.750,00 | 121.750,00 | | 1.500.000,00 | |
| UNESCO | 1.220.000,00 | 120.000,00 | | 1.100.000,00 | |
| OHCHR |  |  | |  | |
| UNCTAD |  |  | |  | |
| UNDOC | 500.000,00 | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| PAM |  |  | |  | |
| Total Área II |  | **64.279.865,91** | **30.752.170,84** | | **33.527.695,07** | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO POR AGÊNCIA PARA O ÁREA III DO UNDAF** | | | | |
|
| **Resultado** | **Agência** | **Total (USD)** | **Projectado para estar disponível (USD)** | **Para ser mobilizado (USD)** |
| **Área III (Meio ambiente e resiliência da população vulnerável)** | | | | |
| Até 2022, a população vulnerável é resiliente a alterações climáticas e a riscos de desastres com uma produção sustentável e inclusiva; com planeamento e gestão do território, das cidades, dos recursos naturais e do ambiente. | UNDP | 38.700.000,00 | 21.295.000,00 | 17.405.000,00 |
| OMS | 3.500.000,00 | 1.115.000,00 | 2.385.000,00 |
| UNIDO | 500.000,00 | 500.000,00 | - |
| UNICEF | 4.284.103,00 | 1.071.025,75 | 3.213.077,25 |
| FAO | 6.941.176,20 | 6.941.176,20 |  |
| UNFPA | 840.000,00 | 90.000,00 | 750.000,00 |
| OIM | 1.500.000,00 |  | 1.500.000,00 |
| IAEA | 2.178.085,00 | 1.230.585,00 | 947.500,00 |
| ACNUR | 4.289.681,19 | 1.270.550,96 | 3.019.130,23 |
| IFAD | - |  |  |
| UN-HABITAT | 1.000.000,00 | 50.000,00 | 950.000,00 |
| ONUSIDA | - |  |  |
| OIT | - |  |  |
| UNESCO | 150.000,00 | - | 150.000,00 |
| OHCHR | - |  |  |
| UNCTAD | - |  |  |
| UNDOC | - |  |  |
| PAM | 23.166.000,00 |  | $23.166.000 |
| **Total Área III** |  | **87.049.045,39** | **33.563.337,91** | **53.485.707,48** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO POR AGÊNCIA PARA O ÁREA IV DO UNDAF** | | | | |
|
| **Resultado** | **Agência** | **Total (USD)** | **Projectado para estar disponível (USD)** | **Para ser mobilizado (USD)** |
| **Pilar IV (Democracia e estabilidade)** | | | | |
| Até 2022, cidadãos participam e monitoram a governação, todas as pessoas têm acesso à justiça e direitos humanos observados, num ambiente de paz e segurança regional | UNDP | 4.815.000,00 | 393.000,00 | 4.422.000,00 |
| OMS | - |  |  |
| UNIDO |  |  |  |
| UNICEF | 2.848.035,00 | 712.008,75 | 2.136.026,25 |
| FAO | 1.156.862,70 | 1.156.862,70 |  |
| UNFPA | 1.800.000,00 | 1.400.000,00 | 400.000,00 |
| OIM | - |  |  |
| IAEA | - |  |  |
| ACNUR | 7.558.382,47 | 4.777.581,45 | 2.780.801,02 |
| IFAD | - |  |  |
| UN-HABITAT | 500.000,00 | 100.000,00 | 400.000,00 |
| ONUSIDA | 112.000,00 | 46.000,00 | 66.000,00 |
| OIT | - |  |  |
| UNESCO | 350.000,00 | - | 350.000,00 |
| OHCHR | - |  |  |
| UNCTAD | 900.000,00 | 900.000,00 | - |
| UNDOC | 4.036.463,00 | 1.536.463,00 | 2.500.000,00 |
| PAM |  |  |  |
| **Total Área IV** | | **24.076.743,17** | **11.021.915,90** | **13.054.827,27** |

# Anexo: Matriz de resultados

## Área 1: Transformação económica e social

Resultado 1: Até 2022, população em Angola, particularmente os mais vulneráveis, com maior acesso a serviços sociais e produtivos integrados de qualidade e a uma economia diversificada geradora de emprego digno e rendimento, visando a redução da pobreza.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado (Outcome indicators) | Linha de base - baseline | Fonte para actualização do indicador |
| Indicador 1.2.1 Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional | Não disponível | Fonte: INE, IDREA 2018-2019 |
| Indicador 1.3.1 Proporção da população abrangida por regimes de protecção social | Não disponível | Fonte: MAPTESS, MINFIN e MASFAMU |
| Indicador 2.1.1: Prevalência de subalimentação | 14% (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). | Fonte: MINAGRIF; INE, RAPP 2018/2019 |
| Indicador 2.2.1 Prevalência de desnutrição crónica nas crianças com menos de 5 anos de idade | 38% (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). | Fonte: INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 3.1.1 Taxa de Mortalidade Materna (TMM) | Não disponível o TMM A linha de base da Razão de Mortalidade materna é 239/100.000 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). | Fonte: INE, IIMS 2020/21 |
| Indicador 3.1.2 Proporção de partos atendidos por pessoal de saúde qualificado | 50% dos partos nos 5 anos anteriores ao inquérito (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, dos quais 8% por médicos, 20% por enfermeiros e 22% por parteiras. | Fonte: INE, IIMS 2020/21 |
| Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos | 68 mortes por 1 000 nados-vivos (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). (Tendências: Entre 2001-2005 e 2011-2015, a mortalidade infanto-juvenil reduziu de 145 para 68 mortes por 1 000 nados-vivos) | Fonte: INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 3.3.1 Número de novas infecções de VIH por 1.000 pessoas não infectadas, por sexo, idade e populações-chave | 0,5 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016).  Tendências: A taxa de prevalência do VIH na população de 15-49 anos é de 2%. A prevalência nas mulheres é de 2,6% e nos homens é de 1,2%.  A prevalência nos jovens de 15-24 anos é de 0,9%, sendo relativamente mais alta nas mulheres (1,1%) e na faixa etária dos 20-22 anos (2,1%).  As províncias do Norte do país, Zaire (0,5%), Cabinda (0,6%) e Uíge (0,9%), apresentam as prevalências mais baixas. As províncias do Sul e Leste, Cunene (6,1%), Cuando Cubango (5,5%) e Moxico (4,0%), apresentam as taxas mais altas. | Fonte: INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 3.3.3 Incidência de malária por 1 000 habitantes | 156 em cada 1 000 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). | Fonte: MINSA, PNLCMT, dados administrativos anuais |
| Indicador 4.2.2 Taxa de frequência escolar (um ano antes da idade oficial de entrada no ensino primário) | 66% (MED, 2016). | Fonte: MED, dados administrativos anuais |
| Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15-24 anos) desempregados que não frequentam à escola | 36%: Homens: 31,9% Mulheres: 37,7 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016). | Fonte: INE, IDREA 2018-2019; INE, IEA 2019/2020; INE, IIMS 2020/21; IDREA 2022/2023 |
| Indicador 9.2.2 Emprego na indústria transformadora como proporção do emprego total | A proporção da população de 15-64 anos empregada na indústria transformadora representa 4,6% (INE, 2019). | Fonte: INE, IDREA 2018-2019; INE, IEA 2020/21; INE, IDREA 2021/2022 |

**Produtos da Área 1: Transformação económica e social**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produtos - Área de intervenção (Outputs / Strategic Interventions) | Indicador de Produto / Output Indicator | Linha de base - Baseline | Meta / Target 2022 | Meio de verificação - Source of Verification | Contribuição e participação das Agências |
| Output (Produto) 1.1 Capacidades nacionais foram reforçadas para desenvolver, implementar, monitorar e orçamentar estratégias e programas para acabar com a pobreza em todas as suas formas, de forma multissectorial, incluindo a Assembleia Nacional | Até que nível as estratégias e programas para acabar com a pobreza em todas as suas formas foram desenvolvidas, implementadas, monitoradas e orçamentadas[[35]](#footnote-36) | Estratégias e programas são parcialmente implementados, orçamentados e monitorados: 25% ou menos | Estratégias e programas são totalmente implementado, orçamentados e monitorados | MEP, MASFAMU, INE | PNUD - Assistência Técnica UNICEF - Advocacia e Assistência Técnica  FAO - Assistência Técnica UNFPA - Assistência Técnica |
| Output (Produto) 1.2 Orçamento para os serviços sociais e a diversificação económica baseado em resultados aumentado, disponível, executado e monitorizado nos níveis municipal, provincial e nacional | Percentagem do orçamento alocado aos serviços sociais sobre o total do OGE, desagregado por sector  Percentagem de execução dos orçamentos dedicados aos serviços sociais | *(A ser definido)*  *(A ser definido)* | *(A ser definido)*  *(A ser definido)* | Orçamento dos níveis municipal, provincial e nacional | UNICEF - Advocacia, capacitação e assistência técnica PNUD - Capacitação, advocacia  OMS - Assistência técnica FAO - Assistência técnica |
| Output (Produto) 1.3 Mecanismos de prestação de contas participativos e funcionais estabelecidos e/ou reforçados, de acordo com a lei em vigor, para planeamento, monitorização e avaliação do OGE e prestação dos serviços sociais disponibilizados | Número de mecanismos de prestação de contas participativos e funcionais, a nível nacional e provincial | 5 (Saúde, educação, acção social, justiça, Conselhos de auscultação) | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | PNUD - Capacitação, advocacia, assistência técnica *up and down*  UNICEF - Advocacia e assistência técnica *upstream and downstream* OMS - Assistência técnica *upstream* UNFPA - Assistência técnica |
| Output (Produto) 1.4 Programas de capacitação contínua, direccionados aos provedores dos serviços sociais e productivos, e em planeamento, gestão, monitorização de programas e serviços reforçados de forma integrada e que garantam uma oferta de serviços de qualidade e equitativos a nível comunitário, municipal, provincial e nacional | Número de serviços sociais e produtivos provinciais / municipais que elaboraram seu plano de trabalho anual de acordo com o treinamento | 0 | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | UNICEF - Capacitação, Apoio ao *service delivery*, Assistência Técnica PNUD - Capacidade e assistência técnica ONU SIDA - Assistência técnica FAO - Capacitação, *Service delivery*, Assistência técnica OMS - Capacitação e assistência técnica UNFPA - Assistência técnica |
| Output (Produto) 1.5 Serviços de educação e formação técnica-profissional inclusivos e de qualidade são melhorados, abrangentes, reforçados e ampliados, fundamentalmente alinhados com o mercado laboral e que promovam inovações | Número de formados nos serviços de educação e formação técnica-profissional inseridos no mercado de trabalho | 0 | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa. Informes do Ministério de Educação | PNUD - Capacitação e Assistência técnica UNESCO - Assistência técnica OMS - Assistência técnica (profissionais da saúde) ILO UNCTAD |
| Output (Produto) 1.6 Sistemas de serviços sociais e produtivos descentralizados e integrados (saúde, nutrição, HIV, educação, água e saneamento, habitação, protecção social, justiça, protecção contra violência, gestão fundiária, extensão rural, etc.) e de geração de emprego e rendimento ampliados e reforçados a nível comunitário, municipal, provincial e nacional | Número de municípios que contam com serviços sociais descentralizados e integrados  Número de municípios que contam com serviços de criação de emprego e rendimento | 0    0 | *(A ser definido)*    *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | PNUD - Assistência técnica, *Service delivery* (HIV), advocacia  FAO - Advocacia, assistência técnica, capacitação, *service delivery*  UNICEF - Advocacia, assistência técnica, capacitação, e apoio ao *service delivery*  OMS - Advocacia, assistência técnica, capacitação, e apoio ao *service delivery*  ONU SIDA - Advocacia e assistência técnica  UNHABITAT - Advocacia e assistência técnica  UNFPA - Advocia e assistência técnica (adolescentes e jovens)  PAM - Advocacia e assistência técnica |
| Output (Produto) 1.7 População-alvo em Angola (crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiências, refugiados, populações chave e vulneráveis) com melhores conhecimentos, atitudes, práticas e normas sociais favoráveis ao exercício dos seus direitos, visando a redução da sua vulnerabilidade social e económica. | Número de pessoas que melhoraram os conhecimentos, atitudes, práticas e normas sociais favoráveis ao exercício dos seus direitos | 0 | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | ACNUR - Advocacia, *service delivery*, Assistência Técnica UNFPA - Assistência Técnica  PNUD - Assistência Técnica UNICEF - Assistência Técnica, Advocacia, Capacitacão OMS - Advocacia e Capacitação |
| Output (Produto) 1.8 Inovações e novas tecnologias introduzidas na prestação de serviços sociais e produtivos integrados e na diversificação económica visando a expansão e melhoria da oferta a nível comunal, municipal, provincial e nacional | Número de serviços sociais que incorporam inovações e novas tecnologias na prestação de serviços | 0 | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | UNICEF - Assistência Técnica, Advocacia, capacitação  FAO - Assistência Técnica e Advocacia  FAO - Assistência Técnica e Advocacia  PNUD - Assistência e Advocacia  UNFPA - Assistência Técnica  UNHABITAT - Assistência Técnica  ONUSIDA - Assistência Técnica |
| Output (Produto) 1.9 Sistemas de geração de evidências e análise de dados com disponibilidade e qualidade, provenientes de operações estatísticas e dados administrativos, funcionais, transparentes, desagregados (por sexo, faixa etária, rural/urbano, etc.) e em uso aos níveis municipal, provincial e nacional. | Número de instituições públicas em qualquer nível com sistemas de geração de evidências e análise de dados transparentes, desagregados e validados   Número produtos de conhecimento institucionais usando evidências | 0     0 | *(A ser definido)*    *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | Assistência técnica, Advocacia e Capacitação: UNICEF  FAO  PNUD UNFPA  UNHABITAT ONU SIDA  ACNUR OMS UNESCO |
| Output (Produto) 1.10 Programas nacionais de promoção de um ambiente de negócios competitivo e favorável para micro, pequenos e médios empreendimentos melhorados e ampliados, com melhora do investimento no sector privado para a realização dos ODS | Número de programas nacionais melhorados e ampliados que visam a promoção de um ambiente de negócios competitivo e favorável para micro, pequenos e médios empreendimentos | 0 | *(A ser definido)* | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | PNUD - Capacitação, Assistência Técnica e Advocacia FAO - Capacitação, Assistência Técnica e Advocacia |
| Output (Produto) 1.11 Programas de descentralização/ municipalização de serviços sociais que visam a redução das assimetrias territoriais/ geográficas na oferta e acesso são ampliados e implementados | Percentagem de municípios com oferta com, no mínimo quatro serviços sociais básicos (saúde, educação, auga e saneamento básico, justiça) disponíveis, que visam a redução das assimetrias territoriais e geográficas na oferta e acesso aos serviços sociais | Mapeamento – Ministério da Admininitração Territorial e Reforma do Estado | 30% | Avaliação de Programa, Relatórios de Programa e do AWP | UNICEF - Capacitação, Assistência Técnica, apoio *Service Delivery*  PNUD - Advocacia, Assistência Técnica e Advocacia  OMS - Advocacia, Assistência Técnica e Capacitação  UNHABITAT - Advocacia, Assistência Técnica e Capacitação |

## Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher

Outcome 2: Até 2022, os adolescentes, jovens, mulheres e mais vulneráveis são priorizados nas políticas e programas sociais, económicos, culturais e ambientais, incluindo em contextos humanitários.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado (Outcome indicators) | Linha de base - baseline | Fonte para actualização do indicador |
| Indicador 3.7.2 Taxa de fecundidade de adolescentes | 163/1000 (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | Fonte: IIMS. 2020/21 |
| Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (actualmente casadas, com idade entre 15-49 anos) que têm a sua necessidade de planeamento familiar satisfeita com métodos modernos | 13% (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) – esta é a proporção de necessidade satisfeita (pág 108, Quadro 7.10.1, coluna Total da necessidade satisfeita) | Fonte: IIMS 2020/21 |
| Indicador 4.1.1 Taxa líquida de frequência escolar no ensino secundário, desagregada por sexo, idade e área geográfica | 43% nos homens e 37% nas mulheres (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | Fonte: INE, IDREA 2018-2019; INE, IIMS 2020/2021   Fonte: MED, dados administrativos anuais |
| Indicador 4.2.2 Taxa de frequência escolar (um ano antes da idade oficial de entrada no ensino primário) | 66% (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | Fonte: MED, dados administrativos anuais |
| Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no género | i) A Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género, aprovada por Decreto Presidencial n.º 222/13 de 24 de Dezembro 2013; ii) A Lei 25/11 de Julho de 2011 - Lei Contra a Violência Doméstica e seu Regulamento; iii) Decreto Presidencial nº 26/13 de 08 de Maio | Fonte: MINJDH, PGR e MASFAMU |
| Indicador 5.2.1.a: Percentagem de mulheres de 15-49 anos, alguma vez casadas, que em algum momento sofreram violência emocional, física ou sexual cometida pelo marido/parceiro actual/mais recente, por características selecionadas  Indicador 5.2.1.b: Percentagem de mulheres de 15-49 anos que, em algum momento, sofreram diferentes formas de violência, por idade actual | 41,3 % (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016)  33,4 % (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | Fonte: INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 5.a.2 Proporção de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e/ou ao controlo da terra | Angola possui a Lei de Terras, Lei 9/04 de 9 de Novembro de 2004, que estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos | Fonte: Revisão Quadro Jurídico |
| Indicador 8.5.2 Taxa de desemprego, por sexo, idade, área geográfica e pessoas com deficiência | A taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos de idade é de 28,8%. A taxa de desemprego na área urbana é mais de duas vezes superior à da área rural (36,5% e 16,2%, respectivamente). A taxa de desemprego atinge o valor mais alto na população de 15-24 anos (52,4%). (INE, 2019) | Fonte: INE, IDREA 2018-2019; INE, IEA 2019/2020; INE, IIMS 2020/21; IDREA 2022/2023 |

**Produtos da Área 2: Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produtos - Área de intervenção (Outputs / Strategic Interventions) | Indicador de Produto / Output Indicator | Linha de base - Baseline | Meta / Target 2022 | Meio de verificação - Source of Verification | Contribuição e participação das Agências |
| Output (Produto) 2.1  Participação efectiva e reforço das capacidades das OSC-OCBs para a advocacia e elaboração e monitoria de políticas e programas orientados para adolescentes, jovens, mulheres e mais vulneráveis promovidos. | Número de OSC que participam efectivamente na elaboração e monitoria de políticas | Não Disponivel | *(A ser definido)* | Mapeamento e relatório das OSC | PNUD - Assistência técnica, advocacia e capacitação  OMS – Assistência Técnica  UNICEF – Assistência Técnica, Advocacia e Capacitação UNFPA - Assistência Técnica, Advocacia e Capacitação UNHABITAT - Advocacia ONUSIDA - Assistência técnica e advocacia  FAO - Assistência Técnica e Capacitação |
| Output (Produto) 2.2  Adolescentes, jovens e mulheres participam na tomada de decisão sobre políticas e programas a nível local e autárquico | Percentagem de autarquias que incluem a mulheres e homens menores de 35 anos na tomada de decisão sobre políticas públicas | 0 | 30% | Resultados eleitorais representaçao na câmara autárquica ou municipal | PNUD - Assistência técnica, advocacia e capacitação ONUSIDA Assistência técnica e advocacia  UNICEF - Advocacia UNFPA - Assistência técnica, advocacia e capacitação |
| Output (Produto) 2.3  Políticas públicas multissectoriais e transversais para adolescentes, mulheres e jovens | Número de políticas avaliadas como pro mulheres e jovens com o uso da ferramenta  Ferramenta de monitoria de integração das questões ligadas as mulheres e jovens nas políticas | 0    0 | 4   1 | Relatórios de avaliação e monitoria  Ferramenta disponível | PNUD - Assistência técnica e advocacia  UNICEF - Assistência técnica e advocacia  OMS - Assistência técnica e advocacia  UNFPA - Advocacia  FAO - Advocacia |
| Output (Produto) 2.4  Promovido o engajamento de rapazes e homens nas questões de género. | Número de iniciativas que envolveram rapazes e homens em processos de reconhecimento da importância da igualdade e equidade de género no quotidiano  Número de curriculums educativos que promovam a igualdade de género nas escolas públicas | 0      0 | 04      01 |  | UNFPA – Advocacia e capacitação ONUSIDA – Advocacia  PNUD - Advocacia e capacitação UNICEF - Advocacia |
| Output (Produto) 2.5  Estratégias, programas e cursos técnico-profissionais para adolescentes e jovens, adaptados ao mercado laboral para oportunidades de rendimento (incluindo primeiro emprego, empreendedorismo e estágios) reforçadas | Número de políticas públicas monitoradas com dados desagregados por sexo, idade e área geográfica, que incluem estratégicas para as oportunidades de rendimento (incluindo primeiro emprego, empreendedorismo e estágios).  Número de centros de formação técnico-profissional com capacidades reforçadas para proporcionar programas de empreendedorismo e desenvolvimento de competências para jovens e mulheres | 0  0 | 2  5 | Relatórios do Ministério de Economia e Planeamento, e Ministério de Trabalho  MAPTSS, MEP, Ministério de Tecnologia e Educação Superior, setor privado e associações empresariais | PNUD - Assistência técnica e capacitação UNICEF – Capacitação  UNFPA – Capacitação  FAO - Assistência técnica e capacitação |
| Output (Produto) 2.6  População, instituições públicas, sociedade civil sensibilizados e capacitados sobre a violência, em especial VBG | Número de intervenções para sensibilização sobre a violência, em especial VBG  Número de polícias, profissionais da saúde, educadores, profissionais da justiça, jornalistas, OSC capacitados | Não Disponível | *(A ser definido)* | Relatórios dos parceiros. Relatórios da UN | UNFPA - Assistência técnica, advocacia e capacitação PNUD - Assistência técnica e capacitação ACNUR - Assistência técnica e advocacia UNICEF - Assistência técnica, advocacia e capacitação |
| Output (Produto) 2.7  Serviços públicos e comunitários qualificados para garantir o atendimento integrado e de qualidade aos sobreviventes de VBG, principalmente as mulheres em situação de vulnerabilidade | Número de agentes públicos e comunitários formados para garantir o atendimento integrado e de qualidade aos sobreviventes de VBG  Protocolo de atendimento em funcionamento e com qualidade  Número de mulheres trabalhadoras do sexo atendidas com serviços de resposta à violência de género | 0  Protocolo não em funcionamento  0 | *(A ser definido)*  Protocolo em funcionamento  *(A ser definido)* | Relatórios de parceiros | UNFPA - Assistência técnica e advocacia UNICEF - Assistência técnica e apoio ao *Service Delivery* OMS - Assistência técnica PNUD - Apoio ao *Service Delivery*, Capacitação ACNUR - Assistência técnica e advocacia |
| Output (Produto) 2.8  Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, jovens e adolescentes, com enfoque na prevenção (gravidez precoce, VBG, VIH e outras DTS), promovidos e disseminados | Número de intervenções de advocacia sobre direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, jovens e mulheres, com enfoque na prevenção da VBG  Número de OSC capacitadas para advocacia sobre direitos sexuais e reprodutivos | 0  0 | *(A ser definido)*  *(A ser definido)* | Relatórios de parceiros | UNFPA - Assistência técnica e advocacia  UNICEF - Assistência técnica e *service delivery*  OMS - Assistência técnica  PNUD - Capacitação  ACNUR - Assistência técnica e advocacia |
| Output (Produto) 2.9  Acesso à educação formal e alternativa é aumentado, com aceleramento da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para adolescentes desfavorecidos, meninos e meninas | Número de adolescentes que completaram o ciclo do ensino secundário, formação profissional ou ensino superior | 0 | *(A ser definido)* | Relatórios de parceiros | UNFPA - Assistência técnica e advocacia UNICEF - Assistência técnica e advocacia  PNUD - Assistência técnica e advocacia |

## Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável

Outcome 3: Até o 2022, a população vulnerável é resiliente a alterações climáticas e a riscos de desastres com uma produção sustentável e inclusiva; com planeamento e gestão do território, das cidades, dos recursos naturais e do ambiente.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado (Outcome indicators) | Linha de base - baseline | Fonte para actualização do indicador |
| Indicador 1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem em pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais (Índice de Pobreza Multidimensional) | 51,2% (29,9% na área urbana, 88,2% na área rural) (Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) elaborado pelo PNUD em parceria com Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), públicado em 2018) | Fonte: INE, IIMS 2020/21 |
| Indicador 2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (desnutrição aguda e excesso de peso) | 6%, desnutrição grave 1% e moderada 5% (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 6.b.1 Proporção de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento | Não disponível | MINEA |
| Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza os serviços de saneamento geridos com segurança, incluindo uma instalação de lavagens das mãos com água e sabão | Cerca de 18% dos agregados familiares possui algum tipo de instalação sanitária e tem um lugar adequado para lavagem das mãos Aproximadamente um terço dos agregados familiares (32%) têm acesso a instalação sanitária adequada (2016) (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | INE, IDREA 2019-2021; IIMS 2020/21 |
| Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário aos combustíveis e tecnologias limpas | 36% dos agregados familiares utilizam energia não poluente para cozinhar e para iluminação (INE, 2016 – IIMS 2015 – 2016) | INE, IDREA 2018-2019; INE, IIMS 2020/2021 |
| Indicador 7.2.1 Quota de energia renovável no total final do consumo de energia | Não disponível | MINEA |
| Indicador 11.1.1 Proporção da população urbana que vive em musseques, assentamentos informais ou habitação inadequada | 41% (INE, RGPH 2014) | INE, RGPH 2024 |
| Indicador 11.3.1 Razão da taxa de consumo de terras e taxa de crescimento populacional | A razão entre a taxa de consumo de terra e a taxa de crescimento populacional é de 7,1 (UN-HABITAT, INE) | INE |
| Indicador 11.5.1 Número de (a) mortes, (b) pessoas desaparecidas e (c) pessoas directamente afectadas atribuídas a desastres por 100 000 habitantes | (a) 1 (2015), (b) Não disponível, (c) 1,538 (MININT, Direcção de Estudos e Informação e Análise. 2014-15) | MININT |
| Indicador 11.6.1: Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente recolhidos e com adequada descarga do total de resíduos sólidos urbanos gerados, pelas cidades | Na província de Luanda, 75,2 % dos resíduos sólidos são recolhidos ou regularmente com tratamento e disposição final adequada (PESGRU e Aterro de Mulenvos. 2017) | MINAMB |
| Indicador 11.a.1 - Proporção de população que vive em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional integrando projecções populacionais e necessidades de recursos, pela dimensão da cidade | 42 % da população vive em cidades com implementação de planos de desenvolvimento urbano (UN-HABITAT, INE. 2016) | UN-HABITAT-INE |
| Indicador 13.1.3 Proporções de governos locais que adoptaram e implementaram estratégias locais de redução do risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução do risco de desastres | 44% dos Governos provinciais, adoptaram e implementaram a estratégia de redução de riscos de desastres de acordo com o Quadro de Sendai 2015-2030, com base nos seus planos provinciais de preparação, contingência, resposta e recuperação (MININT, Direcção de Estudos, Informação e Análise. 2015) | MININT |
| Indicador 15.1.2 Proporção de locais importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas | 12,98% da superfície terrestre é considerada local importante para a biodiversidade terrestre e de água doce que são cobertos por áreas protegidas. Estão excluídas destas áreas de conservação as reservas de caça do Ambriz no Bengo (com 1 125 km2) e do Milando em Malanje (com 6.150 km2). (Plano Estratégico para o Sistema de Áreas de Conservação de Angola PESAC/MINAMB/2018) | Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (IUCN & UNEP-WCMC) |
| Indicador 15.b.1 Ajuda pública ao desenvolvimento e despesa pública na conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas | Não existe ou não disponível | MINAGRIF |
| Percentagem da despesa pública em ambiente, recursos naturais como alterações climáticas, como proporção da despesa pública total. | Baseline: 0.1% (OGE) | OGE |

**Produtos da Área 3: Meio ambiente e resiliência da população vulnerável**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produtos - Área de intervenção (Outputs / Strategic Interventions) | Indicador de Produto / Output Indicator | Linha de base - Baseline | Meta / Target 2022 | Meio de verificação - Source of Verification | Contribuição e participação das Agências |
| Output (Produto) 3.1  Sistema de capacitação continua para uma produção resiliente aos técnicos da administração central e local na metodologia das Escolas de Campo, em Gestão Florestal Comunitária e outras áreas | Número de pessoas/técnicos formados na metodologia das Escolas de Campo, em Gestão Florestal Comunitéria e outras áreas | 23 técnicos formados em gestão florestal comunitária 1250 Escolas de Campo (43750 pessoas) | 100 técnicos formados em gestão florestal comunitária 3200 Escolas de Campo funcionais (100.250 pessoas) Pelo menos 200 técnicos das EDAs e 105 Formadores da IDA são treinados e equipados com o conhecimento técnico da CEP / FFS até 2022 | Relatórios de formação Relatórios dos projectos e bases de dados de monitoria de Escolas de Campos | FAO - Capacitação e assistência técnica PNUD - Capacitação e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.2 Comunidades formadas em boas práticas de processamento e comercialização de produtos e em empreendedorismo e agronegócios | Número de pessoas/comunidades formadas em boas práticas de processamento e comercialização de produtos e em empreendedorismo e agronegócios (desagregado por género/território) | Não disponível | 3500 pessoas, das quais: 3000 são no planalto central e Sul do país (sector agricultura) 50% são mulheres. 500 da orla costeira (pesca) sendo 65% mulheres | Relatórios dos projectos e bases de dados de monitorio de Escolas de Campos | FAO - Capacitação e assistência técnica PNUD - Capacitação e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.3  Quadro institucional legislativo e gestão fundiário reforçado de forma multissectorial | Política Nacional de Terras aprovada Lei de Terras revista | 0 0 (existe a lei que tem que ser revista) | 1 1 | 1. Aprovação pelo parlamento 2. Aprovação pelo Parlamento | PNUD - Assistência técnica FAO - Assistência técnica e advocacia UNHABITAT - Assistência técnica e advocacia |
| Output (Produto) 3.4 Produtores familiares, associações e cooperativas capacitados para acesso a inputs, financiamento e mercados | Número de pequenos produtores com acesso a caixas de crédito comunitária Número de agricultores familiares capacitados em acesso ao mercado  Número de associações e cooperativas criadas e em funcionamento  Número de agricultores familiares com acesso a inptus | 0 10000 Informação não disponivel Informação não disponível | 20000 40000 1500 e 1000 (a verificar) 140.000 famílias | 3. Relatórios dos projectos e bases de dados de monitoria de Escolas de Campos | FAO - Capacitação, assistência técnica e advocacia PNUD - Capacitação |
| Output (Produto) 3.5. Implementadas acções para promover a segurança alimentar em comunidades mais vulneráveis | Nova Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada | 0 (existe a lei que tem que ser revista) | 1 | Aprovação pelo Parlamento | FAO - Capacitação, assistência técnica e advocacia UNICEF - Capacitação, apoio a service delivery, assistência técnica e advocacia ACNUR - Apoio a *service delivery* e advocacia  PAM - Apoio a *service delivery* e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.6  Acordo de Paris implementado focando nas medidas de baixo carbono, inclusive através da promoção de energia renovável | Número de políticas e estratégias nacionais desenvolvidas, aprovadas e implementadas  Acordo de Paris ratificado | Estratégia nacional de alteração climática aprovada mas não implementada; Acordo de Paris não ratificado | 3 estratégias aprovadas e implementadas; acordo de Paris ratificado | Relatórios de projectos, comunicações oficiais do Governo | PNUD - Assistência técnica e capacitação UNHABITAT - Advocacia |
| Output (Produto) 3.7  Educação ambiental reforçada a nível individual, comunitário e institucional | Número de comunidades sensibilizadas para boas praticas ambientais, desagregado por género e idade  Número de fiscais ambientais formados | 0  0 | *(A ser definido)*  *(A ser definido)* | Relatórios de projectos | OMS - Capacitação e assistência técnica  PNUD - Capacitação e assistência técnica  UNICEF - Capacitação e assistência técnica  UNHABITAT - Capacitação e assistência técnica  ACNUR - Capacitação e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.8  Sistemas de Gestão de resíduos com base em melhores práticas e acordos internacionais, inovação e tecnologia efectivamente implementadas com geração de desenvolvimento económico local | Número de comunidades envolvidas em projectos de reciclagem Número de micronegócios que incluem a abordagem de 3R (reduzir, reutilizar e reciclar) Número de empresas de reciclagem activas | 0  0  Não disponível | *(A ser definido)*  *(A ser definido)*  *(A ser definido)* | Relatórios de projectos | UNHABITAT - Capacitação, assistência técnica e advocacia  UNICEF - Capacitação, assistência técnica e advocacia  PNUD - Capacitação, assistência técnica e advocacia |
| Output (Produto) 3.9  Sistema de planeamento físico-territorial descentralizado, com reforço da rede urbana das cidades menos povoadas, com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nivel territorial e urbano | Número de municípios com efectiva aplicação de planos directores municipais que integram princípios da Nova Agenda Urbana | 0 | 71 | Relatórios de projectos, comunicações oficiais do governo | PNUD - Assistência técnica, capacitação UNHABITAT - Advocacia e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.10 Biodiversidade preservada com conservação de áreas protegidas terrestres e marinhas, lei aplicada e instituições de justiça reforçadas para combater os crimes da flora e da fauna bravia e o tráfico ilícito. | Área terrestre e marinha sob conservação;  Número de áreas com manejo melhorado  Número de instituições capacitadas para combater os crimes da flora e da fauna bravia e o tráfico ilícito | 13 áreas terrestres, zero marinhas existentes. Uma área com gestão melhorada  Não disponível | 16 áreas terrestres e 1 marinha, 5 terrestres e 1 marinha com gestão melhorada  *(A ser definido)* | Relatórios de projectos | PNUD - Assistência técnica, capacitação e advocacia  UNODC - assistencia tecnica, capacitação e advocacia |
| Output (Produto) 3.11 Património cultural e arquitectónico mais conservados e preservados e contribuindo para o desenvolvimento económico e turístico | Número de municípios com estratégias para a preservação do património arquitectónico e cultural associadas à reabilitação de espaços públicos | 0 | 2 (Luanda e Mbanza Congo) | Relatórios de projectos | UNESCO - Assistência técnica e advocacia UNHABITAT - Advocacia e assistência técnica |
| Output (Produto) 3.12  Os solos são conservados para o combate a degradação em conformidade com as metas nacionais do Compromisso de Neutralidade da Degradação da Terra | Número de hectares com árvores plantadas para aumento de Perímetro Florestal, Criação de Cortina Quebra Vento e Protecção de Solos  Número de de províncias com Zonas com Degradação de Terra mapeadas | 0 (2019)  0 (2019) | Plantação de um total de 9.000 hectares de árvores até 2022 para aumento de Perímetro Florestal, Criação de Cortina Quebra Vento e Protecção de Solos   Mapeamento de Zonas com Degradação de Terra em todas as províncias até 2022 | Relatórios de projectos | PNUD - Advocacia FAO - Assistência técnica, capacitação e advocacia |
| Output (Produto) 3.13  O Governo aumentou as capacidades técnicas e financeiras para apoiar a recuperação da seca e a construção de resiliência nas provincíais do Sul | Número de planos / estratégias de redução do risco de desastres sensíveis ao género concebidos, orçamentados, implementados e monitorizados nas províncias do Sul de acordo com o Quadro de Recuperação da Seca, o Quadro de Sendai para a RRD e o PDN 2018-2022 de Angola | 0 (2019) | 3 | Relatório anual da CNPC | UNFPA – Advocacia e apoio ao *service delivery*  OMS – Capacitação e assistência técnica  PNUD - Capacitação, assistência técnica, advocacia  UNICEF - Capacitação, assistência técnica e apoio ao *service delivery*  FAO - Apoio ao *service delivery,*  capacitação e assistência técnica  PAM - Apoio ao *service delivery,*  capacitação |
| Output (Produto) 3.14  As comunidades mais vulneráveis reforçam a sua capacidade técnica para responder aos riscos e desastres naturais provocados pelo homem e para se adaptarem às alterações climáticas | Número de sistemas operacionais de monitoramento agrometeorológico e de aviso prévio estabelecidos para limitar o impacto diferenciado por género dos riscos naturais | 0 (2019) | 15 | Relatório anual da CNPC | PNUD - Assistência técnica UNHABITAT- Assistência técnica ACNUR - *service delivery*, assistência técnica e capacitação UNFPA - Assistência técnica UNICEF - Assistência técnica OMS - Assistência técnica PAM - Assistência técnica |

## Área 4: Democracia e estabilidade

Outcome 4: Até 2022, cidadãos participam e monitoram a governação, todas as pessoas têm acesso à justiça e direitos humanos observados, num ambiente de paz e segurança regional

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado (Outcome indicators) | Linha de base - baseline | Fonte para actualização do indicador |
| Indicador 11.3.2 Proporção de cidades com estrutura de participação directa da sociedade civil no planeamento e gestão urbana a funcionar regularmente e democraticamente | 5,2% (UN-HABITAT. 2016) | MINAMB; N-HABITAT |
| Indicador 16.2.2 Número de vítimas de tráfico de seres humanos por 100 000 habitantes | Não disponível | MININT, dados anuais |
| Indicador 16.3.2: Proporção de detidos não-sentenciados em relação a população prisional | 52% (MININ.T2016) | MININT/\_MINJUS |
| Indicador 16.5.1 Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público, ou foram solicitadas por esses funcionários públicos, durante os últimos 12 meses | Não disponível | MJDH, MININT /INE |
| Indicador 16.6.1 Despesas primárias do governo como proporção do orçamento aprovado original, por sector (ou por códigos de orçamentários ou similares) | 91,7% (MINFIN, Suplemento especial, orçamento cidadão. 2016) | MINFIN |
| Indicador 16.a.1 Existência de direitos humanos em instituições nacionais independentes em conformidade com os princípios de Paris | Não disponível | MJDH |
| Indicador 16.9.1 Proporção de crianças menores de 5 anos de idade cujos nascimentos foram registados numa autoridade civil | 25% (INE, IIMS-2020-2021) | INE, IIMS 2020-2021 |
| Indicador 17.18.2 Número de países que têm legislação estatística que cumpra com princípios fundamentais das estatísticas oficiais | Angola possui uma legislação estatística que cumpra com os princípios fundamentais das estatísticas oficiais, de acordo a Lei n.º3/11, do SEN, de 14 de Janeiro; Decreto Presidencial n.º88/15 de 7 de Maio, que aprova a ENDE; Decreto n.º32/00 de 28 de Julho, Estatuto do INE; Lei do BNA; Os Dec. N.ºs 647, 648, 649, 650, 652, 653, 654, 655…/15 de 20 e 24 de Novembro | INE |

**Produtos da Área 4: Democracia e estabilidade**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produtos - Área de intervenção (Outputs / Strategic Interventions) | Indicador de Produto / Output Indicator | Linha de base - Baseline | Meta / Target 2022 | Meio de verificação - Source of Verification | Contribuição e participação das Agências |
| Output (Produto) 4.1  Sistema autárquico e órgãos locais participativos e inclusivos para viabilizar a participação e representação efectiva de jovens e mulheres como eleitores e candidatos, e a monitoria social a nível local pelos cidadãos e OSC | **Indicador 4.1.1**  **Pacote autárquico revisto e aprovado e adoptados regulamentos com provisões especificas sobre a participação e representação de jovens e mulheres** | Calendário autárquico para 2020-2030 | Pacote e calendário autárquicos aprovados pela Assembleia Nacional e CNE | Pacote e calendário autárquicos | PNUD - Assistência técnica, capacitação, advocacia  UNFPA - Advocacia  UNICEF - Advocacia  UNHABITAT - Advocacia |
| **Indicador 4.1.2**  **Proporção de mulheres e jovens (com menos de 35 anos) candidatos as autarquias locais** | Actualmente, 27% dos funcionários da administração local são mulheres. 64% da população total tem entre 14 e 25 anos | Mulheres e jovens são preparadas sobre as autarquias locais para poderem efectivamente participar e estar representados como agentes activos e passivos - pelo menos 30% dos representantes dos órgãos locais eleitos são mulheres e 10% são jovens com menos de 35 anos de idade | Resultados oficiais das eleições autárquicas pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) |
| **Indicador 4.1.3**  **Número de CACs/CPACs capacitados como mecanismos de participação dos cidadãos e OSC nos processos, funcionamento e órgãos autárquicos** | Limitado número de CACs/CPACs funcionam como órgãos consultivos e não deliberativos; 2. 0 perfis e planos municipais | Funcionamento efectivo dos fóruns locais de participação, CACs e CPACs que contribuem para tomadas de decisões participativas | Relatórios das autoridades locais e das agências da ONU |
| **Indicador 4.1.4**  **Número de politicas e programas de desenvolvimento financeiros elaborados, implementados e monitorizados com a participação dos cidadãos e OSC** | Limitado número de CACs/CPACs funcionam como órgãos consultivos e não deliberativos; 2. 0 perfis e planos municipais | Introdução e funcionamento efectivo de processos participativos de governação local, p.ex. orçamentação participativa | Relatórios da sociedade da sociedade civil |
| Output (Produto) 4.2  Processos padronizados na gestão pública para garantir transparência e responsabilização, e acesso a informação e dados públicos pelos cidadãos | **Indicador 4.2.1**  **Número de instrumentos reforçados com padrões e procedimentos e mecanismos operacionais de responsabilização na gestão pública** | Sistema Integrado da Gestão Financeira do Estado (SIGFE); Lei 3/10 de 29 de Março sobre a Probidade Pública; Estratégia de Prevenção e Combate a Corrupção 2018-2022; Serviços de Inspecção Geral do Estado; OGE; Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022; Agenda 2030 | Eficiência, efectividade, transparência e responsabilização dos sistemas e mecanismos de gestão e fiscalização pública reforçadas e melhoradas | 1. Relatórios das instituições competentes do Estado; 2. relatórios regionais e internacionais de índices de governação | PNUD - Assistência técnica, capacitação, advocacia  ACNUR - Advocacia  UNICEF - Advocacia e assistência técnica  UNFPA - Advocacia, capacitação |
| **Indicador 4.2.2**  **Número de relatórios de gestão pública produzidos e disponibilizados pelos sistemas, mecanismos e instituições de gestão pública.** | Sistema Integrado da Gestão Financeira do Estado (SIGFE); Lei 3/10 de 29 de Março sobre a Probidade Pública; Estratégia de Prevenção e Combate a Corrupção 2018-2022; Serviços de Inspeção Geral do Estado; OGE; Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022; Agenda 2030 | Eficiência, efectividade, transparência e responsabilização dos sistemas e mecanismos de gestão e fiscalização pública reforçadas e melhoradas | 1. Relatórios das instituições competentes do Estado; 2. relatórios regionais e internacionais de índices de governação |
| **Indicador 4.2.3**  **Número de instituições públicas centrais e locais capacitadas para exercer monitoria sobre a gestão pública** | Inspecção Geral da Administração do Estado, Tribunal de Contas, Parlamento, Procuradoria Geral da República, Serviços Nacionais de Contratação Pública, acadêmica e a organizações da sociedade civil, etc. são instituições mandatadas para exercer monitoria sobre a gestão pública | Instituições como a Inspecção Geral da Administração do Estado, Tribunal de Contas, Parlamento, Procuradoria Geral da República, Serviços Nacionais de Contratação Pública, académica e a sociedade civil, etc. são capacitadas e exercem mais eficazmente a monitoria sobre a gestão pública | 1. Relatórios das instituições competentes do Estado; 2. Relatórios regionais e internacionais de índices de governação |
| Output (Produto) 4.3  Estrutura de Administração Pública independente de cargos políticos/executivos para uma função pública estável, forte e sustentável. | **Indicador 4.3.1 Estrutura de administração pública revista, separada do regime executivo, modernizado com programa de carreira pública, e fortalecida a capacidade da comunicação social do Estado.** | Lei 1/86 sobre a estrutura organica do Aparelho Central do Estado; Decreto Presidencial 202/17 sobre o Sistema Nacional de Contratação Pública | Estruturas da administração pública e da comunicação social são modernizadas e alinhadas aos padrões democráticos, com a separação entre os cargos executivos e da função geral do Estado, bem como a fomentação de uma comunicação social pluralista e independente. | 1. Macro-estrutura da Administração Pública; 2. Lei e estatuto da Entidade Reguladora da Comunicação Social Social Angolana (ERCA) | PNUD - Assistência técnica, capacitação, advocacia |
| Output (Produto) 4.4.  Leis e políticas reforçadas e instituições de justiça e direitos humanos capacitadas para garantir acesso a justiça e direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, a nível local | **Indicador 4.4.1 Legislação angolana em conformidade com todas nove convenções internacionais de direitos humanos e os sete instrumentos legais da Comissão Africana dos Direitos Humanos ratificados por Angola** | Quatro convenções internacionais dos direitos humanos e cinco instrumentos legais da Comissão Africana dos direitos humanos ratificados por Angola | Angola ratifica as quatro pendentes convenções internacionais de direitos humanos e os três pendentes instrumentos legais da Comissão Africana dos direitos humanos, e são reforçados os mecanismos de monitoria sobre a implementação das recomendações dos direitos humanos. | Diário da República; relatórios da ONU sobre grau de implementação das convenções e tratados sobre direitos humanos; planos de seguimento de recomendações do UPR. | PNUD - Assistência técnica, capacitação e advocacia.  UNICEF - Assistência técnica, capacitação e advocacia  ONUSIDA  UNFPA  ACNUR  OHCHR  UNHABITAT |
| **Indicador 4.4.2 18 Comités Provinciais de Direitos Humanos estabelecidos com reforçada capacidade de funcionamento, reforçado funcionamento das 5 representações provinciais da Provedoria de Justiça, e reforçado funcionamento do CREL de Luanda com atenção aos grupos vulneráveis e a gestão de dados estatísticos de direitos humanos** | 1. Provedoria de Justiça presente somente em cinco províncias; 2. 15 Comités Provinciais de Direitos Humanos estabelecidos; 3. CREL em Luanda; 4. Lei *2/15 de 2 de Fevereiro de 2015* sobre a organização e funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum | Funcionamento efectivo dos 18 Comités Provinciais de Direitos Humanos, e das 5 representações da Provedoria de Justiça no Bengo, Cabinda, Cuanza Sul, Huambo e Cunene, bem como do CREL de Luanda | Relatórios das autoridades de justiça e direitos humanos. |
| **Indicador 4.4.3 Realizado o diagnóstico das práticas costumeiras/tradicionais e articulada a relação jurídica entre a lei costumeira e a lei positiva (com atenção para e.g. direito sucessório, administração da justiça, casamento infantil, acesso a terra, etc).** | 1. Artigo 7 da Constituição da República sobre a relação entre a lei costumeira e lei positiva; 2. Inexistência de estudos ou mecanismos de conciliação entre o direito costumeiro e o direito positivo. | 1. Diagnóstico das práticas costumeiras/tradicionais em todo país seguido de uma articulação jurídica sobre a jurisdição entre o direito costumeiro e o direito positivo. | 1. Relatório de diagnóstico das práticas costumeiras/tradicionais; 2. Documento de articulação da relação entre as leis costumeira e positiva |
| **Indicador 4.4.4 Número de crianças e adolescentes que acedem a serviços de justiça, seja como vítimas, testemunhas ou perpetradores de crime através de um sistema da justiça juvenil funcional e mecanismos alternativos a nível local** | Existência de apenas de uma Sala Especializada do Julgado de Menores e órgãos afins na província de Luanda | 1. Extensão da Sala Especializada de Julgado de Menores a mais duas províncias: Huíla e Moxico. 2. Estabelecimento de uma esquadra de atendimento especializado a menores de idade em Malange | Relatórios do Ministério da Justiça e Direitos Humanos e relatórios de missões das agências da ONU ao terreno |
| **Indicador 4.4.5 Percentagem de cidadãos com registo de nascimento e atribuição do bilhete de identidade** | O Censo de 2014 mostrou que 53% (56% de 2017 no PDN 2018-2022) da população residente em Angola estava registada nos serviços do registo civil, sendo que quase a metade dos angolanos não possuem bilhete de identidade. Apenas 30% da população residente na área rural tem registo de nascimento | 77% da população com bilhete de identidade | Estatística INE, MJDH, Observatórios |
| Output (Produto) 4.5.  Maior engajamento de Angola nos desafios transfronteiriços, nas áreas de paz e segurança, epidemias e pragas, preservação ambiental, migrações e refugiados | **Indicador 4.5.1 Percentagem de surtos que receberam resposta oportuna** | 25% | 100% | Acções/respostas conjuntas a emergencias; | Todas as Agências: Advocacia, capacitação e apoio técnico |
| **Indicador 4.5.2 Percentagem de municípios fronteiriços que tem capacidade de resposta de eventos de "Uma Saúde"** | 3 de 26 | + de 75% | Relatórios de “Uma Saúde” |
| **Indicador 4.5.3 Harmonizada a legislação regional sobre o tráfico ilícito de produtos de vida salvagem** | Acordo do Cuando Cubango de 2016 sobre Crime Ambiental  Iniciativa Transfronteiriça da Floresta Maiombe; Barómetro de Género da SADC; Acordo de Comércio Livre da SADC; Área de Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambeze; Área de Conservação Transfronteiriça Costal Esqueleto do Iona; Programa da SADC “Nascer livre para brilhar" | Materializado o Acordo de Cuando Cubango  Angola materializa o seu compromisso ao Acordo de Comércio Livre da SADC; cumprimento da meta zebra da SADC sobre a representaçao da mulher na arena pública; Programa Estratégico de Acção para a Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango é implementado, reforçando assim a gestão conjunta e a capacidade de tomada de decisão cooperativa dos Estados da bacia do Cubango-Okavango sobre a utilização ideal dos recursos naturais na bacia, e assim apoiar o desenvolvimento socioeconómico das comunidades da bacia ao mesmo tempo que se sustenta a saúde dos ecossistemas da bacia | Revisão legislativa |
| **Indicador 4.5.4 Acordo de Paris ratificado** | Não Ratificado | Acordo ratificado | Constatação na legislação nacional do Acordo de Paris |
| **Indicador 4.5.5 Acções realizadas por Angola na consolidação da paz e democracia na região** | 4.4.5 Convenção Internacional da Região dos Grandes Lagos, Plano de Defensa e Segurança da SADC, África 2063 | Participação de Angola nos processos de paz e segurança na região | Processos de liderança e mediação assumidos por Angola |
| **Indicador 4.5.6 Número de refugiados que são tratados de acordo aos padrões internacionais em matéria de documentação, acesso a saúde, educação e meios de vida** | *(A ser definido)* | *(A ser definido)* | Relatórios do ACNUR |

# Anexo: Alinhamento do UNDAF com o príncipio de NLOB

|  |  |
| --- | --- |
| Estratégias do NLOB | Produtos do UNDAF |
| Instituições, leis, políticas e acções para **combater a discriminação** com base em raça, sexo e orientação sexual, idioma, etnia, religião, idade, deficiência, casta, condição indígena, estado de saúde, estatuto de migrante ou refugiado, estatuto minoritário ou outros motivos; e promover **igualdade de acesso à justiça** | Produto 4.4 Leis e políticas reforçadas e instituições de justiça e direitos humanos capacitadas para garantir acesso a justiça e direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, a nível local |
| **Redução das** **desigualdades espaciais ou geográficas** entre áreas rurais e urbanas e / ou entre regiões, inclusive através da promoção de investimentos responsáveis e socialmente inclusivos | Produto 1.11 Programas de descentralização/municipalização que visam a redução das assimetrias territoriais / geográficas na oferta e acesso aos serviços sociais ampliados e implementados  Produto 3.9 Sistema de planeamento físico-territorial descentralizado, com reforço da rede urbana das cidades menos povoadas, com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nível territorial e urbano. |
| Implementar iniciativas que **promovam a** **igualdade de género** e eliminem todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, e promovam investimentos para reduzir as desigualdades de género e fortalecer o apoio a instituições que promovam a igualdade de género e o empoderamento das mulheres | Resultado 2 do UNDAF |
| **Fortalecer a governança económica**, a regulação, a prestação de contas e o estado de direito na esfera económica | Produto 1.2 Orçamento para os serviços sociais e a diversificação económica baseado em resultados aumentado, disponível, executado e monitorizado nos níveis municipal, provincial e nacional  Produto 1.10. Programas nacionais de promoção de um ambiente de negócios competitivo e favorável para micro, pequenos e medios emprendimentos melhorados e ampliados, com melhora do investimento no sector privado para a realização dos ODS |
| Fomentar o **pleno emprego** e as políticas económicas inclusivas, promovendo o trabalho decente | Produto 1.4 Programas de capacitação contínua, direccionados aos provedores dos serviços sociais e produtivos, e em planeamento, gestão, monitorização de programas e serviços reforçados de forma integrada e que garantam uma oferta de serviços de qualidade e equitativos a nível comunitário, municipal, provincial e nacional  Produto 1.5. Serviços de educação e formação técnica-profissional inclusivos e de qualidade são melhorados, abrangentes, reforçados e ampliados, fundamentalmente alinhados com o mercado laboral e que promovam inovações |
| Implementar iniciativas para combater todas as formas de discriminação das pessoas idosas empregadas e promover o **emprego juvenil e a inclusão socioeconómica de todas as idades**, e para abordar a vulnerabilidade dos jovens ao aumento do desemprego e à baixa qualidade dos empregos e a transições escola-trabalho mais longas e inseguras | Produto 2.5 Estratégias, programas e cursos técnico-profissionais para adolescentes e jovens, adaptados ao mercado laboral para oportunidades de rendimento (incluindo primeiro emprego, empreendedorismo e estágios) reforçadas |
| Prestar assistência para melhorar os **sistemas de protecção social** que reduzam as desigualdades por meio de redes de segurança que mantêm o direito a um padrão de vida adequado para todos. Estabelecer programas para o acesso universal à **educação, água, saneamento, saúde e outros direitos económicos e sociais** para promover maior igualdade de oportunidades e resultados. Assegurar o apoio à cobertura universal de saúde para prevenir despesas catastróficas decorrentes dos custos de saúde que produzem pobreza e desigualdade | Todo o pacote de intervenções da Área 1: Desenvolvimento económico e social, tem essa finalidade |
| Fortalecer a protecção da liberdade de expressão e assegurar a participação política para todas as mulheres e homens, os jovens e promover o acesso público à informação | Produto 4.1 Sistema autárquico e órgãos locais participativos e inclusivos para viabilizar a participação e representação efectiva de jovens e mulheres como eleitores e candidatos, e a monitoria social a nível local pelos cidadãos e OSC. Produto 4.2 Processos padronizados na gestão pública para garantir transparência e responsabilização, e acesso a informação e dados públicos pelos cidadãos |
| Apoiar medidas para proteger comunidades vulneráveis, marginalizadas e excluídas na prevenção e mitigação dos impactos e na resiliência à mudança climática, desastres naturais, desertificação, degradação da terra e crises humanitárias | Produto 3.9 Sistema de planeamento físico-territorial descentralizado, com reforço da rede urbana das cidades menos povoadas, com integração da resiliência, gestão ambiental e conservação da biodiversidade a nível territorial e urbano.  Produto 3.13 Capacidades técnicas e financeiras do Governo aumentadas para apoiar a recuperação da seca e a construção de resiliência nas províncias do Sul.  Produto 3.14 As comunidades mais vulneráveis reforçam a sua capacidade técnica para responder aos riscos e desastres naturais provocados pelo homem e para se adaptarem às alterações climáticas |

# Anexo: Alinhamento do UNDAF com os ODS[[36]](#footnote-37)[[37]](#footnote-38)















# ANEXO: Acrónimos e Siglas

ACERWC - Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança

AN - Assembleia Nacional

ATs - Autoridades Tradicionais

BUÉ – Balcão Único do Empreendedor

CCA – Análise Comum do País

CDP - Comité para Políticas de Desenvolvimento

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CNE - Comissão Nacional Eleitoral

CPDH - Comites Provinciais de Direitos Humanos

CRD - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CREL – Centro de resolução extrajudicial de litígios

DaO – Juntos na Acção

DMT - Equipa de Gestão de Desastres

ELP - Estratégia de Longo Prazo Angola 2025

ENAC - Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (2018-2030)

EU – União Europeia

EVI - Índice de Vulnerabilidade Económica

GANRHI - Aliança Global das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos

GoA – Governo de Angola

HAI - Índice de Activos Humanos

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

HRBA - Abordagem Baseada nos Direitos Humanos

ICESCR - Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

IGAE - Inspecção Geral da Administração do Estado

IMS - Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde

INDH - Instituição Nacional de Direitos

INE – Instituto Nacional de Estatística

LNOB –Não deixar ninguém para trás

MAT - Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado

MGM – Ministério da Geologia e Minas

MINAGRIF – Ministério da Agricultura e Florestas

MINAMB - Ministério do Ambiente

MIND – Ministério da Indústria

MININT – Ministério do Interior

MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MJUV - Ministério da Juventude

MINOTH - Ministério do Ordenamento do Território e Habitação

MIREX - Ministério das Relações Exteriores

MJDH - Ministério da Justiça e Direitos Humanos

M&E – Monitoria e avaliação

OCB - ?

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OGE – Orçamento Geral do Estado

OMT – Equipa de Gestão das Operações

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC- Organizações da Sociedade Civil

OWG – Grupos de trabalho

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIDCP - Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

PMA - País Menos Desenvolvido

PMG - Grupo de Gestão de Programas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNIEG - Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género PREA - Programa de Reforma Administrativa

PGR - Procuradoria Geral da República

PROVJ - Provedoria de Justiça

RH – Recursos Humanos

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SC – Comité de Gestão

SNCP - Serviços Nacionais de Contratação Pública

SIAC - Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão

TC – Tribunal de Contas

TMM – Taxa de Mortalidade Materna

UNCCPR - Convenção das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos

UNDAF - Quadro de Parceria de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas

UNDS - Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas

UNICEF - O Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas

UGF - Unidades de Gestão Financeira

VBG – Violência baseada no género

WB – Banco Mundial

1. Fonte: United Nations Committee for Development Policy (CDP), 2019. Monitoring of Graduated and Graduating Countries from the Least Developed Country Category: Angola. March 2019 [↑](#footnote-ref-2)
2. Lei Orgânica do Poder Local (Lei n.º 15/17, de 8 de Agosto), Lei da Administração Local do Estado (Lei n.º 15/16, de 12 de Setembro), Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado (DP n.º 40/18, de 9 de Fevereiro) [↑](#footnote-ref-3)
3. Por “aceleradores” referimo-nos a estratégias programáticas capazes de acelerar um desenvolvimento sustentável coerente e o progresso em todos os aspectos da Agenda 2030. [↑](#footnote-ref-4)
4. INE, 2018 [↑](#footnote-ref-5)
5. Fonte: Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). [↑](#footnote-ref-6)
6. INE [↑](#footnote-ref-7)
7. Nomeadamente agricultura, florestas e pescas com 16,5% do PIB, indústria transformadora, construção e energia com 37,5% do PIB, comércio, transportes, banca, seguros e telecomunicações com 24,5% do PIB e 18,7% para a extracção de petróleo. [↑](#footnote-ref-8)
8. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Estratégia de Longo Prazo: Angola 2025 revisto*, Angola, 2010 [↑](#footnote-ref-9)
9. Incluir referencia [↑](#footnote-ref-10)
10. National Health Development Plan (PNDS) 2012 – 2025 [↑](#footnote-ref-11)
11. Ministério da Saúde, 2018 [↑](#footnote-ref-12)
12. 34% das meninas entre 15-19 anos casadas foram vítimas de algum tipo de violência (física ou sexual) pelo marido ou parceiro. [↑](#footnote-ref-13)
13. Instituto Nacional de Estatistica (INE), Publicacao de Indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019. Abril 2019. [↑](#footnote-ref-14)
14. Instituto Nacional de Estatistica (INE), Publicacao de Indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019. Abril 2019. [↑](#footnote-ref-15)
15. Instituto Nacional de Estatistica (INE), *Relatório Sobre Emprego, Inquérito De Indicadores Múltiplos E De Saúde, 2015-2016,* Angola, Setembro 2017 [↑](#footnote-ref-16)
16. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-17)
17. Instituto Nacional de Estatística (INE), *Relatório Sobre Emprego, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, 2015-2016,* Angola, Setembro 2017 [↑](#footnote-ref-18)
18. *Ibidem* [↑](#footnote-ref-19)
19. Documento disponível em: [https://www.unicef.org/angola/Relatórios/fluxos-e-parametros-para-o-atendimento-de-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia](https://www.unicef.org/angola/relatorios/fluxos-e-parametros-para-o-atendimento-de-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia) [↑](#footnote-ref-20)
20. J. Muzima e G. Gallardo, Angola 2017, www.africaneconomicoutlook.org [↑](#footnote-ref-21)
21. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-22)
22. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-23)
23. O Pacote Legislativo está composto por 6 sub-pacotes legislativos por cada uma das áreas relevantes para preparação à governação local: Lei de Institucionalização de Autarquias Locais, Lei de Tutela Administrativa de Autarquias Locais, Lei das Finanças Locais, Lei de Transferência de Atribuições e Competências do Estado para Autarquias Locais, Lei Orgânica da Organização e Financiamento de Autarquias Locais e Lei Orgânica sobre Eleições Locais / Autarquias. Uma das observações que algumas organizações da sociedade civil fizeram em relação ao processo de consultação é que deveria ser um debate muito mais amplo e mais crítico, tendo em conta a importância na história de Angola das autarquias. [↑](#footnote-ref-24)
24. Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro 2013. [↑](#footnote-ref-25)
25. Instituto Nacional de Estatística (INE), *Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de Linha de Base 2018, Agenda 2030, “Por uma Angola melhor e sustentável para todos” (Rascunho),* 2018 [↑](#footnote-ref-26)
26. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-27)
27. *Ibidem* [↑](#footnote-ref-28)
28. Lei de Asilo de 2015, onde o mesmo compromisso foi feito para os refugiados e requerentes de asilo [↑](#footnote-ref-29)
29. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-30)
30. https://tbinternet.ohchr.org/\_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=5&Lang=EN [↑](#footnote-ref-31)
31. Convenção de 1951 sobre o estatuto dos refugiados, a Convenção da OUA de 1969 sobre os aspectos específicos do problema de refugiados em Africa; Compromisso de Angola com o Pacto Global sobre refugiados aprovado em 2018. [↑](#footnote-ref-32)
32. Ministério da Economia e do Planeamento, Governo de Angola, *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, Abril 2018 [↑](#footnote-ref-33)
33. MIDSA, *Plano Estratégico de Acção da África Austral para Enderecar a Migração Irregular e Mista (Draft),* 2018 [↑](#footnote-ref-34)
34. Em anexo inclui-se o nível de integração e resposta do UNDAF com os ODS, indicando os produtos do quadro de resultados que directamente esperam impactar nos ODS; também se detalham os indicadores ODS que são tomados como referência para medição da contribuição das Nações Unidas aos resultados estabelecidos no UNDAF. [↑](#footnote-ref-35)
35. Escala: 1) Estratégias e programas não implementados, orçados e monitorados; 2) Estratégias e programas parcialmente implementados, orçados e monitorados, 25% ou menos; 3) Estratégias e programas parcialmente implementados, orçados e monitorados, 50% ou menos; 4) Estratégias e programas parcialmente implementados, orçados e monitorados, 75% ou menos; 5) Estratégias e programas totalmente implementados, orçados e monitorados [↑](#footnote-ref-36)
36. Foram priorizados aqueles indicadores ODS que apareceram com dados no Relatório de Linha de Base dos ODS do INE Angola de 2018, nomeadamente aqueles com nivel I: o nível I (com metodologia disponível e dados regularmente produzidos). [↑](#footnote-ref-37)
37. A descrição dos produtos e indicadores numerados pode ser encontrado no Anexo, Matriz de Resultados. [↑](#footnote-ref-38)